

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCELE DE MORAIS SILVA

**TRANSFOBIA NO FEMINISMO RADICAL DE SEGUNDA ONDA? UMA ANÁLISE
DOS SEUS PRESSUPOSTOS MATERIALISTAS**

Recife

2022

MARCELE DE MORAIS SILVA

**TRANSFOBIA NO FEMINISMO RADICAL DE SEGUNDA ONDA? UMA ANÁLISE
DOS SEUS PRESSUPOSTOS MATERIALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. **Área de concentração:** Mudança Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586t Silva, Marcele de Morais .
 Transfobia no feminismo radical de segunda onda? Uma análise dos seus
 pressupostos materialistas. / Marcele de Morais Silva. – 2022.
 101 f. : 30 cm.

 Orientadora : Prof^a. Dr^a. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2022.
 Inclui referências.

 1. Sociologia. 2. Sexo. 3. Materialismo. 4. Patriarcado. 5. Discriminação
 de sexo. I. Hamlin, Cynthia de Carvalho Lins (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-012)

MARCELE DE MORAIS SILVA

**TRANSFOBIA NO FEMINISMO RADICAL DE SEGUNDA ONDA? UMA ANÁLISE
DOS SEUS PRESSUPOSTOS MATERIALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. **Área de concentração:** Mudança Social.

Aprovada em: 04/03/2022.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Lins de Carvalho Hamlin (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof^ª. Dr^ª. Lady Selma Ferreira Albernaz (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Quando descobri minha aprovação no mestrado, em novembro de 2019, jamais imaginaria que iria concluí-lo em um formato remoto. Essa circunstância afetou diretamente o caráter coletivo que é característico da construção científica, porque a distância da rotina nos corredores do CFCH e de outros espaços da universidade tornou meu processo de escrita mais difícil. Apesar do isolamento, pude contar com a presença - expressa de diferentes formas - de pessoas muito queridas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, traduzidas em trocas, apoio, incitação e contribuições com as minhas inquietações e dúvidas. Ainda que eu seja a autora deste trabalho, a presença dessas pessoas também se manifesta nas reflexões que aqui estão presentes. Dito isso,

Por todo apoio e amor, agradeço aos meus pais, Marcelo e Gorett, e a minha irmã, Amanda, sem eles nada seria possível.

À Nathália, Julyana e Vitor, minhas inspirações, sem as quais eu não seria o que sou hoje, por todo carinho expresso sempre.

À Chagas e Álvaro, que são os melhores encontros que as Ciências Sociais me proporcionaram, pela amizade e pelo companheirismo desde a graduação.

Aos colegas de turma, especialmente, David, Neide e Itamá, por partilharem o caminhar entre os devaneios e as angústias que constituem nossa profissão.

A João, meu amor e companheiro, com quem aprendo tanto, pelo apoio e cuidado ao escutar minhas divagações durante o processo de escrita e por ter deixado minha vida mais bonita desde que nos encontramos.

À minha orientadora, Cynthia Hamlin, pelos ensinamentos, pelo envolvimento, pela paciência e pela confiança, sem os quais esta dissertação não seria possível.

Ao Grupo de Estudos de Teoria Social e Subjetividade (GETSS) cujas reuniões durante o começo da pandemia, em 2020, ajudaram a dar um senso de normalidade diante do caos.

RESUMO

O problema de pesquisa que orientou esta dissertação surgiu a partir da observação de disputas de posicionamentos acerca da possibilidade de inclusão de mulheres trans, sendo a teoria feminista radical mobilizada como fundamento para justificar a sua exclusão. Partindo disso, meu objetivo foi compreender em que medida os pressupostos da teoria feminista radical, tanto de origem francesa quanto de origem estadunidense, fornecem sustentação para posicionamentos políticos trans-excludentes. Esse exercício exigiu uma atenção à influência do marxismo na formação dessa vertente, mais especificamente, aos “materialismos” que constituem essa tradição teórica. Tal influência pode ser ilustrada através de diferentes aspectos. Nesta dissertação, analisei três deles: o conceito de “sexo”, o de “classe sexual” e o de “patriarcado”. Essa análise permitiu perceber qual a relação entre o social e o natural que está implicada nos usos desses conceitos, conseqüentemente, indicando a possibilidade de posições “essencialistas” na teoria feminista radical que justificassem tais exclusões. Partindo da análise de autoras como Shulamith Firestone, Kate Millet e Christine Delphy, argumento que, embora o conceito de sexo ocasionalmente assuma um sentido reducionista em algumas das autoras trabalhadas, dificilmente o uso deste conceito autoriza posições transfóbicas.

Palavras-chaves: feminismo radical; materialismo; sexo; patriarcado.

ABSTRACT

The research problem that guided this dissertation arose from the observation of disputes about positions regarding the possibility of including trans women, with radical feminist theory being mobilized as a basis to justify their exclusion. Based on this, my objective was to understand to what extent the assumptions of radical feminist theory, both of French and American origins, provide support for trans-exclusive political positions. This exercise required attention to the influence of Marxism in the formation of this strand, more specifically, to the “materialisms” that constitute this theoretical tradition. Such influence can be illustrated through different aspects. In this dissertation, I analyzed three of them: the concept of “sex”, that of “sex class” and that of “patriarchy”. This analysis made it possible to perceive the relationship between the social and the natural that is implied in the uses of these concepts, consequently, indicating whether it is possible to affirm that there are “essentialisms” in radical feminist theory. Based on an analysis of authors such as Shulamith Firestone, Kate Millet and Christine Delphy, I argue that, although the concept of sex often takes on a reductionist sense in some authors' works, the use of this concept hardly allows transphobic positions.

Key-words: radical feminism; materialism; sex; patriarchy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - “TERF WARS”: A NOVA GUERRA DO SEXO.....	8
2	FORMAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DO FEMINISMO RADICAL.....	21
2.1	O marxismo como ponto de partida para uma abordagem materialista do sexo.....	28
2.2	Shulamith Firestone e a dialética do sexo.....	31
2.3	O feminismo radical francês e o marxismo.....	40
3	CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	46
3.1	“Papéis de sexo” e “relações sociais de sexo”.....	46
3.2	Classe sexual.....	54
4	PATRIARCADO.....	62
4.1	Contextualizando o conceito de patriarcado na teoria feminista.....	64
4.2	O patriarcado na teoria feminista radical francesa.....	67
4.3	O patriarcado na teoria feminista radical estadunidense.....	70
5	VIOLÊNCIA MASCULINA: PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO.....	76
5.1	Violência masculina.....	78
5.2	“Sex Wars” e os embates em torno da pornografia e da prostituição.....	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO - “*TERF WARS*”: A NOVA GUERRA DO SEXO

Foi na internet onde primeiro observei discursos de feministas radicais que se opõem ao gênero, à identidade de gênero e à presença de mulheres trans no movimento feminista. É comum observar no *Twitter* e no *Facebook* discussões acaloradas entre perfis de feministas de diferentes vertentes, sobretudo quando envolvem temas centrais ao movimento ou à conjuntura política de modo mais amplo, como a educação sexual. Muitas dessas divergências são explicadas pelas preferências dadas a determinadas estratégias de ação política, sendo possível identificá-las detidamente nos *blogs* feministas. Neles, existe um conjunto de textos que discutem assuntos políticos atuais a partir de perspectivas particulares do feminismo.

Um dos blogs que ganhou destaque em minhas observações foi o “QG Feminista” por causa da forte presença de uma retórica anti-gênero em seus discursos sobre o que é o feminismo. Isso me chamou atenção porque eu acreditava que essa retórica era exclusiva de grupos à direita do espectro político que têm ganhado destaque nos últimos anos por se opor a uma suposta ameaça da “ideologia de gênero” e por se afirmar como oposição a um conjunto de grupos sociais voltados para a diminuição de desigualdades (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020; HAMLIN, 2021). Percebi que, de um modo semelhante ao que a nova direita alerta para essa ameaça, feministas radicais trans-excludentes também advertem sobre os problemas que a “ideologia da identidade de gênero” podem causar ao feminismo, sendo essa a primeira semelhança que observei entre os discursos impulsionados por cada um desses agentes e que transparece no emprego de termos similares para atacar práticas assumidas por pessoas trans e não-binárias.

A “ideologia de gênero”, que ganhou visibilidade através de uma direita anti-gênero aliada a setores conservadores como a Igreja Católica, tem atacado minorias sexuais e de gênero, bem como defendido o resgate de papéis tradicionais de gênero. Essa estratégia política tem como pano de fundo uma “antropologia cristã” em que a complementaridade dos sexos ganha relevo, tornando-se elemento central para a preservação de uma ordem natural e social (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). Em decorrência de suas naturezas distintas, homens e mulheres deveriam, então, trabalhar juntos. É nesse sentido que o combate contra a “ideologia de gênero” está fundamentado em argumentos religiosos e biologizantes, dado que elementos de ambas dimensões constituem a defesa de uma ordem patriarcal. Como efeito, pessoas trans se tornam alvo de críticas, pois são vistas como aberrações por irem contra “sua própria natureza” ao adotarem normas de comportamento que não fazem parte das expectativas atribuídas ao seu sexo. Já algumas feministas radicais trans-excludentes apontam

a existência de uma “ideologia da identidade de gênero” para identificarem o modo que pessoas trans e não-binárias têm reforçado estereótipos de gênero que são prejudiciais às mulheres, mais especificamente, às mulheres cis.

Em outras palavras, pude perceber que ambos os termos - “ideologia de gênero” e “ideologia da identidade de gênero” - são utilizados para criticar práticas assumidas por pessoas trans e não-binárias. O que os diferenciam são os propósitos que os guiam: enquanto a nova direita está preocupada com a conservação de padrões e normas de gênero tradicionais, parte daquelas que se identificam como feministas radicais excludentes acredita que mulheres trans reforçam uma essencialização do que é ser mulher quando fazem uso de normas de gênero femininas. É desse modo que reforçam a ideia de que o gênero possui uma essência (cf. JEFFREYS, 2012; THOMPSON, 2002). Embora “gênero” seja conhecido sobretudo por seu caráter socialmente construído, algumas feministas radicais acreditam que quando mulheres trans adotam práticas que são socialmente atribuídas às mulheres cis, o uso de batom ou de um sutiã, por exemplo, elas acabam por reforçar a ideia de que há uma relação direta entre ser mulher e usar esses objetos. Desse modo, essas práticas reforçariam uma suposta “essência de gênero”. Esse pensamento ilustra um dos problemas que conduzem feministas radicais trans-excludentes/críticas de gênero a defenderem a abolição do conceito de gênero enquanto pauta do movimento feminista, assim como faz Andrea Dworkin (cf. JAGGAR, 1986).

É nesse contexto que o sexo enquanto categoria de explicação da realidade surge tanto para parte das que se identificam como feministas radicais quanto para grupos de direita, ainda que cada um o utilize de formas distintas. A valorização da mulher exclusivamente através da sua capacidade reprodutiva, a heteronormatividade, a importância e centralidade da família patriarcal para o bem estar da sociedade são exemplos de ideais defendidos por vertentes da Igreja Católica que são orientadas por argumentos religiosos e biologizantes em prol da estabilização de uma ordem patriarcal. A partir deles, uma relação natural entre homens e mulheres, cujas naturezas se distinguem, levando a uma distinção também nos papéis que devem desempenhar na sociedade, é forjada com base na diferença sexual. Desse modo, as pessoas que não cumprem esses papéis vão contra o comportamento adequado ao seu sexo e, portanto, contra a própria natureza. De outro lado, feministas radicais trans-excludentes consideram que a experiência proporcionada pela designação de sexo é fundamental para esse entendimento. Com efeito, mulheres trans são vistas como homens, de acordo com a perspectiva crítica de gênero do feminismo radical.

Para entender esses posicionamentos do feminismo crítico de gênero, é essencial situá-los em um contexto no qual os significados do feminismo têm sido expandidos e enfatizar sobretudo o modo como eles são transformados a partir da introdução de novas questões trazidas pela teoria *queer*. Sabendo que a vertente radical compreende o feminismo como um movimento organizado a partir das experiências de mulheres, e o por quê desse fato ficará mais evidente no primeiro capítulo desta dissertação, o feminismo crítico de gênero aponta para um apagamento das questões que dizem respeito exclusivamente à realidade de mulheres a partir do momento em que a política feminista é expandida para pensar outras identidades através do conceito de “identidade de gênero”. É nesse sentido que feministas críticas de gênero reafirmam o “sexo” em detrimento do “gênero”. Para ilustrar o modo como isso tem sido feito, trago como exemplo o caso da *LGB Alliance*¹: uma organização britânica que tem como objetivo defender os direitos de lésbicas², gays e bissexuais com base no sexo. A partir da própria sigla, é possível perceber a exclusão do “T” - transgênero - do “LGBT”, o que sugere um esforço de distanciamento das problemáticas que envolvem “identidade de gênero”.

Na verdade, o que ocorre é uma suspeita em torno do conceito, que se traduz em sua rejeição. Pois, assim como o próprio site da organização descreve, busca-se proteger as crianças contra a ideia de que sua personalidade ou seu corpo necessita de uma mudança, pois “*qualquer criança que cresça para ser lésbica, gay ou bissexual tem o direito de ser feliz e confiante sobre sua sexualidade e sobre quem são*”³. Há uma confusão entre identidade sexual e identidade de gênero na medida em que a segunda é rejeitada em detrimento da primeira; ao mesmo tempo, isso também pressupõe uma relação direta entre sexo - identidade de gênero - identidade sexual. É nessa relação que o sexo assume o eixo central, porque indica que uma criança, estando confortável com a sua identidade sexual - lésbica, gay ou bissexual -, não sentirá necessidade de transicionar de gênero. No entanto, isso não é verdade porque sujeitos trans também possuem diferentes identidades sexuais e sua própria existência faz cair por terra a relação direta entre sexo e gênero (cf. BUTLER, 2017). É esse tipo de “*ideologia não científica e prejudicial*”⁴ que se transforma em um problema a ser combatido, pois,

¹ Ver: <https://lgballiance.org.uk/about/>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

² Em *Undoing Gender* (2004), Judith Butler faz uma crítica àqueles e àquelas que tomam como pressuposto que os estudos gays e lésbicos devem se concentrar em questões que envolvem sexo e sexualidade, enquanto o feminismo tem como foco o gênero. Diante disso, a autora busca chamar atenção para o fato de que o gênero afeta diretamente a sexualidade, isto é, não são dimensões separadas uma da outra.

³ Ver: <https://lgballiance.org.uk/about/>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

⁴ Idem.

supostamente, tem afetado de maneira negativa a conquista de direitos da população LGB, bem como de direitos reprodutivos das mulheres.

De um modo ou de outro, termos como “ideologia de gênero” ou “ideologia da identidade de gênero” têm sido utilizados tanto para atacar práticas que não estão em conformidade com papéis sexuais tradicionais quanto para deslegitimar minorias sociais que desestabilizam normas de gênero e de sexualidade, como é o caso de pessoas trans. Em resumo, o que pude perceber foi a existência de um feminismo anti-gênero que, embora seja mediado pela categoria de “experiência”, parece se apoiar em uma relação entre biologia e comportamento muito semelhante à estabelecida por grupos que historicamente se opõem às políticas feministas de forma geral.

No entanto, apenas o resgate de conceitos da teoria feminista radical não é suficiente para compreender a rejeição ao gênero e às pessoas trans. Além dos motivos de seu surgimento e dos objetivos almejados serem outros, essa teoria ressurgiu em um momento no qual a teoria *queer* tem ganhado destaque, seja em espaços acadêmicos, seja nos movimentos sociais. Essa teoria, para além de outras coisas, aponta que o sexo, assim como o gênero, é socialmente construído (BUTLER, 2017; JEFFREYS, 2012). Esse pressuposto opera um questionamento radical entre as fronteiras do natural e do social, pois, sendo socialmente construídos, não há nada que nos permita afirmar que exista uma diferença natural entre os sexos. Ainda que seja possível criticar a elisão entre natureza e cultura na teoria *queer*, como realistas críticos têm feito (HAMLIN, 2008; HULL, 2005), os argumentos de feministas radicais parecem diferir da crítica do realismo crítico ao negar a própria realidade do gênero, no sentido de uma categoria socialmente construída que tem efeitos concretos sobre a vida das pessoas, e ao defender o sexo como categoria de explicação da opressão sofrida por mulheres.

Como afirma Judith Butler (2004), a teoria *queer* propõe uma política feminista fundada a partir da aliança com outras lutas, como a anti-racista e anti-homofobia. Em decorrência disso, essa teoria ganhou destaque por causa da insistência de que os marcadores de identidade não são pré-condições para a participação política, ao mesmo tempo que se opõe àqueles e àquelas que buscam regular identidades. É desse modo que a teoria feminista radical é desafiada, sobretudo porque sua compreensão de feminismo é fundada em um movimento organizado a partir dos efeitos que a designação de sexo produz sobre as mulheres, sendo esse o fator que permite que mulheres se constituam enquanto grupo. De qualquer modo, a entrada de novas identidades, o que inclui pessoas trans e homens cis, é

questionada porque, desse modo, perde-se de vista a dominação masculina como conceito fundamental para compreender a opressão que as mulheres sofrem. E é no contexto dessas questões contemporâneas que a teoria feminista radical vem sendo resgatada.

O objetivo desta pesquisa não é a construção de uma genealogia do movimento feminista anti-gênero; no entanto, esses detalhes são importantes aqui porque me fazem suspeitar que esse uso específico da teoria feminista radical extrapola muito os objetivos e as questões formuladas na década de 1970. A pergunta que se coloca aqui é em que medida o uso do conceito de sexo do feminismo radical dos anos de 1970 fornece sustentação para posicionamentos políticos trans-exclusivos, como se tem visto atualmente. Ao desconsiderar a arquitetura interna e o contexto mais amplo da produção teórica do feminismo radical, em que medida podemos falar de uma leitura anacrônica de seus conceitos para interpretar problemas contemporâneos?

A renovação do feminismo radical a partir das questões contemporâneas que envolvem o uso do conceito de gênero e a entrada de novos sujeitos no feminismo tem produzido uma espécie de continuidade dessa vertente que se cristaliza no chamado “feminismo crítico de gênero”. Embora não tenha espaço dentro da academia, essa vertente tem conseguido espaço através dos blogs feministas que “traduzem” teorias feministas para um público mais amplo, assim como faz o “QG Feminista”. Desse modo, na medida em que a internet e os blogs feministas se tornaram um lugar privilegiado para a ampliação de debates sobre feminismo radical, amplificaram também a tensão existente entre movimentos sociais e academia, pois pensadoras feministas passaram a se utilizar desse meio⁵ para a construção de ideias que, do modo como apresentam, sofrem vieses transfóbicos. Destaca-se, então, o fato de que tais ideias refletem um uso particular da teoria feminista radical que tem alterado o modo como esta é vista nos diferentes espaços.

Esse fenômeno pode ser compreendido a partir do que Frédéric Vandenberghe (2013) identificou como hermenêutica quádrupla: cientistas sociais partem do senso comum para a

⁵ Kathleen Stock foi professora de filosofia na Universidade de Sussex até o ano de 2021, quando se afastou do cargo porque afirmava não estar segura no campus da universidade tendo em vista os ataques que estava sofrendo por causa dos seus posicionamentos e trabalhos em relação às pessoas trans, mais especificamente, em relação à noção de “identidade de gênero” - fundamental para a garantia de direitos trans. Embora tenha saído da universidade apenas recentemente, Stock já afirmava não ter suas opiniões bem recebidas nesse ambiente. Esse fato, mas não apenas ele, a levou a utilizar as redes sociais como forma de divulgação de suas ideias. Nesse contexto, o seu blog ganha destaque. Como aponta Zanghellini (2020), plataformas online têm sido usadas por feministas críticas de gênero tanto porque suas opiniões não são bem recebidas dentro do ambiente acadêmico, quanto porque elas buscam uma maior disseminação de suas ideias. <https://www.theguardian.com/world/2021/oct/28/sussex-professor-kathleen-stock-resigns-after-transgender-right-s-row>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

construção de teorias, no entanto esse senso comum se constitui como uma interpretação do que já é interpretado na academia; ao mesmo tempo, cientistas sociais constroem o conhecimento de acordo com o status das disciplinas. A partir disso, formam-se novos significados os quais, por sua vez, se constituem enquanto interpretações do que o campo acadêmico já interpretou. Esses novos significados, por seu turno, adentram a academia e se tornam novos objetos de investigação. Em outras palavras, o conceito descreve um movimento de reinterpretação contínua entre academia, a sociedade civil e os movimentos sociais, pois os significados mobilizados por esses agentes são constantemente transformados na medida em que seus usos diferem de contexto para contexto.

No caso da teoria feminista, esse fenômeno possui uma relação muito particular se considerarmos que não há teoria feminista sem o movimento feminista e que este sempre esteve envolvido com a teoria (BUTLER, 2004). Em decorrência disso, a relação que o feminismo, enquanto movimento, mantém com a academia se distancia porque os significados dos conceitos que a teoria feminista constrói não são feitos apenas para atender objetivos acadêmicos, pelo contrário, buscam orientar também uma política feminista, o que envolve a participação de agentes que podem ou não fazer parte do ambiente acadêmico. Desse modo, não se configura necessariamente como um problema quando feministas ampliam teorias produzidas na academia, porque este é um processo constitutivo do próprio feminismo. Os problemas tendem a aparecer quando determinados conceitos são mobilizados para alcançar objetivos opostos ao que se propunham inicialmente. No caso da teoria feminista radical, o que ocorre é que ela é utilizada atualmente para justificar a exclusão de pessoas trans, o que a desloca dos seus objetivos iniciais que não apenas não tinham esse problema no horizonte de questões, mas ocasionalmente se refere a essas mesmas pessoas trans para ilustrar o caráter socialmente construído da experiência das mulheres, como é o caso de Andrea Dworkin (cf. JAGGAR, 1986). Mas não é só isso: a teoria feminista radical também tem sido utilizada para fundamentar as críticas⁶ à teoria *queer* e aos problemas que esta trouxe para o movimento ao deslocar o seu sujeito tradicional (as “mulheres”), o que tem se traduzido em um ataque às pessoas trans, bem como ao uso do gênero como categoria de explicação. Isso é problemático porque as autoras feministas da década de 1970 acabam sendo vistas como transfóbicas e suas

⁶ Embora seja comum que muitos dos posts não sejam acompanhados das referências bibliográficas utilizadas para fundamentação do argumento, é possível encontrar, no blog “QG Feminista” alguns exemplos de como essa crítica é feita: <https://medium.com/qg-feminista/teoria-do-feminismo-radical-e-teoria-queer-850c68671047>. Acesso em 19 de janeiro de 2022.

produções são lidas, contemporaneamente, a partir dessa problemática, e não a partir do seu próprio contexto.

Tais problemas moldam a forma como o feminismo crítico de gênero vem se constituindo e seus efeitos podem ser ilustrados através das chamadas “*TERF (trans-exclusionary radical feminism) Wars*” (cf. HINES, 2017, 2020; MCKINNON, 2017; ERIKAINEN; PIERCE; VINCENT, 2020; ZANGHELLINI, 2020; WILLIAMS, 2020), que são mais intensas em países como o Reino Unido, chegando a afetar o âmbito das políticas públicas de gênero, especialmente as que atendem pessoas trans (HINES, 2020). Lá, surgiram tensões dentro do campo feminista em decorrência das discussões em torno de uma lei nomeada *Gender Recognition Act*, criada em 2004, que permite que pessoas transicionem de gênero. Embora seja um ganho positivo para pessoas trans, tal processo envolve longas etapas burocráticas e médicas patologizantes, aspecto que dificulta a vida das pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi imposto no nascimento. Para facilitar a transição, no ano de 2018 organizações feministas propuseram a auto-identificação como critério para transição de gênero, porém, longe de ter alcançado consenso, a proposta gerou uma série de reações violentas às pessoas trans (ibid, 2020).

No Brasil, a tensão entre feministas radicais e outros agentes políticos não assumiu o mesmo grau que em países como o Reino Unido, mas isso não significa que a questão não tenha sido debatida entre nós. Um exemplo disso foi a polêmica causada a partir da primeira edição do livro “Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade” (2018), organizado por Heloísa Buarque de Hollanda. O livro foi composto por textos escritos por diferentes autoras e a controvérsia girou em torno de um capítulo cujo título era “Feminismo Radical”, escrito por Eloísa Samy, advogada e ativista. Nele, a autora faz uma breve exposição do que o feminismo radical defende e dentre as pautas está a abolição de gênero. Isso porque, segundo Samy, o gênero constrói papéis estereotipados que são incorporados durante o processo de socialização e responsáveis pela posição de subordinação das mulheres. Diante disso, a autora se coloca contra a transgeneridade porque a compreende apenas como uma adoção de práticas que são comuns às mulheres, o que não permitiria afirmar que homens são mulheres trans. Nesse argumento, destaca-se a importância que se atribui à experiência em decorrência da designação de sexo biológico e o modo como ela é moldada pelo sistema patriarcal. No entanto, o fato de que as experiências de mulheres trans são igualmente afetadas por um sistema patriarcal não anula as opressões que as mulheres cis estão sujeitas. É nesse sentido que as autoras de outros capítulos do livro se posicionaram

contra os argumentos desenvolvidos no referido capítulo, o que gerou a sua exclusão em edições posteriores.

É conveniente destacar que o feminismo radical trans-excludente/feminismo crítico de gênero apresenta diferenças nos contextos brasileiro e anglo-americano. O caso citado anteriormente sugere esse fato, sobretudo, considerando-se que no referido capítulo sobre o “feminismo radical” não há nenhuma referência teórica. Isto é, Eloísa Samy não toma como base nenhuma autora do feminismo radical, nem aquelas que ganharam destaque na década de 1970 nos Estados Unidos, nem aquelas que têm se denominado “feministas críticas de gênero” - ainda que suas ideias estejam em consonância com o que postulam algumas feministas radicais, sejam trans-excludentes ou não, como é o caso de Catherine MacKinnon ou ainda Andrea Dworkin. Embora não seja o objetivo desta dissertação realizar um estudo de recepção da teoria feminista radical no Brasil, esse fato, em conjunto com o destaque de blogs feministas radicais, sugere que as plataformas online têm sido o meio em que essa teoria tem chegado ao Brasil, o que pode implicar alguns problemas gerados pela não necessidade de um rigor teórico e metodológico na leitura dessas autoras. O contrário ocorre entre as feministas radicais anglo-americanas que possuem acesso à teoria feminista radical através da academia, basendo-se em um conjunto de autoras, sejam aquelas que são consideradas “clássicas” da corrente, como Shulamith Firestone e Kate Millett, sejam aquelas que estão mais próximas do chamado feminismo cultural, como Mary Daly.

Tal diferença coloca em evidência uma tensão entre a ciência e a política na medida em que cada um desses espaços implica diferentes interpretações acerca de um mesmo paradigma teórico, pois os objetivos dos agentes envolvidos em cada um deles diferem. Acredito que destacar isso é importante pois reconheço que nem toda produção que carrega o título de feminista também tenha a pretensão de ser científica, o que não significa que ela deve ser rejeitada - como é possível que ocorra quando se trata de produções feitas por mulheres - ou ainda que ela está isenta de críticas. Em outras palavras, ao mesmo tempo que outros conhecimentos podem ser deslegitimados por não carregarem o título de “científico”, a entrada de “ativismos” via campo acadêmico também desafia o que se entende por ciência.

De todo modo, são embates políticos como os citados anteriormente que demonstram como conceitos que ocuparam o debate acadêmico feminista principalmente nos anos 1970, sobretudo o de sexo, são retomados para evidenciar a capacidade reprodutiva e os genitais como fundamentais para a compreensão da opressão masculina. Percebe-se, então, que “no

centro desses debates estão as diferentes compreensões da ontologia das categorias sexo e gênero e as compreensões conflituosas de sua relação” (HINES, 2020, p.700). Essa retomada da teoria feminista radical em nome de práticas trans-excludentes abrange um conjunto de disputas em torno de conceitos como “papéis sexuais”, “gênero”, “sexo” e “relações sociais de sexo”. Cada um deles está circunscrito a um contexto específico e, apesar da sua circulação produzir desdobramentos que podem ou não distanciá-los de seus objetivos iniciais, seus usos só podem ser entendidos a partir da análise dos pressupostos que informam as diferentes teorias.

Para realizar uma investigação sobre a teoria feminista radical, então, é necessário partir de uma seleção cuidadosa de suas autoras, porque a sua extensão não é possível de ser totalmente apreendida aqui, o que impõe que o escopo deste trabalho seja restringido. Levando em consideração os objetivos desta pesquisa, busquei selecionar aquelas autoras que são mais citadas entre as feministas radicais trans-excludentes/feministas críticas de gênero. Aqui é importante ressaltar que não há uma organização teórica rigorosa nem em blogs feministas, nem em produções acadêmicas (cf. JAGGAR, 1986; WINTER, 2016). Por causa disso, é possível encontrar produções feministas de outras vertentes e abordagens teóricas, como a marxista ou ainda aquelas que fizeram parte do grupo *Psych et Po*⁷, como é o caso de Julia Kristeva, Luce Irigaray e Helene Cixous, unidas em um mesmo grupo. Por outro lado, pude perceber que há uma divisão de acordo com o local de produção teórica, sendo possível identificar duas principais origens do feminismo radical: os Estados Unidos e a França. Por causa disso, julguei necessário trazer feministas dos dois países para apontar quais são suas semelhanças e diferenças.

Também fiz uso de outros critérios para selecionar as autoras: levei em consideração a maneira como o feminismo radical é caracterizado atualmente entre suas militantes e em produções acadêmicas (MACKAY, 2015; 2021; RHODES, 2012; ROSWERANE, 2021), tanto as brasileiras como de outros países como Estados Unidos e Reino Unido. Partindo disso, o que ganhou destaque foi o conceito de patriarcado, como sistema fundamental para compreensão da opressão das mulheres, e a violência masculina como problema que organiza

⁷ Há algumas produções que apontam para os problemas que envolvem a recepção da teoria feminista francesa nos Estados Unidos (COSTELLO, 2016; JACKSON, 1996). A ideia de um "feminismo francês" deriva de uma construção estadunidense do que representa o feminismo francês. Esse termo frequentemente invoca autoras que estão dentro do campo da psicanálise e mantém relação com abordagens pós-estruturalistas, como é o caso de Helene Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva. Tal construção é problemática não apenas porque exclui feministas materialistas francesas, mas também porque aquelas que foram tomadas como representantes do "feminismo francês" não se diziam feministas (JACKSON, 1996).

a teoria e prática do feminismo radical (MACKAY, 2015; MACKINNON, 2016; 1989a; DWORKIN, 1989), o que justifica o capítulo dedicado ao tema.

Sabendo que o surgimento da teoria feminista radical marca o início da década de 1970, além de me concentrar naquelas mais citadas em argumentos trans-excludentes, também julgo necessário me ater àquelas que são as principais representantes de cada vertente. Este é o caso de Shulamith Firestone e Kate Millett na vertente estadunidense, sendo essa a utilizada com mais frequência para a fundamentação de argumentos trans-excludentes, por isso um foco maior nessas duas autoras. No primeiro capítulo desta dissertação, incluo também a teoria feminista radical francesa tanto porque há um diálogo teórico entre as autoras das duas diferentes origens quanto porque há produções que reúnem todas essas teorias sob o rótulo de “feminismo radical” sem explicitar as devidas diferenças (JAGGAR, 1983; WINTER, 2016; ROWLAND e KLEIN, 1996), forjando uma suposta homogeneidade de interpretações. Esse aspecto pode ser ilustrado através do blog “QG Feminista” no qual não há uma atenção às variações e aos dissensos que existem entre as autoras.

No contexto estadunidense, Firestone e Millett foram precursoras da teoria feminista radical, bem como ganharam destaque como ativistas no movimento de liberação de mulheres. Levar em consideração o fato de que essas autoras fazem parte da história inicial dessa vertente feminista é importante porque, após a primeira metade da década de 1970, o feminismo cultural, que emerge a partir do feminismo radical, acaba desfrutando de maior destaque (ECHOLS, 2019; WOLFF, 2007). Ainda que existam diferenças significativas entre essas duas abordagens feministas, feministas culturais, tais como Mary Daly e Robin Morgan, se declaram feministas radicais. Nesse sentido, para melhor compreender o feminismo radical é necessário olhar para as autoras que participaram dos seus primeiros desenvolvimentos a fim de apreender seus pressupostos fundantes.

No que diz respeito à teoria feminista radical francesa, irei me debruçar sobre reflexões feitas por Christine Delphy, uma das principais representantes da vertente teórica a qual está alinhada. Apesar de dar mais atenção a Delphy, também trago outras autoras como Colette Guillaumin não apenas porque ela estava em diálogo com Delphy, mas também porque ela fez parte da formação desse feminismo, como evidencia sua presença na construção do primeiro volume de “*Questions Féministes*”. De todo modo, Delphy foi uma das militantes e intelectuais que participaram ativamente da construção e do desenvolvimento do feminismo francês cuja produção lança as ideias-base dessa vertente. Em ambos os

contextos, estadunidense e francês, cada vertente feminista tomou rumos próprios que, embora sejam relevantes, não serão investigados neste trabalho porque a preocupação aqui está voltada para o momento de seu surgimento.

Mais importante, no entanto, é o fato de que são essas as autoras que aparecem com mais frequência como referências entre as feministas críticas de gênero, seja em produções acadêmicas, seja nos blogs feministas. No blog “QG Feminista”, por exemplo, há uma seção, cujo título é “Por onde começar”, para aqueles e aquelas que buscam ser iniciados e iniciadas em temas feministas. Entre as publicações disponíveis, há uma intitulada “Feminismo radical: história, política e ação” que consiste na tradução de um capítulo do livro “*Radically Speaking*” organizado por Renate Klein e Diane Bell. O texto apresenta a história do feminismo radical e suas características mais gerais. É nesse contexto que um conjunto de autoras com orientações teóricas distintas são reivindicadas: Christine Delphy, Kate Millett, Mary Daly, Catherine MacKinnon, Janice Raymond. Tais autoras fazem parte de momentos diferentes da história do feminismo radical, o que precisa ser levado em consideração. Isso porque, como aponta Alice Echols (2019), o feminismo radical teve seu auge entre os anos de 1967 e 1975, pois após esse momento foi capturado por uma corrente “cultural” do feminismo radical. Algumas dessas autoras, como é o caso de Delphy, passam, inclusive, a utilizar o conceito de gênero, sobretudo a partir da década de 1990.

Ao que parece, a centralidade que essas autoras fornecem ao conceito de sexo chama a atenção das feministas contemporâneas, que acabam mobilizando ideias para fundamentar suas posições, o que justifica a atenção dada ao conceito ao longo desta dissertação. No entanto, ainda que essas autoras sejam frequentemente reunidas, as diferenças que caracterizam suas reflexões merecem atenção. Nesse sentido, no primeiro capítulo busquei apresentar a formação dessa vertente feminista, identificando o que levou ao seu surgimento, bem como as questões que ela estava buscando resolver. Isso envolve pôr em relevo sua relação com o marxismo, pois, embora houvesse críticas a essa teoria, ela foi fundamental para a construção do feminismo radical, o que pode ser verificado através do modo como se apropriam da noção marxista de “materialismo” e “classe”.

A noção “mulher” ganha destaque aqui pois ambas as vertentes de feminismo radical consideram que o sistema de dominação patriarcal é um sistema de dominação das mulheres pelos homens. Esse detalhe fica evidente através do fato de que algumas autoras consideram o homem como o “inimigo principal” ou então postulam uma “luta dos sexos”, ou que o desejo

de construção da teoria feminista radical é orientado por uma experiência compartilhada por mulheres (DELPHY, 2015; FIRESTONE, 1976; ABREU, 2018). A partir disso, é possível supor que essa forma de conceber a relação entre homens e mulheres deriva do conceito de classe. Em decorrência disso, no segundo capítulo desta dissertação busquei analisar os pressupostos do conceito de “classe” em cada teoria e como seus sentidos diferem. Nesse mesmo contexto, o lugar que a diferença sexual ocupa em cada corrente do feminismo radical e como ela é concebida está no centro do debate sobre classe, porque ela indica tanto como a opressão será entendida quanto os caminhos de sua superação.

É preciso destacar que não se trata de propor aqui, preliminarmente, a abolição da noção “mulher” ou ainda o abandono do conceito de “diferença sexual” dentro do feminismo. Isso porque, ainda que possam trazer problemas para o feminismo, esses conceitos podem ser reconstruídos e utilizados a partir de novos significados, porque a possibilidade de transformação não impede o seu uso (BUTLER, 2004). De outro modo, trata-se aqui de compreender o sentido teórico da diferença sexual nas teorias do feminismo radical e como ela é utilizada politicamente

Além disso, os significados que o conceito de “patriarcado” assume na teoria feminista radical, bem como suas relações com outros sistemas de opressão, também têm relevância porque revelam sob quais condições as mulheres sofrem opressão, bem como sugerem as causas desta. É nesse sentido que “patriarcado” está diretamente relacionado ao conceito de sexo, pois esse último organiza a estrutura de dominação masculina que subordina as mulheres. Por causa disso, no terceiro capítulo desta dissertação busquei analisar como esse conceito é utilizado entre as teóricas do feminismo radical. Por fim, como ressaltado, a violência masculina aparece como um dos principais desdobramentos do patriarcado, sendo esse aspecto frequentemente destacado entre as reflexões sobre essa vertente. Sabendo disso, no último capítulo desta dissertação me dediquei a discutir este tema e, mais especificamente, o tema da prostituição e da pornografia porque eles colocam em destaque o sexo e o fato de que é na arena da sexualidade onde os homens exercem seu controle sobre as mulheres. Este último capítulo deve ser lido como uma espécie de apêndice ao meu argumento principal, sobretudo porque as autoras trabalhadas aqui escrevem suas obras a partir de alguns desdobramentos das teóricas da "primeira geração" de feministas radicais.

Realizar essa tarefa demandou considerar o contexto no qual tais autoras se inserem, com quem elas dialogam e quais questões suas teorias buscam responder. Esses aspectos

auxiliam a compreender a razão de ser de suas teorias, bem como perceber quais os seus limites. Desse modo, é possível se perguntar de que forma e em que medida podem fundamentar um argumento trans-excludente, haja vista que suas reflexões dialogam com as questões que estavam postas no momento em que foram produzidas e esse ainda não havia sido impactado pela entrada mais substancial dos problemas que envolvem pessoas trans.

Embora o objetivo desta dissertação possa parecer restrito a um problema particular da teoria feminista, as questões aqui levantadas dialogam de modo mais geral com problemas que têm caracterizado movimentos sociais na contemporaneidade, isto é, os limites da mobilização de identidades para a promoção de agendas políticas. Nesse sentido, espero que este trabalho possa contribuir para reflexões que extrapolam as que são aqui postas.

2 FORMAÇÃO, INFLUÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DO FEMINISMO RADICAL

Considerando o período da década de 1970 até os dias atuais, é possível identificar um extenso conjunto de autoras que se inserem no que pode ser chamado de “feminismo radical”. Durante esse período, essa teoria, assim como o movimento, tomou caminhos muito distintos, sendo possível identificar dissensos sobre diferentes questões, tais como a possibilidade de participação de homens no movimento até o significado de determinados conceitos. Meu objetivo neste capítulo não é tratar dos motivos que levaram às fragmentações dentro do próprio movimento feminista, representadas pela emergência do “feminismo cultural” e feminismo lésbico, por exemplo. No entanto, é importante destacar sua existência para ilustrar a heterogeneidade de posições dentro dessa corrente, bem como por que essas variações abriram precedentes para o surgimento de posicionamentos políticos trans-excludentes na medida em que discussões concentradas no controle dos corpos e especialmente no sexo biológico começaram a ganhar destaque, como veremos ao longo da dissertação.

Sendo assim, meu objetivo aqui é situar historicamente e diferenciar as duas grandes tradições do feminismo radical, a francesa e a estadunidense, porque seus desenvolvimentos teóricos levaram a interpretações distintas, embora ambas sejam “radicais” e tenham sofrido influência do marxismo. Nesse contexto, ganha centralidade na discussão a categoria “sexo”, bem como o tipo de materialismo pressuposto em cada teoria. Realizo esse exercício para demonstrar quais eram os problemas que o feminismo radical estava buscando responder na época a fim de perceber em que medida ele se distancia ou não do feminismo radical contemporâneo/feminismo crítico de gênero, que tem reivindicado objetivos políticos trans-excludentes com base em argumentos sobre a “materialidade da opressão” baseada no sexo biológico.

Desse modo, para apontar como esses posicionamentos contemporâneos se relacionam com a teoria feminista radical, é necessário compreender quais são estes aspectos básicos. Para tanto, retornar ao contexto histórico no qual são criados é fundamental para entendê-los: é em meados da década de 1970 que surgem produções feitas por feministas que participaram ativamente dos movimentos de liberação e dos movimentos pelos direitos civis que ocorreram na década de 1960 nos Estados Unidos. Na verdade, a década de 1960 foi um momento de efervescência política e cultural não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa, sendo esse um contexto comum ao feminismo radical estadunidense e ao feminismo radical

francês (ABREU, 2018; ECHOLS, 2019). Acontecimentos como a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã e os movimentos de descolonização na Ásia e África, por exemplo, orientaram o modo como grupos de ativistas da Europa e dos Estados Unidos questionaram política e socialmente os modelos de sociedade nos quais estavam inseridos.

É nesse momento histórico em que podemos identificar uma crise no marxismo que faz emergir múltiplas lutas no campo cultural a partir da introdução de novos pressupostos e novos quadros de referência. A formação de uma “nova esquerda” que amplia a compreensão do “político” ao abandonar espaços tradicionais de disputa, como os partidos políticos, revela outros eixos de análise do social. Uma das várias consequências disso foi a introdução de políticas identitárias no discurso político que se tornaram fundamentais para a afirmação das demandas de diferentes categorias, como a de mulheres e a da população negra.

Essa crise produz um rompimento com leituras mais ortodoxas do marxismo em decorrência de insatisfações com as limitações que seu quadro teórico propunha. Isso porque, mesmo para pensadores à esquerda do espectro político, a ênfase na dimensão econômica da opressão de classe não era mais vista como suficiente para explicar opressões de outro caráter, como as de gênero e de raça. É nesse cenário que se situa o feminismo radical: influenciado por movimentos⁸ pelos direitos civis, a exemplo do movimento negro, ele surge por causa da necessidade que as mulheres sentiam de discutir suas próprias questões, como o aborto e o trabalho doméstico, uma vez que os grupos de esquerda as consideravam como secundárias e por isso se dedicavam apenas à “luta maior” (ECHOLS, 2019). É nesse sentido que a ideia de que cada grupo deveria se organizar em torno de sua própria opressão, ao invés de trazê-la para dentro das organizações de esquerda centradas nas questões de classe, torna-se um princípio a ser seguido entre os grupos que emergem a partir da fragmentação política da “velha esquerda” (ABREU, 2018; ECHOLS, 2019).

No entanto, isso não significa afirmar que essa ideia foi aceita sem resistência, sobretudo tendo em vista que algumas mulheres ainda insistiam em trazer a discussão de suas questões para dentro de grupos de esquerda tradicionais e outras achavam que essas questões deveriam ser tratadas apenas depois de uma revolução socialista. De qualquer modo, a diluição das “questões das mulheres” em pautas mais amplas da esquerda foi um problema enfrentado por ativistas dos Estados Unidos e da França.

⁸ São dois grupos que ganham destaque neste período: “*Student Nonviolent Coordinating Committee*” (SNCC) e o “*Students for a Democratic Society*” (SDS). Esses dois também eram referidos como “Movimento”, como aponta Alice Echols (2019).

Desde já, destaco que o agrupamento que faço aqui das feministas radicais tem como base as suas próprias classificações. Isso significa dizer que tanto as francesas quanto as estadunidenses se declaram “feministas radicais” e é por isso que, por vezes, as coloco no mesmo grupo. Embora todas sejam “radicais”, busco diferenciá-las porque as pressuposições de cada tradição abriram margem para desdobramentos teóricos e políticos que seguem caminhos diferentes. Por vezes, esse aspecto não é destacado nem na literatura sobre o tema (JAGGAR, 1984; WILEY, 2016), nem entre as feministas do feminismo radical contemporâneo, sobretudo no caso do Brasil, como fica evidente no blog citado anteriormente, o “QG Feminista”. Por exemplo, em algumas das suas publicações⁹ sobre como iniciar um estudo sistematizado do feminismo radical, as indicações bibliográficas não levam em consideração a forma que as autoras se distinguem entre o si, o que aparenta ocorrer é o fato do rótulo de “radical” utilizado pelas próprias teóricas ser o suficiente para as autoras serem reunidas em um mesmo grupo. Dito isso, no início do desenvolvimento de ambas as tradições do feminismo radical, é possível identificar produções que relatam esses problemas, como “A Dialética do Sexo” ([1969] 1976) de Shulamith Firestone e a revista feminista francesa “*Questions Féministes*” (1977), cujas fundadoras foram Christine Delphy, Monique Wittig, Collette Guillaumin, Paola Tabet e Simone de Beauvoir.

Elas [as socialistas] não eram nem feministas verdadeiras nem radicais verdadeiras, porque ainda não viam a causa das mulheres como um problema em si mesmo legitimamente radical. Vendo o W.R.M [*Women's Rights Movement*] como apenas tangente a uma outra política mais importante, elas, num certo sentido, viam a si mesmas como homens incompletos: os problemas femininos pareciam-lhes “especiais”, “sectários”, enquanto que os problemas relativos aos homens eram “humanos”, “universais” (FIRESTONE, 1976, p.30)

No começo do movimento, duas correntes de análise de opressão das mulheres emergiram, uma que se chama “feminismo revolucionário” (nos Estados Unidos, “feminismo radical”) - aquela a qual pertencemos - e outra “tendência da luta de classes”. Essa última tentou encontrar uma articulação, como dizemos, entre a luta das mulheres e a luta de classes, a partir da teoria marxista, mas sem contestá-la no que nos parece não apenas suas lacunas mas suas incoerências quando se trata de situar a opressão das mulheres (QUESTIONS FÉMINISTES, 1977, p.7, tradução minha).

⁹ Nesta publicação em específico a autora traz Mary Daly, feminista radical estadunidense que fez parte do movimento no momento de emergência do “feminismo cultural”, que, por sua vez, tem como uma de suas características básicas a valorização daquilo que é considerado como feminino. Ao mesmo tempo, Christine Delphy, feminista radical francesa também é citada para ilustrar alguns dos argumentos do post. Ao fazer isso, perde-se de vista o fato de que Delphy é uma das autoras da tradição francesa que questiona a naturalidade do sexo biológico, pressuposto que é incompatível com as afirmações trazidas por Mary Daly (FALQUET; CURIEL, 2014). Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/feminismo-radical-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-a-%C3%A7%C3%A3o-5f12590c080d>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

Esses trechos revelam que as "questões das mulheres" não foram compreendidas como problemas políticos e sociais legítimos à primeira vista, e a ausência desse reconhecimento partiu tanto das organizações tradicionais de esquerda, de um modo mais amplo, quanto das próprias mulheres que participavam delas, pois não concordavam com a formação de um movimento específico por razões diversas. Algumas porque estavam mais próximas de um feminismo liberal - bastante questionado por seu caráter reformista, pois não realiza críticas mais profundas às estruturas capitalistas e patriarcais, buscando uma integração a esses sistemas, mais do que uma transformação. Outras, de orientação socialista, acreditavam que a criação de um movimento voltado exclusivamente para questões das mulheres iria afetar negativamente a luta pelo fim da opressão e da exploração capitalista. Convém ressaltar que o primeiro problema diz respeito mais ao feminismo estadunidense, cujas tradições liberais foram mais influentes desde o início do século (FIRESTONE, 1976) do que na França, que sofreu uma maior influência de feministas socialistas.

De qualquer modo, a resistência ao novo modo como se propunha debater os problemas relativos à realidade das mulheres pode também ser compreendida através da consideração sobre o que era entendido como um assunto "político" na época. Ao trazer para o centro do debate dos movimentos sociais questões¹⁰ como a política sexual, a divisão sexual do trabalho, o aborto e problemas que estão relacionados às dinâmicas das relações sociais do ambiente doméstico, as mulheres buscavam ampliar o significado do político. A introdução dessas questões renovou as formas de organização política, posto que implicam a necessidade de criação de outras estratégias de luta contra opressão e exploração, o que por vezes era visto apenas como "sectarismo" (cf. ECHOLS, 2019; FIRESTONE, 1976).

Destaco esses aspectos porque eles me parecem importantes para compreender os motivos pelos quais grupos feministas optaram, em determinados momentos, por permitir apenas mulheres em suas discussões. Sabendo que havia grupos de esquerda e homens que não levavam a sério seus problemas, faz sentido supor que um grupo constituído apenas por mulheres iria facilitar a comunicação entre elas, seja porque se sentiam mais confiantes para falar sobre a própria opressão, seja porque eram ouvidas de fato.

¹⁰ Temas relativos já eram discutidos por feministas de outros períodos históricos, como Charlotte Perkins Gilman, Marianne Weber, Flora Tristan. No entanto, as realizações da "segunda onda" do feminismo ganham destaque, em parte, porque se inserem em um período de efervescência política mais amplo no qual movimentos sociais desfrutavam de maior poder político.

“*Women’s International Terrorist Conspiracy from Hell*” (WITCH), “*New York Radical Feminists*” (NYRF) e “*Redstocking Manifesto*” eram alguns dos grupos feministas que surgiram no fim da década de 1960 a partir de dissidências dentro do *New York Radical Women* (cf. ECHOLS, 2019; RHODES, 2012). Entre eles, havia algumas divergências, por exemplo, enquanto o NYRF acreditava que o propósito da opressão das mulheres era a satisfação do ego masculino, o *Redstocking Manifesto* acreditava que a dominação é o principal objetivo a ser alcançado através da opressão. Apesar disso, todos compartilhavam do pressuposto de que a experiência vivida, mais especificamente, a experiência enquanto mulher, é a única autoridade que serve de base para a construção de uma prática política feminista (RHODES, 2012). Esse detalhe é importante aqui porque envolve o questionamento sobre o que é ser mulher, pergunta que tem sido retomada e revista por feministas radicais contemporâneas a partir da consideração das consequências que a teoria *queer* acarretou para o feminismo, sendo a participação de novas identidades na política feminista uma delas. De todo modo, "ser mulher" auxiliava na melhor compreensão das opressões que eram denunciadas, ou pelo menos esse era um pressuposto assumido entre as feministas, porque se tinha a ideia de que, uma vez reconhecida a realidade opressiva que compartilhavam, todas elas estavam sujeitas às mesmas experiências.

De antemão, é conveniente destacar que a crença que o feminismo deveria responder por todas as mulheres faz com que exista uma ênfase no problema dos marcadores sociais que afetam diferencialmente as mulheres. É conveniente destacar que antes desse momento autoras como Viola Klein, Flora Tristán e Marianne Weber já haviam desenvolvido reflexões sobre a diferença (cf. DAFLON; CAMPOS, 2020; MATA, 2014; TRISTÁN, 2015). No entanto, é durante a década de 1960, com a emergência dos movimentos pelos direitos civis, que esses marcadores ganham mais destaque.

A ideia de uma “unidade de mulheres” é problematizada a partir das diferenças de classe, raça e sexualidade. Apesar disso, a defesa desta unidade ainda era mantida porque, como afirma Rhodes (2012): “a unidade é baseada menos em uma concepção essencialista do que é ser mulher, do que uma concepção construtivista do self dentro do patriarcado” (p.31).

É nesse cenário que podemos falar da política do “*consciousness raising*”¹¹, isto é, dos grupos de conscientização nos quais mulheres debatiam os problemas vivenciados no plano pessoal. Alguns deles, sobretudo os ligados à dimensão reprodutiva, garantiam o caráter coletivo e político dessas identidades. Mesmo que até hoje seja considerada uma das grandes contribuições do feminismo radical (RHODES, 2012), a atividade de conscientização era vista com certa suspeita por alguns grupos feministas como o WITCH, pois as suas integrantes adotavam uma estratégia voltada para uma prática política que envolvia confronto direto. Essa estratégia não era característica do funcionamento dos grupos de conscientização, onde mulheres feministas discutiam os problemas entre si. Já o *Redstocking*, embora tenha realizado esse tipo de atividade, também apontava para seus possíveis aspectos negativos, como a ideia de que alguns problemas podem ser resolvidos individualmente, a perda do caráter político da atividade e a incapacidade de organizadoras lidarem com a heterogeneidade do grupo. Além disso, também havia problemas relacionados à organização das sessões dos grupos de conscientização porque eles não possuíam uma estrutura fixa, o que atrapalhava o andamento e o desenvolvimento da atividade. Por fim, os grupos de conscientização não garantiam ampla participação, uma vez que as discussões acabavam sendo dominadas por poucas mulheres (RHODES, 2012).

O problema da estrutura organizacional minava ações políticas que eram almejadas por parte de algumas das feministas que compunham as organizações por causa da ausência de uma estrutura formal que pudesse aproximar as participantes dos grupos de conscientização do movimento de mulheres como um todo. Levando em consideração que o objetivo da construção desses grupos não era apenas o compartilhamento de experiências em si, mas, a partir dessa atividade, promover a construção de uma teorização e educação feminista anterior à prática política, esse problema causou tensões nos grupos que tentavam se mobilizar para uma ação direta. Como Rhodes (2012, p. 37) resume a questão,

O *Redstocking* escreveu que um dos seus princípios fundadores era o compromisso com a “democracia interna”, que significava fornecer a todas as mulheres uma “chance igualitária para participar, assumir responsabilidade, e desenvolver seu potencial político”. Na realidade,

¹¹ Assim como as próprias feministas radicais tecem críticas aos grupos de conscientização, feministas de outras vertentes teóricas também o fazem, como é o caso de bell hooks (2019) que aponta os limites do potencial político dos grupos de conscientização. Isso porque, segundo a autora, a capacidade de explicar as mazelas sociais que estavam submetidas não necessariamente leva à construção de uma consciência política e a um consequente engajamento na transformação do mundo. Nesse sentido, enxergar a própria realidade é apenas o primeiro passo da luta contra o patriarcado. Além disso, hooks também destaca o caráter racial e de classe que estavam circunscritos aos problemas debatidos pelas mulheres a fim de demonstrar como eles se distanciaram da realidade de mulheres negras.

democracia interna frequentemente significava caos e uma inabilidade de agir enquanto grupo.

De todo modo, como ressaltado, a noção de experiência ocupou um papel importante na construção de teorias feministas e não foi diferente no caso do feminismo radical. Contudo, quando consideramos o seu famoso *slogan* segundo o qual “o pessoal é político”, o aspecto solipsista da experiência é minimizado nessa vertente. De acordo com Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), se pensarmos a história do feminismo a partir das suas “ondas”, é possível perceber que, enquanto as reivindicações da primeira giravam em torno do direito ao voto, a segunda onda ganha visibilidade, sobretudo, por interrogar as fronteiras do político. Através das críticas feitas a instituições e práticas como a família, o casamento, o amor, o estupro e a heterossexualidade, as feministas radicais buscavam mostrar como a opressão de mulheres atravessava diferentes instituições e aspectos da sociedade, o que se constituía como um problema político (ECHOLS, 2019). É nesse sentido que as experiências da vida cotidiana das mulheres se tornam fonte de construção de uma teoria feminista, e também em decorrência do uso do conceito de “experiência vivida”, que Beauvoir apropria da fenomenologia filosófica (RHODES, 2012). Utilizar essas experiências como ponto de partida foi produtivo na medida em que, na perspectiva da fenomenologia existencial de Beauvoir, permitiam a percepção de que determinadas situações não se configuram como problemas individuais.

Na época de formação dessa vertente, havia diferentes interpretações acerca da opressão das mulheres, sendo três as abordagens que desfrutavam de mais aderência nos espaços políticos: o feminismo liberal, o feminismo radical e as “politiqueiras¹²”. O aspecto que diferencia o feminismo radical das outras duas abordagens é o fato de que feministas radicais não buscavam a integração das mulheres em um sistema patriarcal como as feministas liberais e nem acreditavam que a liberação das mulheres seria possível através de uma revolução socialista como as “politiqueiras” (ECHOLS, 2019). Para elas, a opressão das mulheres decorre da supremacia masculina, e o patriarcado é o sistema pelo qual os homens

¹² Termo utilizado na edição brasileira de “A Dialética do Sexo”. No livro, Shulamith Firestone descreve três correntes que abordam problemas feministas: as politiqueiras, as feministas radicais e as liberais ou reformistas. De modo semelhante, em “*Daring to be bad*” (2019), Alice Echols destaca essas mesmas três correntes para ilustrar as abordagens que eram propostas para interpretar e solucionar os problemas relacionados à realidade das mulheres. “*Políticos*”, o termo original, de modo geral, se refere às feministas de influência marxista que não viam com bons olhos a construção de um movimento autônomo de mulheres, porque, desse modo, se perderia de vista a luta de classes. Para elas, a opressão de mulheres tinha como causa o capitalismo e, por isso, as mulheres deviam se manter conectadas ao “Movimento” - termo utilizado como sinônimo de “*Student Nonviolent Coordinating Committee*” (SNCC) and “*Students for a Democratic Society*” (SDS), dois grupos de esquerda que pautaram as questões políticas durante um período da década de 1960.

exercem seu poder. Como consequência, as lutas do feminismo radical são conduzidas, primeiramente, contra o sistema patriarcal.

O patriarcado é um conceito fundamental para ambas as tradições da teoria feminista radical porque revela de que modo as mulheres são oprimidas e quais são as causas dessa opressão. No entanto, é conveniente ressaltar que, no caso de Shulamith Firestone, feminista radical estadunidense, ele não é um conceito utilizado com frequência, embora seja importante para as reflexões produzidas por outras autoras dessa tradição, tais como Kate Millet, Andrea Dworkin e Catherine MacKinnon. Além disso, a ênfase atribuída à supremacia masculina sugere, para além de outras coisas, que todas as mulheres são afetadas por esse sistema de dominação. É por causa disso que a luta dessa vertente feminista tem como foco a liberação de todas as mulheres. Contudo, cada tradição do feminismo radical possui aspectos particulares que são ilustrados através das diferenças nos significados dos conceitos de “sexo”, “classe sexual” e “materialismo”. Essas diferenças as fazem divergir nas suas análises e, como consequência, nas suas propostas de transformação. Portanto, irei explorar e analisar esses conceitos não apenas para compreender como as mulheres eram percebidas enquanto grupo, mas também para notar em que medida essa concepção de “mulher” se desloca ou não daquela que é mobilizada atualmente por feministas críticas de gênero/feministas radicais contemporâneas. Primeiramente, buscarei destacar aspectos teóricos gerais que tratam dessa transformação em cada tradição do feminismo radical e, para tanto, faz-se necessário uma discussão sobre a teoria marxista e o modo como ela foi apropriada por cada teórica feminista.

2.1 O marxismo como ponto de partida para uma abordagem materialista do sexo

Nos contextos estadunidense e europeu, os problemas relativos à opressão das mulheres não se localizavam apenas no plano das práticas políticas da esquerda marxista, mas acompanhavam também o nível teórico. De acordo com as feministas radicais, as questões que faziam parte do cotidiano das mulheres não eram abordadas pelo quadro marxista, o que impedia que as mulheres fizessem análises adequadas das dinâmicas de opressão a que estavam submetidas. Tanto Shulamith Firestone em “A Dialética do Sexo” (1976) quanto Christine Delphy, Colette Guillaumin, Monique Wittig, Paola Tabet e Simone de Beauvoir, no primeiro volume de “Questions Féministes” (1977), relatam a ausência¹³ de um quadro teórico

¹³ Em um sentido oposto, há feministas de outras orientações teóricas, como Betty Friedan, que dão conta de uma série de problemas vivenciados pelas mulheres, apesar de lhe faltar uma reflexão teórica. Convém destacar que há autoras como Rhodes (2012) que reconhecem a importância das questões trazidas por feministas liberais no

capaz de apreender a opressão das mulheres. Em ambas as tradições, houve tentativas de incluí-las nas abordagens marxistas, no entanto, elas não foram bem sucedidas porque, na perspectiva das autoras, não tocavam na raiz da opressão das mulheres.

Embora as feministas de cada uma das tradições acreditassem na legitimidade das "questões das mulheres" enquanto assunto político que deve ser englobado pela esquerda de modo mais amplo, a forma como analisaram sua opressão no nível teórico diverge bastante. É esse ponto em específico que ganha relevância aqui porque, ainda que seja possível constatar um diálogo contínuo entre teoria feminista e práticas feministas, a teoria orienta em parte o modo como essas práticas devem ser organizadas e vice-versa - uma concepção cuja origem está na não separação¹⁴ entre teoria e prática presente na tradição marxista. Não foi, portanto, por acaso que o marxismo tenha exercido grande influência no pensamento das feministas de ambas as tradições do feminismo radical, mesmo que numa perspectiva crítica.

Nesse sentido, a crítica ao marxismo não resultou na rejeição dessa teoria, mas na sua ampliação, o que fica evidente através da expansão de significados de conceitos como os de "classe" ou "trabalho". No entanto, mesmo o marxismo sendo o ponto de partida das reflexões de ambas as tradições, elas assumiram rumos diferentes quando se apropriaram dessa teoria. Enquanto as feministas francesas parecem ter mantido uma maior proximidade com essa abordagem, por motivos que veremos a seguir, as teorias de feministas estadunidenses apontam para uma maior independência, no sentido de se afastar de uma análise da opressão da mulher fundamentada no capitalismo.

Os conceitos de "sexo", "classe sexual", "papéis" e "relações sociais de sexo", que serão analisados ao longo da dissertação, estão embasados em uma perspectiva materialista da opressão das mulheres - e esse é um dos motivos pelos quais destaco a teoria marxista aqui. Sua influência no feminismo radical é inegável, ainda que o modo como ela é apropriada seja passível de críticas. A fim de explicitar os sentidos de uma abordagem materialista, faço um parêntese para expor os principais sentidos do termo "materialismo". Primeiramente,

que diz respeito à busca pela igualdade entre homens e mulheres, pois, ainda que sejam suficientes e passíveis de críticas, elas poderiam promover uma transformação significativa da vida das mulheres. A autora ainda faz uma comparação com as feministas radicais que enfatizam problemas existentes na dimensão cultural.

¹⁴ bell hooks (2018), por exemplo, caracteriza-se como uma das grandes autoras feministas que chamam atenção para a necessidade de manter essas duas dimensões bem conectadas. A autora dá ênfase ao fato de que militantes do movimento feminista frequentemente se sentiam superiores às mulheres que estavam situadas dentro do espaço acadêmico, porque acreditavam que a prática política era mais importante que uma formação teórica. Ao mesmo tempo, chama atenção das "feministas acadêmicas" para que suas pesquisas também visem uma transformação prática do mundo.

destacarei a categoria “materialismo histórico”, porque ela é vista como insuficiente para as feministas radicais, sendo as suas lacunas o ponto de partida das análises.

O materialismo histórico consiste na teoria da história desenvolvida por Marx e Engels: a interpretação da história universal baseada na autocriação do homem e da natureza através do trabalho humano. Essa visão materialista da história está presente de modo mais evidente em “A Ideologia Alemã (1845-1846)” ([1867] 2021) em que os autores sugerem a tese de que “*diferentes organizações socioeconômicas da produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou a impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade*” (BHASKAR, 1988, s/p). As “organizações socioeconômicas” dizem respeito aos diferentes modos de produção teorizados pelos autores - primitivo, escravista, asiático, feudal, capitalista, socialista - que podem ser compreendidos enquanto sistemas sociais de produção nos quais está implicada uma relação específica entre os "homens" e as forças produtivas, sendo essa relação compreendida como as “relações de produção”. Nesse sentido, ainda segundo o autor, "a expansão da capacidade produtiva da sociedade" depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, que, por sua vez, constitui-se através de dois elementos: os meios de produção e a força de trabalho.

Posto isso, o que é necessário ser ressaltado aqui é o fato de que a teoria sociológica contida no materialismo histórico de Marx está diretamente associada a sua teoria econômica, o que significa que a forma que ele percebe a organização da sociedade está baseada no modo de produção da vida material, isto é, na economia. Embora o materialismo histórico de Marx e de Engels não possa ser reduzido a uma perspectiva economicista, de acordo com feministas radicais como Shulamith Firestone (1976), por exemplo, um dos problemas do materialismo histórico diz respeito ao seu economicismo, o que causa problemas às interpretações da opressão da mulher. Isso porque, em seu argumento, existe um nível da realidade que não deriva da economia. Além disso, esse não é o único problema apontado por feministas: outra discordância importante diz respeito à concepção de trabalho sob o capitalismo em termos de trabalho produtivo, o que significa que problemas relativos ao trabalho doméstico não são considerados nas relações de produção e na acumulação de capital.

Contudo, a própria interpretação do que consiste o materialismo histórico depende da forma como “materialismo” é concebido. Conforme Roy Bhaskar (1988), existem diversos tipos de posições materialistas que ajudam a conformar o materialismo histórico de Marx e Engels, assim como dos diversos autores marxistas, que podem enfatizar um ou outro: o

materialismo ontológico, o materialismo epistemológico e o materialismo prático (BHASKAR, 1988, s/p). O primeiro “*afirma a dependência unilateral do ser social em relação ao ser biológico (e, mais geralmente, ao ser físico) e a emergência do primeiro a partir do segundo*” (BHASKAR, idem). Em outros termos, esse materialismo aponta para o fato de que não é possível existir sociedade e cultura sem natureza, mas, como a noção de emergência sugere, isso não implica uma explicação do social ou do cultural em termos de causas biológicas. Já o segundo “*afirma a existência independente e a atuação transfactual de pelo menos alguns dos objetos do pensamento científico*” (BHASKAR, idem), o que significa dizer que parte da realidade existe independente do nosso conhecimento ou do que pensamos sobre ela. Por último, o materialismo prático “*afirma o papel constitutivo da ação transformadora do mundo na reprodução e na transformação das formas sociais*” (BHASKAR, idem). Aqui, Bhaskar chama atenção para o engajamento na transformação prática do mundo social e para o fato de que ele se limita à esfera social, onde a “matéria” deve ser entendida no sentido de “prática social”. Situar essa concepção de materialismo aqui é interessante para perceber de que modo alguns dos seus aspectos são enfatizados nas teorias das feministas radicais e, conseqüentemente, quais são suas diferenças em relação a autores como Marx e, em particular, Engels.

Começarei minha investigação pela teoria feminista radical estadunidense me concentrando sobretudo em duas autoras: Shulamith Firestone e Kate Millett, cujas obras principais foram escritas em meados da década de 1970. Convém ressaltar, no entanto, que a ênfase maior será dada à primeira autora, enquanto a segunda será utilizada como contraponto aos argumentos e conceitos desenvolvidos pela primeira. Seu livro “A Dialética do Sexo” (FIRESTONE, 1971) é considerado uma das grandes produções da segunda onda do feminismo, bem como do próprio feminismo radical. Ao enfatizarem o caráter “materialista” da análise de Firestone, teóricas feministas (SANDFORD, 2010; HOWIE, 2010; BARRETT, 1986) e atrizes do feminismo radical contemporâneo trans-excludentes/críticas de gênero têm reforçado a impressão de que a teoria de Firestone é essencialista e biologizante - seja para criticar as posições teóricas da autora, seja para justificar a exclusão de mulheres trans do movimento feminista. Neste sentido, torna-se necessário investigar sua concepção de materialismo e o próprio conceito de “sexo” no pensamento da autora.

2.2 Shulamith Firestone e A Dialética do Sexo

É no primeiro capítulo de “A Dialética do Sexo” (1976) que Firestone lança as bases epistemológicas e filosóficas mais amplas que organizam toda a sua análise. Esse primeiro esforço parte da necessidade de superar o economicismo da teoria marxista em relação à análise da opressão das mulheres. Contudo, isso não significa que há uma rejeição dessa teoria, o que ocorre é uma tentativa de ampliá-la a partir da introdução de um novo elemento que, em sua interpretação, estrutura não apenas a organização da sociedade, mas também da natureza: o sexo. À primeira vista, Firestone parece acomodar as acusações de que sua teoria assume um caráter “essencialista” e “biologizante”, mas é interessante perceber que ela já inicia sua exposição a partir do conceito de “classe sexual” para dar conta da opressão das mulheres: *“As classes sexuais são tão enraizadas que se tornam invisíveis. A existência dessas classes pode parecer uma desigualdade superficial, facilmente solucionável com algumas reformas, ou talvez com a integração plena das mulheres na força de trabalho”* (FIRESTONE, 1976, p.11). Nesse primeiro apontamento, dois aspectos ganham relevo. O primeiro diz respeito à utilização do termo “classe¹⁵” para se referir às mulheres e aos homens enquanto grupo social, o que sugere um afastamento de uma interpretação biologizante de cada um desses grupos. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que a autora rejeita a tese de Engels segundo a qual a opressão das mulheres acabaria quando elas passassem a fazer parte dos processos produtivos via inserção no mercado de trabalho (ENGELS, 2012).

Diferentemente da revolução do proletariado, a revolução feminista envolve “a mudança de uma condição biológica fundamental” que não encontra caminho para a transformação através de categorias tradicionais do pensamento político (FIRESTONE, 1976, p.11). De forma semelhante à revolução do proletariado, a revolução feminista envolve uma análise materialista das relações entre os sexos - entendida aqui no sentido de uma relação específica entre os seres humanos (homens e mulheres) e entre estes e as forças produtivas.

Para a revolução feminista, precisamos de uma análise da dinâmica da guerra dos sexos tão completa quanto para a revolução econômica foi a análise de Marx e Engels sobre o antagonismo das classes. Mais completa ainda. Porque lidamos com um problema mais amplo, com uma opressão que remonta além da história escrita, até o próprio reino animal (FIRESTONE, 1976, p.12).

A citação torna evidente a expansão que Firestone faz do problema da desigualdade entre homens e mulheres, tendo em vista que ela é situada no plano da natureza, no “reino animal”. Num sentido importante, Firestone radicaliza aquilo que Bhaskar entende por

¹⁵ Embora esteja trazendo esse conceito aqui, ele será discutido mais detalhadamente no capítulo seguinte.

“materialismo ontológico” ao transformá-lo em uma espécie de dialética da natureza - algo que nem o próprio Engels fez em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” ([1844] 2012). Isso porque, como veremos, o propósito de Firestone era o de “tentar desenvolver uma visão materialista da história baseada no próprio sexo” (FIRESTONE, 1976, p.16). Mas é aqui que surge a possibilidade de um reducionismo biológico.

A principal crítica de Firestone aos materialistas históricos é a de que eles não foram capazes de reconhecer a especificidade da opressão das mulheres. Para ela, o problema reside no fato de que o materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels implica uma leitura parcial da realidade por focar apenas nas raízes econômicas das desigualdades. Segundo a autora, Engels deu atenção demais à divisão do trabalho entre o homem e a mulher, à organização da família nuclear patriarcal e ao modo como os papéis são dispostos entre homens e mulheres. Em suma, o erro de Engels estava em reconhecer “*o sistema sexual de classes apenas onde ele se sobrepunha ou iluminava seu modelo econômico*” (FIRESTONE, 1976, p.15).

A rejeição desse caráter economicista em Engels se traduz na busca por uma independência da opressão das mulheres em relação a outros sistemas de dominação, assim como é característico da teoria feminista radical. Tal busca é defendida pela autora com base no argumento de que a opressão das mulheres não deriva de origens econômicas, o que explica a parcialidade do materialismo histórico, mas sim de uma base sexual. É desse modo que a autora propõe, como dito acima, o desenvolvimento de “*uma visão materialista da História, baseada no próprio sexo*” (FIRESTONE, 1976, p.16).

Até então, nota-se que o materialismo histórico dialético de Firestone não está restrito à dimensão social tal como o desenvolvido por Marx e por Engels em seu “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” ([1844] 2012). Para os autores, são fatores sociais que permitem o desenvolvimento da história: por exemplo, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção se tornam um dos problemas centrais no materialismo histórico na medida em que elas podem acentuar a luta de classe e dar origem a outro modo de produção (BHASKAR, 1988; MARX; ENGELS, 2021). Já o materialismo histórico dialético de Firestone é expandido para alcançar o domínio da natureza, porque é nela que se origina o problema da opressão da mulher. Nesse sentido, à primeira vista, é possível pressupor uma interpretação a-histórica quando a autora afirma que busca desenvolver uma análise materialista da história baseada no sexo, pois, fazendo parte do

domínio da natureza, não seria possível transformá-lo. No entanto, Firestone parte de um outro pressuposto: o fato de que a transformação da natureza - e, portanto, a transformação do sexo biológico - é possível. Desse modo, ao mesmo tempo que concebe essa possibilidade, ela também busca historicizar a própria natureza. Mas, como veremos adiante, essa posição não é facilmente sustentável.

Firestone afirma que esse modelo de análise ainda não foi assumido entre teóricas feministas. É nesse sentido que ela faz uma crítica à Beauvoir e a sua visão existencialista do feminismo. Isso porque Beauvoir recorre às categorias hegelianas para explicar o dualismo entre homens e mulheres, rejeitando o fato de que “[o homem] ele vê o mundo sob o signo da dualidade, que não é, em primeira instância, de caráter sexual” (BEAUVOIR apud FIRESTONE, 1976, p.17). O problema de Beauvoir reside na sua rejeição do caráter sexual do dualismo, sendo esse o aspecto que é resgatado por Firestone. Em outras palavras, para a autora estadunidense o dualismo básico entre homens e mulheres brota do próprio sexo biológico, não da ciência, da tecnologia, da ideologia ou de outras práticas sociais.

É desse modo que Firestone vai mais além, porque a independência na explicação da opressão da mulher não diz respeito à existência de um sistema político e social específico que tem esse objetivo no horizonte, mas remonta a um nível anterior, isto é, o da natureza. Tal aspecto explica o fato da autora não ter o conceito de “patriarcado” como central a sua teoria, assim como justifica sua afirmação de que a transformação da realidade das mulheres não pode ser descrita via categorias tradicionais do pensamento político (FIRESTONE, 1976). De todo modo, para Firestone, o dualismo dos sexos baseado na própria biologia não implica apenas diferença, mas desigualdade. É neste sentido que esse problema não produz apenas a opressão da mulher, mas também outros, como o racismo e as próprias desigualdades de classe, porque, levando em consideração que está localizado no plano da natureza, ele é anterior ao social. Por isso, estabelece-se como a “raiz” de uma série de problemas sociais.

Em decorrência disso, Firestone se concentra nas diferenças biológicas entre homens e mulheres para discorrer sobre as causas dessa opressão. Nesse contexto, o controverso conceito de “família biológica”, caracterizado como “a unidade reprodutiva básica homem/mulher/criança”, é um dos pontos que sustenta seu argumento de que a opressão das mulheres tem como raiz uma condição biológica, e não histórica.

Partindo de Engels¹⁶, a autora identifica quatro fatos fundamentais, “se não imutáveis” (FIRESTONE, 1976, p.18), que caracterizam esse tipo de família. O primeiro seria a de “*que as mulheres, através de toda a História, antes do advento do controle da natalidade, estavam à mercê constante de sua biologia - menstruação, menopausa, e “males femininos”, de contínuos partos dolorosos etc*” (FIRESTONE, 1976, idem). Essa característica deixa evidente a percepção que a autora possui acerca das “condições biológicas” das mulheres, sendo elas vistas como problemáticas. O segundo seria o fato de que os filhos necessitam de apoio dos adultos para sobreviver, ainda que por um período curto de tempo. Terceiro, “*que a interdependência básica mãe/filho existiu de alguma forma em todas as sociedades, passadas ou presentes, e conseqüentemente moldou a psicologia de toda mulher madura e de toda criança*” (FIRESTONE, idem). Esse pressuposto reitera a posição das mulheres como cuidadoras de crianças, independentemente do tempo e do espaço. Por fim, o quarto fato seria a de “*que a diferença natural da reprodução entre os sexos levou diretamente à primeira divisão de trabalho baseada no sexo*” (FIRESTONE, idem). Essa última característica é uma influência do pensamento de Engels sobre a família. De todo modo, ambos afirmam que a biologia reprodutiva determinou a divisão sexual do trabalho.

Passagens como essas ilustram como sua ênfase no “materialismo ontológico” por vezes assume uma dimensão reducionista em que não se trata de mera anterioridade temporal da natureza em relação à cultura (anti-anthropocentrismo), mas de uma perspectiva cultural a-histórica, “imutável”, em que a cultura e as relações sociais só podem ser explicadas pelos fenômenos naturais. Isso fica especialmente evidente em sua definição de “família biológica” e quando a autora afirma que processos biológicos, como menstruação, menopausa e amamentação, tornaram as mulheres dependentes do homem para a sua própria sobrevivência física. Embora Firestone não rejeite a tese de que, ao longo da história, houve variações em termos de organização familiar - a natureza humana é adaptável - todas elas são derivadas dessa estruturação biológica básica. É através da família nuclear patriarcal, modelo característico da sociedade moderna, que a família biológica aparece de forma mais evidente.

Então, percebe-se que o sexo assume primazia na explicação da opressão das mulheres pelos homens a partir das suas considerações sobre a reprodução biológica. É a partir desse

¹⁶ Para Engels, a reprodução biológica produziu a primeira forma de divisão do trabalho e representa o primeiro antagonismo de classe. Na família moderna, a mulher é a burguesia e o homem, o proletariado. No entanto, como destaca Sydnie (1994), esse modo de conceber a relação entre homens e mulheres é problemático porque fora da família são utilizados outros critérios para definir membros de uma classe. De todo modo, Engels acredita que a entrada das mulheres no processo produtivo iria possibilitar a sua emancipação.

quadro que Firestone ultrapassa o suposto economicismo de Engels e se diferencia na sua análise da opressão da mulher: ao retornar para o nível da natureza e atribuir maior papel explicativo às funções reprodutivas. Embora possa parecer problemático para a teoria feminista de modo geral apontar a biologia como causa da opressão, Firestone complexifica sua análise na medida em que seu projeto de revolução é baseado em uma “dialética do sexo” que é compreendida a partir de uma dupla abordagem: biológica e social. Mas se isso sugere apenas uma passagem do materialismo histórico (uma teoria da história) para um materialismo dialético (uma epistemologia para as ciências naturais), a questão se estende para aquilo que defini anteriormente como “materialismo prático”, ou seja, *"o papel constitutivo da ação transformadora do mundo na reprodução e na transformação das formas sociais"*.

Ao fazer todos esses apontamentos sobre o dualismo dos sexos e a família biológica, ela afirma que a causa das mulheres não está perdida: *“admitir que o desequilíbrio sexual do poder está baseado biologicamente não significa perder nossa causa.”* (FIRESTONE, 1976, p.19). Apoiando-se em Beauvoir, Firestone afirma que a sociedade humana não se submete de forma passiva à natureza, pelo contrário, ela busca assumir seu controle a fim de alcançar seus próprios objetivos. É nesse sentido que, de forma contraditória, Firestone afirma que *“o ‘natural’ não é necessariamente um valor ‘humano’. A humanidade começou a superar a natureza.”* (1976, p.20). É por causa disso que não é mais possível justificar a opressão das mulheres tendo como justificativa argumentos biológicos. Para a autora, o problema da opressão se torna político a partir da consideração de que os homens possuem as condições de libertar as mulheres e crianças de sua tirania, mas têm poucas razões para isso. Diante disso, a autora desenvolve uma concepção de revolução feminista:

Do mesmo modo que, assim como para assegurar a eliminação das classes econômicas, é preciso a revolta da classe baixa (o proletariado) e, numa ditadura temporária, a tomada dos meios de produção, assim também, para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolução da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais da nutrição e da educação das crianças (FIRESTONE, 1976, p.20-21).

Tomando como referência a revolução socialista tal como defendida por Marx e Engels, Firestone parte de uma série de analogias para desenvolver o modo como uma revolução feminista deve ocorrer. A primeira é entre as próprias revoluções socialista e feminista. A segunda, mais problemática, é a analogia entre as mulheres e a classe operária.

Mas, dado que ela também sugere que as mulheres representam a classe baixa em decorrência das suas condições biológicas, mais especificamente, do seu papel no processo de reprodução biológica, sua posição é bem distinta da posição dos operários, que foi histórica e socialmente constituída. Segundo a autora, a revolução feminista deve ter no horizonte de objetivos a restituição às mulheres de seus corpos, a eliminação do privilégio do homem e também da eliminação da distinção sexual, porque dessa forma *“as diferenças genitais não mais significariam culturalmente”* (FIRESTONE, 1976, p.21). O problema é que, ao afirmar isso, Firestone abandona seu pressuposto de desigualdade intrinsecamente biológica em favor de uma desigualdade socialmente construída.

É desse modo que Firestone defende *“uma revolução sexual mais ampla que a revolução socialista para erradicar verdadeiramente todos os sistemas de classe”* (1976, p.22). Em sua perspectiva, a sua proposta de revolução é mais ampla em comparação com a de Marx e Engels porque ela retorna às raízes de todos os sistemas de classe, isto é, a divisão biológica dos sexos. Nesse contexto, o uso da tecnologia na reprodução assistida, por exemplo, permitiria que *“as crianças pudessem nascer de qualquer um dos sexos ou de nenhum deles”* (FIRESTONE, 1976, idem). Ao revolucionar aquilo que Firestone considera a organização social mais básica de todas, a família biológica, as relações de poder poderiam ser completamente aniquiladas. Esse aspecto é interessante para os objetivos desta dissertação porque atribui um papel fundamental à transformação tecnológica daquilo que poderíamos caracterizar como indivíduos *“trans”*. Na verdade, o que ocorre é que a própria autora toma a transformação do sexo biológico como objetivo a ser alcançado por meio do seu projeto feminista. Embora não considere que essas transformações sejam suficientes, elas são consideradas necessárias para a revolução feminista: *“o fim da diferenciação entre o nível sexual e a personalidade poderia também ter implicações culturais importantes”* (1976, p.74).

É conveniente ressaltar algumas contradições nos pressupostos materialistas da autora. Por um lado, a dimensão ontológica do seu materialismo resvala em uma dialética da natureza. Por outro, sua dimensão prática coloca um peso excessivo no papel da tecnologia que, por si só, não garante uma mudança nas relações de poder. Seja como for, é possível afirmar que sua compreensão de *“sexo”* ultrapassa a dimensão biológica. Ao longo do livro isso fica mais evidente na medida em que Firestone discute como diferentes áreas da vida social são organizadas a partir da *“dualidade sexual”*, o que significa que o sexo é tomado como critério para estruturar as relações sociais. No entanto, esse detalhe não implica uma

leitura necessariamente biologizante da realidade: o que ocorre é que são feitas construções culturais a partir do sexo biológico. Tal aspecto pode ser ilustrado quando, por exemplo, a autora discorre sobre o desenvolvimento da personalidade de homens e mulheres fazendo uso da teoria freudiana: a presença ou não do falo aponta para o modo como a criança se relaciona com a mãe e com o pai, e isso produz consequências diretas no processo de socialização. Caso a criança seja uma menina, as relações sociais que ela desenvolverá partirá de assimilações feitas com o papel que a sua mãe ocupa, isto é, a subordinação em relação ao marido, a sua obrigação diante dos serviços domésticos e até mesmo o modo como a sexualidade é experienciada.

Aqui é possível apontar alguns problemas na interpretação da teoria freudiana feita por Firestone, porque, assim como identifica Kate Millett (1974), a própria teoria de Freud sofre um viés de gênero. Isso significa dizer que a forma que Freud compreende o desenvolvimento da personalidade da mulher não pode ser descontextualizada do cenário patriarcal no qual ele se situava. De todo modo, o que ganha centralidade é o modo como o sexo opera na organização das relações sociais e na desigualdade entre homens e mulheres. O materialismo expresso em seu pensamento é estendido para além do sexo biológico, alcançando também as relações sociais que são fundamentadas em bases materiais cujo critério de organização básica é o sexo. Mas isso, como argumentado, não impede que, ocasionalmente, a autora resvale para um tipo de materialismo não-histórico que tem como consequência epistemológica uma explicação reducionista (biologizante) do que hoje entendemos por “relações de gênero”.

É interessante trazer a teoria de Kate Millett como contraponto a fim de demonstrar a heterogeneidade de análises dentro de uma mesma corrente teórica. Aqui, a transformação da própria estrutura biológica como objetivo necessário para uma revolução feminista difere bastante do projeto político apresentado por Kate Millett no seu livro “A Política Sexual” (1974):

(...) a gravidez e a maternidade podem ser organizadas no plano social, de forma a deixarem de ser acontecimentos debilitantes ou causas de inferioridade física, sobretudo quando a comunidade se encarrega dos cuidados a ter para com a criança e quando a fecundidade é respeitada e desejada. Finalmente, sendo o patriarcado uma estrutura social e política, deve-se procurar as suas origens para além da natureza, como no caso de outras instituições humanas (MILLETT, 1974, p.76).

Por um lado, Firestone tem como ponto de partida a diferença sexual para a análise da opressão das mulheres; por outro, Millett compreende o patriarcado como um efeito

ideológico, como um “hábito de espírito¹⁷”, como irei analisar mais à frente. É importante ressaltar aqui o fato de que Millett também é bastante influenciada pela obra de Engels, “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” ([1884] 2012). Mas a autora chama atenção para a ausência de uma preocupação com o caráter psicológico da opressão das mulheres: “[...] *Engels ignora que, no plano sentimental e psicológico, os pobres, tal como os ricos, consideravam a mulher como um objeto*” (Millett, 1974, s/p). Esse seu argumento ganha sentido a partir do momento em que consideramos que sua proposta de revolução feminista deve ser orientada para a destruição da ideologia patriarcal. Nesse sentido, embora Millett se concentre na própria ideologia como fundamento da opressão das mulheres, é a análise dessa ideologia que pode ser caracterizada como materialista:

Deve ficar claramente assente que a “arena” da revolução sexual se situa muito mais na consciência do homem do que nas instituições por ele criadas. A sociedade patriarcal está de tal forma enraizada que o tipo de estrutura que ela determina em ambos os sexos é talvez mais um hábito de espírito e um tipo de vida do que um sistema político determinado (MILLETT, 1974, s/p).

O fato de Kate Millett estar concentrada na discussão sobre os efeitos ideológicos do patriarcado não anula o fato de que sua análise também está fundamentada em uma abordagem materialista da ideologia, sendo compreendida enquanto prática social, já que ela põe em relevo a ênfase num materialismo prático (BHASKAR, 1988). Isso significa que o patriarcado é entendido como uma estrutura social cuja manutenção se dá através de comportamentos e relações que são moldados por essa mesma ideologia. A opressão das mulheres se perpetua em decorrência do modo como as práticas sociais são organizadas, o que fica ilustrado quando Millett afirma que “*a ideologia da supremacia do macho como a tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos*” (1974, s/p). Desse modo, percebe-se que as abordagens materialistas da opressão se diferenciam entre Firestone e Millett posto que focalizam em diferentes mecanismos de opressão: enquanto a primeira toma os processos do corpo biológico como eixo de suas análises, a segunda está preocupada com a forma como a opressão é manifestada em termos de práticas que organizam a estrutura social.

Na seção seguinte, irei apresentar e analisar o feminismo radical francês e compará-lo com o estadunidense a fim de perceber quais são suas diferenças e semelhanças, tendo como foco o modo como o conceito de “materialismo” se expressa em sua teoria, bem como o significado que o conceito de sexo assume.

¹⁷ Kate Millett é bastante influenciada por John Stuart Mill, o que será abordado com mais detalhes no capítulo sobre “patriarcado”.

2.3 O feminismo radical francês e o marxismo

De antemão, gostaria de destacar que trato as feministas radicais francesas em uma espécie de “bloco” porque suas reflexões são mais homogêneas do que as desenvolvidas por feministas radicais estadunidenses. É possível pressupor que isso se deve ao fato de que algumas delas, como Christine Delphy, Monique Wittig, Colette Guillaumin, Paola Tabet, por exemplo, fizeram parte da construção do que hoje se compreende como “feminismo materialista”, que teve suas primeiras formulações expressas na revista francesa *Questions Féministes* - ao contrário de Kate Millett e Shulamith Firestone, que não trabalharam em conjunto para o desenvolvimento de uma corrente específica. Posto isso, do mesmo modo que Firestone, Christine Delphy não descarta as análises marxistas sobre a dominação de classe, mas promove uma crítica ao conceito marxista de trabalho ao ampliá-lo para dar conta do trabalho doméstico, pois este não era contemplado por interpretações mais tradicionais do marxismo (ABREU, 2014; 2018; ÁVILA, 2018; DELPHY, 2015). Essa crítica provoca o desenvolvimento teórico de um outro sistema de dominação: o patriarcal¹⁸, que explora as mulheres através da produção de serviços domésticos de modo gratuito. A partir da constatação da opressão das mulheres por parte do sistema patriarcal, o feminismo radical francês, ou feminismo materialista francês, busca a desnaturalização das relações sociais, sobretudo as “relações sociais de sexo”. Tal caminho possibilitaria a destruição da noção de diferença sexual que sustenta a ideia do que significa “ser mulher”, o que permitiria que a hierarquia entre os sexos também fosse suprimida. Isso porque pressupõe que “homens” e “mulheres” são categorias históricas, sustentadas por bases materiais independentes das categorias “macho” e “fêmea” (ABREU, 2018).

De acordo com Stevi Jackson (1996), o feminismo materialista francês assume três características específicas que o tornam especialmente compatível com o materialismo histórico: o anti-idealismo, o anti-psicologismo e o anti-biologismo. Do mesmo modo que Marx, Delphy assume como pressuposto que as ideias, *per se*, não são capazes de dar origem a formas sociais, porque essas são fundamentadas em práticas sociais que são organizadas por relações materiais. Convém ressaltar, no entanto, que isso não significa que as ideias não são importantes para a compreensão da realidade, mas que elas não possuem primazia na

¹⁸ Quando isso ocorre, é possível constatar uma aproximação com alguns pressupostos do feminismo liberal. É por causa disso que autoras como Nancy Fraser (2020) argumentam que todo o feminismo de segunda onda possui uma base liberal. De forma semelhante, Rhodes (2005) também aponta que esse feminismo é fundamentado em um discurso universalista não crítico sobre racismo, sexismo e homofobia, o que levou a dissolução do feminismo radical em uma abordagem liberal.

explicação do mundo. Em outros termos, é a desigualdade material que faz emergir, por exemplo, ideias determinadas sobre homens e mulheres. Este é o pressuposto mais geral do materialismo histórico. A segunda característica, o anti-psicologismo, está diretamente relacionada com a primeira e diz respeito a uma das dimensões filosóficas do materialismo: o materialismo ontológico, não reducionista, do domínio social. Sua consequência mais direta é a rejeição da ideia de que a desigualdade e opressão de mulheres têm como origem mentalidades individuais. Para as feministas radicais francesas, essa pressuposição é errada, porque a relação entre sujeito e ideologia se dá de uma outra forma. Seguindo o pressuposto de Marx e Engels (2021), Delphy também sugere que a consciência é determinada pela vida, e não o contrário. A consequência disso é que não é possível afirmar que a opressão é um produto da “mentalidade”, pois ela mesma deriva de um contexto material concreto. O terceiro e último aspecto, também ligado à dimensão ontológica do materialismo, diz respeito ao anti-biologismo, que rejeita qualquer explicação da opressão que esteja fundamentada no domínio da natureza.

Esse último aspecto revela um ponto fundamental que diferencia Christine Delphy de Shulamith Firestone. Essa última retorna ao domínio da natureza para situar a origem da opressão, ao mesmo tempo que indica que o desenvolvimento da cultura varia em função da organização da natureza. Isto é, a autora desliza para uma ontologia reducionista do domínio social ao recorrer a um materialismo rígido segundo o qual “toda realidade é essencialmente material” (BHASKAR, 1988: 254). Já o materialismo de Delphy, ao fornecer prioridade ao social (JACKSON, 1996), refere-se a uma ontologia do domínio social em que falar em “materialidade” não implica em reduzir a realidade à matéria física. Isso porque as diferenças de gênero estão baseadas não na natureza, mas em práticas sociais apoiadas em experiências em sociedades patriarcais. É desse modo que o materialismo enfatiza a matéria enquanto prática social, pois a sua teoria possui como preocupação o modo como as “mulheres” e os “homens” são constituídos e moldados enquanto seres sociais através de práticas que refletem o modo como a vida material é organizada entre eles.

Nesse sentido, a materialidade que informa a opressão sofrida pelas mulheres diz respeito às “relações sociais de sexo”, produzidas a partir de práticas e bases concretas às quais homens e mulheres têm acesso de forma diferenciada. Em outros termos, pode-se afirmar, por exemplo, que a não remuneração do trabalho doméstico realizado por mulheres produz um conjunto de circunstâncias que moldam a forma que as relações concretas entre homens e mulheres se estabelece e o próprio significado da feminilidade e da masculinidade.

Por isso, a teoria marxista é ampliada para que possa dar conta do trabalho realizado majoritariamente por mulheres, tornando-a mais compatível com seus próprios pressupostos materialistas.

Nota-se que o seu materialismo ontológico difere daquele presente na teoria de Firestone (1976), ao passo que se aproxima daquele que descreve Bhaskar (1988), posto que o materialismo ontológico de Delphy inclui anti-idealismo, anti-biologismo e anti-psicologismo (JACKSON, 1996). Nesse sentido, ela não está partindo de um ponto de vista idealista quando afirma que o sexo também é construção social, na verdade, ela está apontando para o fato de que a desigualdade material existente faz emergir determinadas ideias acerca dos homens e das mulheres que ganham força através do que ela chama de “ideologia naturalista”.

Por outro lado, há uma expansão da *“ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana”* (BHASKAR, 1998, s/p), e isso ocorre na medida em que o trabalho doméstico passa a ser apreendido como fundamental para a compreensão da sociedade tendo em vista que estrutura as relações entre homens e mulheres.

O questionamento acerca da naturalidade das categorias “homem” e “mulher” e da naturalidade do próprio sexo também é presente na obra de Monique Wittig (2002). A autora chama atenção para a existência de uma “ideologia da diferença sexual” - aspecto que, em certo sentido, a aproxima de autoras como Kate Millett por causa da ênfase na ideologia - que justifica a opressão das mulheres através da própria existência do sexo biológico. No entanto, em sua perspectiva, o movimento é o contrário: é a opressão que cria o sexo biológico. É nesse sentido que a autora afirma que o sexo não pode ser entendido como algo natural, mas é produto da dominação de homens sobre as mulheres. Apesar do caráter construtivista do argumento, a autora busca fundamentá-lo em uma abordagem materialista. Isso porque a abordagem feminista materialista tem mostrado que a origem da opressão não deriva apenas do “mito da mulher”, mas também de manifestações e efeitos materiais da apropriação da consciência e dos corpos das mulheres (cf. GUILLAUMIN, 2014).

Desse modo, destaca-se o fato de que “sexo” adquire um outro sentido na teoria feminista radical francesa, porque seu significado está mais próximo de uma abordagem construtivista, ainda que seja reivindicada bases materiais. Tais bases não dizem respeito à dimensão biológica, mas se referem às bases históricas e sociais que sustentam não apenas a opressão das mulheres pelos homens, mas também a ideologia que justifica esse fenômeno.

Como Wittig (2002) afirma: “*Masculino/feminino, macho/fêmea são as categorias que servem para conciliar o fato de que diferenças sociais sempre pertencem a uma ordem econômica, política e ideológica*” (p.2). Nesse sentido, o uso da categoria “sexo” entre as francesas parte de um esforço não de reafirmar uma base biológica, mas de indicar o caráter socialmente construído da opressão das mulheres. Essa questão produz desdobramentos fundamentais para o conceito de “classe”, o qual será abordado em uma seção mais à frente.

Apesar das diferenças entre a abordagem das materialistas francesas e das estadunidenses, é importante salientar que o objetivo de ambas era desnaturalizar a opressão das mulheres e, conseqüentemente, a desigualdade entre homens e mulheres. De um modo semelhante ao que Delphy fez, em conjunto com outras feministas francesas, ao adotar uma estratégia anti-naturalista¹⁹ que reconhece a naturalização das categorias “homem” e “mulher”, Shulamith Firestone também buscou eliminar as diferenças que eram forjadas a partir da diferença sexual. Aqui ainda é possível citar Kate Millett como exemplo de feminista radical que almejava a eliminação das diferenças entre homens e mulheres, no entanto, a autora se distingue por não tomar a diferença sexual como problema principal, mas o “temperamento” e os “papéis sociais” atribuídos aos sexos (cf. MILLETT, 1974).

Enquanto as feministas radicais francesas caracterizam o conceito de sexo a partir da sua relação com o processo de produção e reprodução (ABREU, 2018; DELPHY, 2015), para Firestone o sexo é uma condição fundamentalmente biológica e tem relação direta com o conceito de “classe sexual” e de “família biológica” (SANDFORD, 2010). Dentro desse contexto, os papéis assumidos no processo de reprodução biológica são fundamentais para compreender como se estrutura a opressão sofrida por mulheres. Isso fica evidente quando se leva em consideração a primazia do sexo biológico na sua análise, sendo o conceito de “família biológica” o que possibilita a sua incorporação. Apesar disso, até mesmo Firestone reconhecia os problemas que concepções biologizantes e essencialistas causaram às mulheres e, assim como as materialistas francesas, também buscava combatê-las.

¹⁹ Destaca-se a necessidade de explicitar o sentido específico que o termo “anti-naturalismo” assume aqui. Em “Feminismo Materialista na França: uma sócio-história de uma reflexão” (2018), Maira Abreu reconhece que “*também chamado de anti-essencialismo, [ele] é usado aqui num sentido amplo, enquadrando diversos empreendimentos teóricos e militantes que se opunham ao uso da biologia para explicar fenômenos sociais*” (p.9). Nesse sentido, Abreu (2018) traduz a crítica a uma suposta essência feminina como um traço anti-naturalista. Este representa uma particularidade das feministas materialistas francesas, tais como Colette Guillaumin, Monique Wittig e Nicole Claude-Mathieu, por causa da forma particular que a crítica é feita, isto é, a partir de uma perspectiva materialista, o que revela uma rejeição do materialismo ontológico, mas que, na concepção de Abreu, evita uma interpretação reificada do sexo. Além disso, essa crítica também pode ser compreendida como uma reação à “ideologia naturalista” que era utilizada para justificar a opressão das mulheres através de concepções deterministas e biologizantes (QUESTIONS FÉMINISTES, 1977).

E, assim como a meta final da revolução socialista não era apenas a eliminação do privilégio da classe econômica, mas também da própria distinção da classe econômica, assim também a meta final da revolução feminista deve ser, ao contrário da meta do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do *privilégio* do homem, mas também da própria distinção sexual: as diferenças genitais não mais significariam nada culturalmente (FIRESTONE, 1976, p.21, grifos da autora).

Seu objetivo [do feminismo radical]: a derrocada do mais antiquado e mais rígido dos sistemas de classe/casta existentes, o sistema de classes baseado no sexo - um sistema consolidado ao longo de milhares de anos, que emprestou aos papéis arquetípicos de macho e fêmea uma legitimidade imerecida e uma permanência aparente (FIRESTONE, 1976, p.25).

O corolário [do feminismo radical] é o de destruir a noção de “diferença sexual” que organiza e sustenta essa ideia de “mulher”, parte integrante da ideologia naturalista. A existência social dos homens e das mulheres não depende de jeito nenhum da sua natureza de macho e fêmea, da forma de seu sexo anatômico (QUESTIONS FÉMINISTES, 1977, p.5).

Embora seja possível realizar críticas do ponto de vista teórico a ambas as vertentes do feminismo radical, esses trechos demonstram um esforço de se desvencilhar de categorias que posicionam a mulher em situação de inferiorização social justificada através de argumentos biologizantes: a diferença sexual é o eixo de organização da vida social e esse processo é aceito em uma sociedade com estruturas patriarcais. No entanto, há divergências analíticas quanto a esse ponto, pois as feministas francesas que escreveram a primeira edição da revista “*Questions Féministes*” (1977) partem da existência de uma “ideologia naturalista” que permitiu que as mulheres fossem vistas apenas enquanto seres que estão presos em sua própria natureza. Ainda que Firestone aponte para os problemas causados pela diferença sexual, ela não busca demonstrar como a relação entre mulher-fêmea e homem-macho é socialmente construída, como fizeram as feministas francesas. Pelo contrário, a autora compreende o próprio dualismo da diferença sexual como causa do “*desequilíbrio de poder entre homens e mulheres*” (FIRESTONE, 1976, p.19). Assim, embora reconheça os significados culturais construídos tendo como base o sexo, a autora atribui centralidade a realidade biológica que lhe serve como ponto de partida para a análise da opressão, o que se revela como uma contradição em seu pensamento.

Em outros termos, há uma diferença entre afirmar que macho e fêmea são diferentes das categorias homem e mulher e que a diferença sexual é a responsável por causar desigualdades sociais entre homens e mulheres. A primeira proposição reconhece o caráter socialmente construído de “homem” e “mulher”, pois percebe que, mesmo que existam diferenças biológicas entre esses dois grupos, não há nada que justifique a relação de

dominação que existe de um sobre o outro. Embora Firestone esteja de acordo com esta afirmação, a autora está mais próxima de uma concepção determinista da opressão das mulheres do que Christine Delphy, por exemplo. A segunda proposição percorre outro caminho ao situar a raiz da dominação na própria diferença biológica: tendo em vista que as mulheres são “limitadas” por sua própria biologia, os homens se aproveitam desse fato para as controlarem.

Em suma, ainda que partindo de uma abordagem comum, o marxismo, a forma como as duas vertentes do feminismo radical concebem suas premissas materialistas são bastante distintas. Mas não é apenas em relação ao materialismo que as diferenças podem ser percebidas. Dada a ausência do conceito de gênero, a dimensão social do sexo também pode ser compreendida a partir dos conceitos que cada uma utiliza para se referir à opressão das mulheres, sendo eles os de “papéis sexuais” e “relações sociais de sexo”. No próximo capítulo, busco explicar de que modo sua utilização dialogava com o contexto da época e que questões buscavam dar conta.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

No capítulo anterior, busquei discutir a formação do feminismo radical de modo a deixar evidente quais eram as questões que as feministas estavam buscando responder e como essa corrente se diferencia de uma perspectiva do feminismo marxista, tendo em vista a influência da teoria marxista no seu processo de construção. Além disso, também busquei diferenciar as duas tradições do feminismo radical a fim de mostrar como elas seguem caminhos de análises distintos, posto que a origem da opressão da mulher está localizada em diferentes níveis em cada teoria, embora ambas façam uso tanto de uma abordagem materialista quanto do conceito de “sexo”. Isso lança luz para as formas que essas autoras podem ser reunidas em torno de determinados problemas que dizem respeito à desigualdade entre homens e mulheres.

Já neste capítulo, meu objetivo é discutir conceitos que também são centrais às teorias feministas radicais, como é o caso de “classe sexual”. Pelo fato de ser utilizado para se referir às mulheres enquanto grupo e por ter o “sexo” como elemento comum ao grupo, ele é frequentemente utilizado entre feministas radicais trans-excludentes/críticas de gênero para se referir às mulheres que foram designadas como tal desde o seu nascimento (cf. ALLEN et al, 2016). Desse modo, excluindo aquelas que passaram por uma transição de gênero. Antes de adentrar nessa discussão em específico, irei me ater a outros dois conceitos: “papéis de sexo” e “relações sociais de sexo”. Eles são utilizados para se referir às desigualdades entre homens e mulheres, no entanto, eles possuem diferenças que dialogam com os contextos nos quais foram desenvolvidos e que merecem atenção aqui, porque, sendo centrais às análises da teoria feminista radical, é importante compreender quais são os pressupostos a partir dos quais eles são utilizados. Na medida em que eles ilustram como são compreendidas as mulheres e homens enquanto grupo, esse exercício permite identificar de que modo eles podem autorizar ou não posicionamentos trans-excludentes.

3.1 “Papéis de sexo” e “relações sociais de sexo”

A ideia de papéis sexuais é desenvolvida entre as décadas de 1940 e 1960 por autoras como Viola Klein e Alva Myrdal (1950). Segundo Delphy (1993), elas enxergavam o status como uma categoria de estratificação responsável por indicar o nível de prestígio na sociedade. O uso da linguagem de “papeis de homens” e “papeis de mulheres” indica um

esforço de desnaturalizar as ocupações de cada sexo, porque pressupõe-se que elas derivam da ocupação desses status. A partir da década de 1970, o uso do conceito passou a ser mais comum em pesquisas feministas que se debruçaram sobre as posições que as mulheres ocupavam na sociedade, mas agora com um viés parsoniano ao adquirir a formulação “papéis sexuais”. No entanto, a versão parsoniana da teoria dos papéis não entra no feminismo por meio da Sociologia, mas dos estudos em sexologia, quando liga-se ao conceito de gênero:

Inspirado pelos conceitos de status e de papel sexual desenvolvidos por Talcott Parsons, John Money introduz o termo “papel de gênero” em um artigo de 1955 para dar conta de “todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se revelar como tendo o status de menino ou de homem, menina ou mulher, respectivamente” (MONEY apud HAIG, 2004: 90). [...] Inicialmente desenvolvido para lidar com situações de intersexualidade, o conceito de gênero mostrou-se frutífero para o programa de pesquisa feminista das décadas de 1960 e 1970 ao sugerir uma distinção entre o sexo biológico, caracterizado por critérios anatômicos, hormonais ou cromossômicos, e o gênero, relativo a características socialmente construídas, relativas a homens e mulheres, como papéis sociais, divisão do trabalho, características psicológicas, comportamentais etc. (HAMLIN, 2011).

Antes disso, como foi o caso com os trabalhos de Viola Klein da década de 1940, o conceito de papéis sexuais entra na sociologia por meio de autoras como Margaret Mead, William Thomas e Georg Simmel (Hamlin, 2021), ainda que tenha assumido uma conotação parsoniana em seus trabalhos com Alva Myrdal na década de 1950. Apesar disso, a atenção ao conceito de papéis sexuais se deve ao fato de que a oposição a esse conceito dentro do feminismo seja atrelada a Parsons (STACEY; THORNE, 1985). A teoria parsoniana abrangeu diferentes temas que lançam luz sobre as relações entre homens e mulheres, a exemplo da estrutura familiar, do processo de socialização, da formação da personalidade e da definição dos papéis sexuais complementares (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2014). Este último se localiza especificamente nas suas pesquisas sobre a família nuclear norte-americana e teve uma influência marcante tanto na Sociologia da Família como na Sociologia do Gênero (STACEY; THORNE, 1985).

Preocupado em compreender como a ordem social se constitui e se mantém por meio das ações sociais, Talcott Parsons construiu um esquema teórico que buscou integrar as dimensões da estrutura da ação²⁰ social. O conceito de papel social é, então, mobilizado para

²⁰ Para Parsons, enquanto objeto da Sociologia, a ação é concebida de forma voluntarística. Em sua primeira fase, representada sobretudo pelo livro “A Estrutura da Ação Social” (1937), o autor procura identificar os componentes analíticos abstratos da ação. É nesse contexto que se situa a unidade básica da ação, isto é, ato unitário, que possui quatro elementos definidos: um ator; um fim para o qual a ação é orientada; uma situação; e uma orientação normativa que é pautada na relação entre a ação e um sistema de normas e crenças. É

dar conta do voluntarismo presente em seu modelo de ação e da integração sistêmica em uma única teoria. O sistema social diz respeito, portanto, a um tipo de ação. Seu estrutural-funcionalismo concebe a ação como um sistema que contém em si um série de subsistemas responsáveis por promover os processos de integração e diferenciação. Esses sistemas são analisados a partir dos requisitos funcionais necessários à manutenção do todo, o que significa que a cada subsistema da sociedade (economia, política, comunidade societária e cultura) é atribuída uma função específica (adaptação, consecução de objetivos, integração e latência) para o equilíbrio do sistema social. Sabendo disso, e tendo em vista que são as relações da sociedade norte-americana que fornecem material empírico para que o autor realize suas análises, ele aponta três características específicas dessa sociedade: o crescimento de profissões definidas por um alto nível de formação qualificada; o desenvolvimento de competências científicas e técnicas e suas aplicações em grande escala da vida produtiva; e a revolução educativa (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2014).

São esses aspectos que permitem compreender o modo como Parsons define sua concepção de família nuclear. Isso porque ela está relacionada à estrutura da sociedade industrial norte-americana. Nesse sentido, a família é concebida enquanto uma instituição subordinada a uma comunidade societária específica e sua configuração é feita para atender as necessidades funcionais dessa sociedade, o que possibilita a sua estabilidade e reprodução. É nesse contexto que podemos situar sua discussão sobre os papéis sexuais: sendo bastante influenciado por Émile Durkheim, sobretudo quanto à sua maneira de conceber a complementaridade dos papéis conjugais, Parsons reafirma a ideia de que o equilíbrio da sociedade é alcançado através dessa complementariedade e faz isso na medida em que estabelece uma simetria entre a divisão sexual do trabalho, o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e dos papéis de sexo (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2014).

De um lado, os homens da sociedade norte-americana atuam nesse ambiente crescentemente profissionalizado que demanda formação técnica e científica, assumindo funções instrumentais ligadas ao subsistema de adaptação econômico. Por outro lado, as mulheres da sociedade norte-americana possuem a função de socialização dentro da família: por serem capazes de carregar e alimentar crianças, pressupõe-se que elas têm melhores condições para desempenhar “funções expressivas”. É nesse sentido que os papéis sexuais são

conveniente destacar que, ainda que o ator social possua liberdade para orientar sua ação, ele é limitado pela situação na qual se encontra, o que significa dizer que a vontade individual não é determinante no quadro teórico parsoniano.

assimétricos e complementares: enquanto o homem assume o papel de provedor, a mulher assume o papel de principal agente de socialização ao desempenhar os papéis de esposa e de mãe. Diante disso, o que se destaca é o fato de que os papéis dentro da família não estão confinados apenas a esse espaço, eles indicam também os papéis que os dois sexos assumem dentro da sociedade. Ainda que Parsons não rejeite a ideia de que as mulheres possam exercer uma profissão, ele afirma que esta deve estar relacionada ao seu papel sexual para que não comprometa a dissimetria entre os sexos. A especialização das funções, então, é fundamental para assegurar a estabilidade da unidade familiar e do equilíbrio da sociedade, tendo em vista a relação social funcional pretendida por Parsons (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2014).

Estes aspectos são relevantes aqui porque o desenvolvimento dos estudos de gênero foi bastante influenciado pela sociologia parsoniana da família, bem como porque a oposição ao conceito dentro do feminismo é atrelada ao autor. Como aponta Connell (1979), a teoria dos papéis oferece uma abordagem simples e direta da inserção das pessoas nas relações sociais. Nesse sentido, a autora compreende essa teoria como produto da ideologia na medida em que não explica, para além de outras coisas, nem como e nem porquê determinados indivíduos são atribuídos a certos papéis.

Embora Firestone não mencione Parsons em seu livro “A Dialética do Sexo”, a concepção parsoniana de papéis sexuais aparece implicitamente, ainda que, de um ponto de vista normativo, de maneira oposta à de Parsons: o objetivo do feminismo é a liberação completa dos papéis sexuais e o questionamento radical dos valores da família. Assim como Parsons, Firestone também faz uma releitura da teoria freudiana, ou mais especificamente, do complexo de Édipo, para ilustrar a importância da socialização na formação da personalidade e, de forma mais geral, dos papéis sexuais como algo socialmente construído. Aqui também ela inverte as posições normativas de Parsons e o que é visto como bom e necessário por este é percebido como injusto e contingente por Firestone.

De acordo com Judith Stacey e Barrie Thorne (1985), a noção de papel sexual, além de forjar a ideia de que o masculino e o feminino são complementares, fornece mais atenção aos indivíduos do que à estrutura social e também é um conceito despolitizado, pois desconsidera o contexto político e social que localiza as experiências e negligencia questões sobre poder e hierarquia. Mas não é certo que essas características se apliquem à teoria de Firestone. A dimensão estrutural e política do conceito aparece claramente em seu projeto de revolução feminista: *“Apesar de sempre ter havido mulheres rebeldes na História, nunca*

antes tinham existido as condições que possibilitariam às mulheres destruir seus papéis opressivos eficazmente” (FIRESTONE, 1976, p.26). Seu uso do conceito de papéis sexuais aparece, mais propriamente, como uma espécie de antídoto a um certo determinismo biológico presente em afirmações como a de que o “*desequilíbrio sexual do poder está baseado biologicamente*” (p.19) e não na cultura. Resta saber se ele é realmente eficaz, particularmente quando não vem atrelado a um conceito como o de gênero - até então, mais ou menos restrito aos estudos sobre sexualidade.

Assim como Firestone, Kate Millett (1974) também considera a destruição dos papéis sexuais como necessária à revolução sexual. Diferentemente dela, há uma referência direta a Parsons. Partindo de uma crítica ao funcional-estruturalismo, Millett reconhece que essa corrente teórica não presta atenção às causas da diferenciação entre os sexos, o que tem como consequência o apagamento do caráter político dos papéis sexuais (MILLETT, 1974). Isso é importante porque Millett atribui alguns objetivos à revolução sexual e, dentre eles, está o fim da instituição patriarcal, o que também daria fim à “ideologia da supremacia do masculino”, que é mantida não apenas através do papel sexual, no sentido parsoniano, mas também da condição e do “temperamento” atribuído aos sexos.

Embora façam uso semelhante do conceito de papéis sexuais, é pertinente ressaltar que as autoras possuem visões bastante distintas acerca da teoria freudiana. Por um lado, embora Firestone reconheça que Freud não questionou as estruturas psicológicas do seu contexto, a autora enxerga essa teoria como um “feminismo invertido” no sentido de que também possui como preocupação a sexualidade e, por isso, pode contribuir com o feminismo: “*Ambos os movimentos significaram um despertar. Só que Freud foi meramente um diagnosticador daquilo que o feminismo pretendia curar*” (FIRESTONE, 1976, p.59). Nesse sentido, a descrição que Freud fornece acerca da família e do processo de socialização da criança é tomado por Firestone como central para a compreensão de como a opressão da mulher se inicia. Por outro lado, Kate Millett também percebe como Freud foi afetado pela ideologia patriarcal, o que justifica alguns dos pressupostos assumidos nessa teoria. No entanto, ela tece um conjunto de críticas: por exemplo, ela se pergunta por qual motivo o falo é tomado como referência, ao contrário de Firestone que parece assumir os pressupostos de Freud.

Assim como reconhece Rita Helling (1973), é a ênfase na sexualidade, característica da teoria freudiana, que Firestone percebe como aspecto mais importante em seu trabalho. No entanto, ela reinterpreta essa teoria em termos de poder dos papéis sexuais. Ainda como

aponta Helling, não há dúvidas de que sua ênfase nos papéis sexuais exclui determinadas características da personalidade, mas, por causa da influência de Freud, a autora não desenvolve e nem enfatiza outros aspectos diferentes do sexo que também são importantes à estrutura da personalidade.

No que diz respeito à teoria feminista radical francesa, o conceito de papéis sexuais não adquire o mesmo peso para as estadunidenses. Christine Delphy, por exemplo, utiliza um conceito estritamente francês e mais compatível com o materialismo histórico para se referir às desigualdades que existem entre homens e mulheres: o de relações sociais de sexo. Esse conceito está relacionado, de modo mais geral, com o quadro teórico que feministas francesas constroem a partir da apropriação de conceitos do marxismo.

O ponto central de seu pensamento [do feminismo materialista francês] radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia nem pelos hormônios - mas pura e simplesmente por uma *relação social [rapport]*, material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra (CURIEL; FALQUET, 2014, p.15, grifos das autoras).

Este trecho elucidado no que está fundamentado o conceito de “relações sexuais de sexo”, pois destaca que, através de uma interpretação materialista, buscava-se o afastamento da ideia de que a opressão das mulheres decorria de uma “mentalidade específica”. Esse esforço também caracteriza o trabalho de Colette Guillaumin (2014), posto que a autora desenvolve o conceito de “*sexage*”, que ilustra a centralidade do conceito de “relações sociais de sexo” para o feminismo materialista de modo mais amplo. “*Sexage*” é uma analogia que Guillaumin (2014) faz com a servidão e a escravidão, no entanto, o conceito é utilizado para se referir às apropriações características da economia doméstica e, desse modo, ao uso de um grupo pelo outro. Neste caso, o uso das mulheres pelos homens resulta em um esquema de diferentes apropriações: do tempo, dos produtos do corpo, da obrigação sexual e do encargo físico dos doentes ou mais novos. Então, levando em consideração os modos como as mulheres são subjugadas através de um conjunto de obrigações, é possível notar que há uma ênfase no materialismo prático e é nesse ponto que há uma relação entre “*sexage*” e “relações sociais de sexo”, pois ambos os conceitos tomam a prática social como foco.

Ao conceber a relação social entre homens e mulheres como uma relação de classe, o conceito de “divisão sexual do trabalho” ganha destaque (ABREU, 2018; KERGOAT, 2009), mas num sentido diferente do estabelecido tanto por Engels quanto por Firestone. Isso porque

são as relações sociais de sexo que produzem essa mesma divisão, sendo o eixo principal para refletir sobre a oposição e tensão existente entre homens e mulheres. É conveniente ressaltar que Firestone também considera as diferenças sexuais em termos de diferenças de classe²¹ ou de casta, mas aqui ainda há uma distinção importante entre as vertentes francesa e estadunidense.

Como visto, a divisão sexual do trabalho é um conceito central ao materialismo histórico. Como destaca Danièle Kergoat (2009), foi um conceito utilizado com frequência por etnólogos, que a concebiam em termos de uma complementaridade entre os sexos. Esta ideia foi amplamente criticada por feministas: não se trata de mera complementaridade, no sentido de diferença, mas de assimetria, de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Sendo assim, a divisão do trabalho possui dois princípios, o da separação e o da hierarquia. O primeiro é responsável por organizar qual trabalho os homens e as mulheres devem exercer: às mulheres é atribuído o trabalho reprodutivo, enquanto aos homens é atribuído o trabalho produtivo. Já o segundo princípio assume que há sempre uma relação de poder dos homens sobre as mulheres em decorrência da exploração material que eles exercem, sobretudo através do trabalho doméstico, o que revela uma perspectiva mais historicizada em comparação com Firestone²². Os princípios de separação e de hierarquia ganham legitimidade através de uma ideologia naturalista “*que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie*” (KERGOAT, 2009, p.68)²³.

A crítica aos papéis sociais sexuados e seu caráter ideológico pode ser melhor compreendida com a referência ao seguinte trecho presente na revista *Questions Féministes* (1977, p.5): “*Não podemos reivindicar o ‘direito à diferença’, porque isso significa no contexto atual o direito à opressão. É o direito à autonomia que nós visamos em primeiro*

²¹ Firestone afirma que “as classes sexuais brotaram diretamente de uma realidade biológica; os homens e as mulheres foram criados diferentes, e não igualmente privilegiados” (FIRESTONE, 1976, p.18). Esse modo de conceber os homens e as mulheres revela o papel que o sexo ocupa em seu modelo teórico, isto é, ele dispõe homens e mulheres em grupos distintos em função do seu aparato biológico, o que diferencia a autora das feministas francesas porque a compreensão das mulheres e dos homens enquanto classes distintas perpassa as relações que cada um mantém com o processo de produção e reprodução da vida social.

²² Firestone também trata a relação entre homens e mulheres como relações entre classes, aspecto que será analisado com mais profundidade no capítulo seguinte. É interessante ressaltar que outras autoras do século XIX também fizeram uso do “sexo” em termos de classe e até mesmo de raça, assim como é o caso de Flora Tristán.

²³ Apesar de não constituir o grupo de autoras que estiveram presentes no desenvolvimento do feminismo materialista francês, Kergoat é uma referência importante para as pesquisas que se utilizam dos conceitos dessa vertente.

lugar (...)”. Ao rejeitar a estratégia de reivindicação de direito à diferença²⁴, o que é comum sobretudo dentre os discursos dos movimentos sociais, as autoras se afastam da possibilidade de que essa diferença abra precedentes para a justificação de desigualdades sociais. Como afirmam mais à frente “*O tema da diferença nele mesmo, qual seja o conteúdo dado às diferenças, serve ao grupo opressor*” (p.9, tradução minha). Para as autoras, essa estratégia reforça o poder daquele que oprime na medida em que a diferença é reafirmada em relação a ele e ao seu poder. É o caminho oposto que elas buscam seguir: essa tomada de posição, em conjunto com os problemas causados pela “ideologia naturalista”, as permite afirmar que há um reconhecimento de que homens e mulheres são seres humanos iguais, apesar das diferenças biológicas. Isto é, os problemas não decorrem do “ser mulher”, porque essa é vista como uma construção social que possui bases materiais, no sentido de sociais e históricas. É este o caminho que as feministas francesas seguiram para se afastar de concepções naturalistas e essencialistas que justificam a realidade opressiva a que as mulheres estão submetidas.

Como vimos, Firestone afirma que é na própria biologia feminina que se localiza a causa da opressão das mulheres, o que explica seu foco na diferença sexual e seu tratamento da divisão sexual do trabalho. Esta é compreendida tanto por ela quanto por Engels como decorrente das condições biológicas. No entanto, de acordo com a autora, Engels percebe apenas as consequências econômicas dessa divisão, o que seria um problema em sua teoria porque a solução para a opressão das mulheres não se localiza nessa dimensão. É nesse sentido que Firestone e Engels diferem: enquanto Engels postula a entrada das mulheres na força de trabalho para solucionar a sua opressão, Firestone acredita que apenas um projeto de transformação das condições biológicas seria capaz de alterar toda a organização da sociedade. Neste sentido, tendo em vista que a “estrutura biológica” é para ela o tipo de organização mais básica da sociedade, apenas uma revolução nessa esfera promoveria a emancipação das mulheres.

Ao estabelecer uma relação direta entre biologia feminina e opressão das mulheres, isto é, entre o biológico e o social, a autora desenvolve uma interpretação que pode ser problemática para uma compreensão do que significa “ser mulher”. Isso porque, ao inferiorizar os corpos das mulheres por causa da sua capacidade de reprodução biológica e ao

²⁴ Essa era uma das principais preocupações no pensamento de Monique Wittig (2019). Para a autora, a estratégia de argumentar a favor de uma política feminista através dessa justificativa acaba reforçando a ideia de um “mito de mulher”. Isto é, uma concepção de “mulher” que, embora construída socialmente, é forjada pela “ideologia da diferença sexual” que atribui à natureza a situação de opressão na qual as mulheres se encontram.

afirmar que as elas vivem à mercê da sua biologia (FIRESTONE, p.18), a autora termina por localizar o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres em sua biologia. É nesse sentido que “ser mulher” pode ser visto como algo negativo, uma vez que seu corpo não permite a realização de um conjunto de atividades. Apesar de não reivindicar o direito à diferença, ela é tomada como o ponto de partida fundamental para desenvolver a análise da opressão das mulheres. Sabendo que a diferença está localizada em um nível biológico, o argumento de que não é possível transformá-lo pode servir para aqueles e aquelas que queiram legitimar a desigualdade social entre homens e mulheres, mesmo que Firestone proponha uma revolução tecnológica que seja capaz de libertar as mulheres. De qualquer modo, o questionamento que pode ser feito a partir disso é: por qual motivo a reprodução biológica é algo inerentemente ruim?

A despeito do contraste entre o que a ideologia naturalista no feminismo francês e a diferença sexual no feminismo estadunidense propõe, importa ressaltar que os conceitos de "papéis sexuais" e "relações sociais de sexo" constituem um esforço de desnaturalização da opressão de mulheres e a desigualdade social entre homens e mulheres. Eles podem ser compreendidos como eixos centrais à organização e compreensão da sociedade na medida em que afetam diretamente processos tais como a socialização, o desenvolvimento da personalidade de um indivíduo ou ainda como sustentam determinadas ideologias. Nesta última seção do capítulo, partindo da consideração de que a categoria “sexo” é fundamental para a construção do conceito de “classe”, pretendo analisar e discutir como em cada uma das tradições da teoria feminista radical esse último é central às análises.

3.2 Classe sexual

Levando em consideração que “sexo” identifica quem é homem e quem é mulher, ele é capaz de aglutinar sujeitos em um único grupo. No entanto, as especificidades teóricas em torno do conceito de “sexo” na teoria feminista radical francesa e estadunidense, sobretudo quando se tem em consideração o materialismo desenvolvido por cada uma, produzem efeitos na forma como o conceito de “classe” é desenvolvido e como os conflitos podem ser superados.

Como já argumentei, a teoria feminista radical sofre grande influência de Marx e Engels e isso inclui a apropriação do conceito de “classes sociais²⁵”. O pressuposto de que há grupos sociais com interesses antagônicos é o que especifica o caráter social da opressão de um sexo pelo outro. Partindo, primeiramente, para a análise do conceito no caso do feminismo radical estadunidense, a diferença entre Firestone e Marx reside no fato de que as “classes sexuais” não são definidas em termos de posição nas relações de produção, mas através de suas funções nos meios de reprodução biológica. Considerando as características da “família biológica”, percebe-se como essas funções se refletem em termos de relações entre homens e mulheres, porque elas pressupõem, por exemplo, a dependência que as crianças têm das mulheres, e as mulheres dos homens - aspecto justificado a partir da necessidade de adquirir recursos que garantem a sua própria sobrevivência física (MARGREE, 2018). No entanto, nesse ponto a posição de Firestone é ambígua, pois em determinadas passagens sugere que as funções reprodutivas implicam relações de casta, não de classe: *“a diferença natural reprodutiva entre os sexo levou diretamente à primeira divisão do trabalho na origem das classes, assim como forneceu o paradigma da casta (a discriminação baseada no sexo e outras características biologicamente determinadas...”* (FIRESTONE, 1976, p.19).

Para todos os efeitos, Firestone ancora o conceito de classes sexuais em raízes biológicas, sendo a reprodução da espécie a base material a que se refere. No entanto, para ela isso não significa que as mulheres representam uma causa perdida. Conservar essa organização não se justifica porque o ser humano possui a capacidade de superar a natureza e é isto que a cultura faz: modifica os limites biológicos. No entanto, o problema reside no uso do conceito de “classe sexual”, sendo o “sexo” biologicamente fundamentado, porque isso abre margem para uma interpretação essencializante do ponto de vista biológico, ainda que Firestone estivesse tentando desnaturalizar as relações de sexo. A ênfase na dimensão biológica, em certa medida, obscurece como a dependência que as mulheres têm dos homens pode ser reforçada pela própria ação humana, o que pode nos levar a perguntar até que ponto as condições biológicas representam, de fato, uma barreira para a emancipação das mulheres.

Assim como Marx e Engels, Firestone considera que o antagonismo entre as classes sexuais só pode ser eliminado pela via da práxis, introduzindo, assim, o materialismo prático presente em sua teoria da história. Para a autora, a superação da opressão de um grupo

²⁵ É importante ressaltar que Marx desenvolveu apenas no terceiro volume de “O Capital” um pequeno capítulo sobre o conceito. Apesar disso, é possível identificar aspectos básicos através da sua teoria da história, isto é, o materialismo histórico.

ocorrerá através da eliminação da base da opressão, isto é, a diferença sexual. É nesse sentido que a “dialética do sexo” pode ser apresentada como um antagonismo entre as classes sexuais. Esse movimento de superação das contradições viria a proporcionar o fim de um conjunto de desigualdades sociais, e não apenas a opressão das mulheres, mas também as de outra ordem, o que revela um dos pressupostos da autora: o fato de que a opressão por meio da biologia é anterior e mais fundamental que a opressão de classe.

O conceito de “sexo” tal como utilizado no livro por vezes não ilustra a dimensão social da opressão das mulheres, pois é a própria natureza que se torna alvo de crítica: “(...) *as feministas falam de uma mudança na condição biológica básica. O fato de que uma mudança tão profunda não possa se ajustar em categorias tradicionais de pensamento, p.e, o ‘político’*” (FIRESTONE, 1976, p.11) ou ainda quando afirma que “*As feministas têm que questionar não só toda a cultura ocidental, como a própria organização da cultura, e, mais, até a própria organização da natureza*” (FIRESTONE, 1976, p.12). Este questionamento acerca da natureza é fundamental para a compreensão de sua teoria, porque é a transformação dessa dimensão que tornará possível a existência de uma sociedade na qual as mulheres sejam emancipadas das suas supostas limitações biológicas. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que Firestone está consciente dos problemas que a fixidez do sexo pode gerar, porque é esse mesmo aspecto o qual ela propõe transformar através de uma revolução que tome como ponto de partida a diferença sexual. Nesse sentido, não se trata apenas de uma transformação cultural, mas é a própria natureza que se torna passível de mudança e isso ocorre porque foi alcançado um nível tecnológico que permitiria a superação das condições biológicas.

Na teoria de Firestone, o estágio de desenvolvimento que a tecnologia atingiu é fundamental para a revolução feminista porque ela permite que as mulheres não sejam mais oprimidas por sua própria biologia. É nesse contexto que Firestone afirma que a própria concepção de “natural” se tornou um valor humano, porque o capitalismo informacional atingiu tal ponto que a natureza pode ser controlada através da própria ação humana. Por isso, a autora acredita em um projeto de revolução feminista amparada em um desenvolvimento tecnológico que permite que mulheres não sejam mais dependentes de seus processos biológicos, como a gravidez e a menstruação, por exemplo. É desse modo que a superação dos antagonismos de classe seria possível.

Em suma, na perspectiva de Firestone, a própria natureza seria a responsável por criar “classes sexuais”. Esse ponto revela uma contradição, pois, se são configuradas enquanto

classes, são socialmente construídas. Apesar disso, o que se destaca nesse contexto é o fato de que a biologia não representa um obstáculo para uma futura emancipação das mulheres: “*Até que fosse atingido um certo nível de evolução e que a tecnologia chegasse à sofisticação atual, questionar as condições biológicas básicas era loucura.*” (FIRESTONE, 1976, p.11). Isso significa que o caráter socialmente construído da classe permanece, sendo a base biológica interpretada como o “fundamento” a partir do qual as classes são construídas e/ou justificadas.

Enquanto Firestone toma a diferença sexual como o ponto de partida de sua análise das desigualdades entre homens e mulheres e que permite a construção de classes sexuais, Kate Millett possui outro posicionamento em relação ao conceito de “classe”. Em sua perspectiva, a classe se refere especialmente àquelas relações decorrentes do sistema capitalista e elas são responsáveis por confundir o estatuto de casta que as mulheres possuem, assim como ocorre com outros marcadores como o de raça. Embora façam parte de uma classe, além da permanência das mulheres ser menos rígida porque ela depende do suporte econômico do marido, ele também é “*obrigado a compartilhar o poder com as mulheres da sua classe que são economicamente produtivas*” (MILLETT, 1971, p.117).

Já no que diz respeito às relações entre as mulheres de diferentes classes, a divisão faz com que elas se coloquem umas contra as outras em decorrência de sentimentos como a inveja da segurança que uma dona de casa possui em comparação com uma mulher de carreira, por exemplo (MILLETT, 1971). Em suma, destaca-se o fato de que as mulheres podem escapar da situação de classe, mas não podem escapar da sua situação de casta, porque não é possível mudar o sexo: “*O sexo, tal como a raça, é algo que não se pode realmente mudar. Que uma mulher, considerando as virtudes do grupo dominante, a elas aspire e deseje escapar à sua casta, é em si um sinal de inteligência.*” (MILLETT, 1976, s/p).

De todo modo, fica evidente o fato de que as autoras estadunidenses mobilizam o conceito de classe sexual para se referir às mulheres enquanto grupo. No caso de Kate Millett, existe uma distinção feita entre “classe sexual” e “casta sexual”. O primeiro lança luz para a ideia de que as mulheres estão subordinadas aos homens, assim como o proletariado está subordinado à burguesia, enquanto uma classe. Nesse sentido, na perspectiva da autora, ele é interessante politicamente porque indica que uma revolução pode pôr fim às classes sexuais. Já o segundo, indica um “status” que perdura toda a vida das mulheres.

Seu uso do conceito de classe sexual descreve um grupo que passou por processos de socialização, enfatizando quais são os efeitos que isso gera sobre as mulheres. O sexo é o responsável por fundar a classe porque é a partir dele que as mulheres compartilham experiências de opressão semelhantes, embora reconheça as diferenças entre mulheres burguesas e proletárias. Nesse sentido, o conceito²⁶ não é utilizado para se referir a um problema cuja raiz tem dimensão econômica, mas para ilustrar a condição de um grupo que passa por processos semelhantes de subjugação.

Apesar dessas diferenças, para pôr fim às desigualdades, Millet e Firestone chamam atenção para a necessidade de uma revolução:

De modo que, assim como para assegurar a eliminação das classes econômicas, é preciso a revolta da classe baixa (o proletariado) e, numa ditadura temporária, a tomada dos meios de produção, assim também, para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolta da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais da nutrição e da educação das crianças (FIRESTONE, 1972, p.20-21).

Em primeiro lugar, uma revolução sexual acabaria com a instituição patriarcal, abolindo tanto a ideologia da supremacia do macho como a tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como “masculinas” ou “femininas” e reconsiderar o seu valor no aspecto humano (...) (MILLETT, 1974, s/p).

Estes trechos revelam algumas diferenças entre as autoras: embora ambas estejam interessadas em uma revolução que possibilite o fim das desigualdades entre homens e mulheres, o modo como cada uma concebe o conceito de classe sexual produz efeitos sobre a própria revolução porque indica quais caminhos esta deve seguir. Dito isso, para Kate Millet a opressão sofrida pelas mulheres é um problema de ordem ideológica, pois, ao contrário de Firestone, a autora não fala de uma retomada de bases materiais. Esse “hábito de espírito” afeta diretamente a organização social, bem como justifica a opressão das mulheres através da existência de uma “natureza feminina”. É nesse sentido que Millett propõe uma mudança de consciência. A partir desses aspectos, evidencia-se o fato de que a autora se afasta de outras feministas radicais, como a própria Shulamith Firestone, porque sua perspectiva sobre a

²⁶ No capítulo seguinte, de modo mais aprofundado, analiso as implicações de usar o conceito de classe e fundamentá-lo em uma divisão biológica, bem como quais são as contradições que esse problema revela.

opressão das mulheres é compreendida como um efeito ideológico. Em contraste, quando Firestone propõe uma revolta que permita às mulheres retomarem o controle da capacidade de reprodução e dos seus próprios, ela põe em evidência o fato de que a dimensão material está diretamente relacionada com a diferença sexual e a família biológica. Esse movimento implicaria uma transformação na vida das mulheres na medida em que elas próprias iriam buscar alcançar uma sociedade cuja organização não fosse estruturada pela natureza.

Tratando-se agora da teoria feminista radical francesa, é interessante partir a análise do conceito de “classe sexual” levando em consideração a estratégia anti-essencialista assumida pelas teóricas desta vertente. É pertinente enfatizar também que “classe” mantém relação com o conceito de “relações sociais de sexo”, o qual foi discutido anteriormente. Como argumentei, este conceito revela um ponto central do feminismo materialista francês: o fato de que homens e mulheres não são um grupo biológico, nem possuem essência específica, nem uma identidade a defender. Na verdade, eles são definidos por uma relação social, material, concreta e histórica. Essa relação social é constituída como classe social das mulheres ante aos homens e é nesse sentido que se configura enquanto uma relação antagônica (FALQUET; OCHY, 2014). Embora várias as autoras dessa vertente, como Christine Delphy, Monique Wittig, Colette Guillaumin e Nicole Claude-Mathieu, partam desse pressuposto, quem ganha destaque por renovar o conceito de “classe” é Christine Delphy em suas pesquisas sobre o trabalho doméstico, aquele que não possui valor de troca.

Ao buscar escapar da lógica da “ideologia naturalista” ela amplia um aspecto específico do materialismo marxista: a centralidade do conceito de trabalho como as relações entre os seres humanos e entre esses e a natureza. De uma forma próxima à Marx e Engels, que compreendem as classes sociais em termos de posição no processo de produção, Delphy desenvolve o conceito de “classe” para ilustrar o modo como homens e mulheres se relacionam diferencialmente nos processos de produção. Mas não apenas isso: as mulheres são subjugadas pelos homens através desses próprios processos. Esse fenômeno é explicado quando a autora observa como o trabalho não pago realizado pelas mulheres em ambientes domésticos e em fazendas é tomado como algo dado, uma garantia ao funcionamento da economia desses espaços. Em “O inimigo principal” (1993), Delphy toma como referência tanto as dinâmicas características de fazendas localizadas no interior da França quanto aquelas do ambiente doméstico. Sem a presença das mulheres, que assumiam as atividades enquanto esposas dos donos das fazendas, o funcionamento dos locais estaria prejudicado. Isso porque elas não representam despesa para seus maridos, pelo contrário: além de produzirem de forma

gratuita objetos úteis à vida cotidiana, elas também garantem que seus produtos sejam lançados ao mercado.

Esse ponto tem sido reforçado por uma série de pensadoras contemporâneas sobre o funcionamento do capitalismo, como é o caso de Nancy Fraser (2020):

O capitalismo sempre coexistiu com uma grande quantidade de trabalho não livre e dependente. Eu diria, aliás, que sempre dependeu disso (...) nem todo mundo que trabalha ou produz foi considerado um trabalhador ou recebeu o status de indivíduo livre (p.31).

Mesmo que Delphy esteja buscando um certo grau de independência de abordagens marxistas clássicas, ela caminha no mesmo sentido de Fraser e de uma série de outras feministas marxistas na medida em que busca identificar de que modo as mulheres são subjugadas à dinâmicas específicas de dominação e exploração por causa do status do trabalho que realizam. Nesse sentido, a situação que as mulheres se encontram não decorre da natureza do trabalho que realizam, mas do fato de que elas, enquanto agentes econômicos, são excluídas do mercado. É por isso que Delphy (1993) vê a necessidade de desenvolver um conceito de “classe” para se referir especialmente às relações antagônicas entre homens e mulheres: segundo a autora, “classe”, no sentido marxista, apaga o fato de que os homens estão em posição de poder em comparação com as mulheres, o que a aproxima de Kate Millett (1974), tendo em vista as críticas que ela fez ao conceito.

Diante disso, percebe-se as diferenças que caracterizam as teorias das duas tradições do feminismo radical que venho abordando aqui. Enquanto uma toma como referência a reprodução biológica e a diferença sexual para fundamentar o conceito de casta e de classe, a outra parte de relações sociais e históricas para compreender de que modo homens e mulheres se constituem enquanto grupos sociais distintos. De um lado, há o trabalho doméstico enquanto problema central para a análise da opressão, de outro, a diferença sexual. Essas duas dimensões produzem diferentes abordagens do problema sobretudo pelo fato de uma estar situada em um plano biológico, o que reflete em diferentes compreensões do significado de materialismo, mais especificamente, em diferentes aspectos do materialismo de Marx e Engels.

Os conceitos de “relações sociais de sexo” ou as relações entre as “classes sexuais” lançam luz para um sistema de dominação responsável por sustentá-las: o patriarcado. No caso do feminismo radical francês, por exemplo, o fato das mulheres e dos homens se constituírem enquanto classes com interesses antagônicos surge como um elemento

constitutivo do sistema patriarcal. De acordo com Jackson (1996), ao contrário do marxismo que compreende a opressão da mulher como um problema ideológico e, por isso, encontra dificuldades para estabelecer as bases materiais dessa opressão, a teoria feminista materialista francesa, levando em consideração que as relações entre homens e mulheres perpassam diversas esferas - a do direito, a da sexualidade -, busca encontrar quais são as relações que elas mantêm com a estrutura econômica de modo mais amplo. É nesse sentido que o patriarcado aparece como sistema de dominação diferente do sistema capitalista, sendo ele que sustenta as “relações sociais de sexo”, por exemplo. Posto isso, os significados desse conceito na teoria feminista radical francesa e estadunidense serão tratados no próximo capítulo.

4 PATRIARCADO

Assim como ocorre com outros conceitos das ciências sociais, “patriarcado” pode ser considerado um conceito polissêmico, tendo em vista os inúmeros significados que pode assumir. Destaco aqui a contribuição de autores clássicos como Friedrich Engels e Max Weber, por exemplo. Por um lado, para Weber, o patriarcado é a forma básica da dominação tradicional, uma característica do ambiente doméstico que pode ser entendido como “poder dos homens sobre as mulheres” ou ainda a “autoridade do pai, do marido, do mais velho na casa” (SYDIE, 2012; WEBER, 2004). Essa definição se aproxima da maneira que as feministas o compreendem, contudo, definido de tal modo, ele acaba por assumir um caráter ahistórico, o que possui consequências práticas e nos impõe alguns limites, porque isso não nos permitiria explicar, por exemplo, as diferenças de poder entre homens e mulheres ou a divisão sexual do trabalho em diferentes momentos históricos (SYDIE, 2012).

Por outro lado, Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (2012), apresenta o caráter histórico do patriarcado, demonstrando a sua relação com o desenvolvimento da família monogâmica. Para Engels, foram as mulheres que desenvolveram a ideia de relações sexuais monogâmicas porque as formas antigas de relações sexuais lhe pareciam degradantes e opressivas. A introdução desse modelo de relação não poderia vir dos homens, segundo o autor, tendo em vista que eles não iriam abrir mão de seus prazeres do casamento em grupo. Desse modo, o par monogâmico introduziu o “pai legítimo” junto com a mãe. Ao mesmo tempo, a monogamia promoveu uma transição de um modelo de família matrilinear para um modelo de família patrilinear que passou a ter mais importância na medida em que a riqueza a ser transmitida para os descendentes aumentou. Esse fato, em combinação com a posse das novas formas de riqueza por parte do pai, resultou na transformação das relações de gênero.

Isso ocorreu porque a posse de riqueza permaneceu com os homens por causa da divisão natural do trabalho, e ele a tomou para si em caso de separação, assim como a mulher permaneceu com os bens domésticos. A partir do momento em que as atividades dos homens foram expandidas com a domesticação de animais e a agricultura, sua riqueza cresceu, lhe fornecendo um melhor status na família, mais do que a mulher, e incitando-o a querer seu próprio filho para herança. O aumento da riqueza e a transformação do status do homem dentro da família o permitiu derrubar a ordem tradicional de herança em favor de suas

crianças. Segundo Engels, “quando isso ocorreu, o patriarcado foi estabelecido, e resultou na derrota histórica do sexo feminino” (ENGELS, 2012).

Percebe-se que, ao contrário de Weber, Engels situa historicamente o momento em que as mulheres, enquanto grupo, se tornaram subjugadas aos homens. É nesse sentido que “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” foi fundamental para o desenvolvimento de teorias feministas, pois tentou descrever um processo histórico no qual a origem da opressão²⁷ das mulheres pode ser localizada. Ao mesmo tempo que esse aspecto constitui um ponto importante em sua teoria, porque não justifica o fenômeno de opressão com base na natureza, há aspectos específicos que foram submetidos a críticas (RUBIN, 2017; FIRESTONE, 1976; MILLETT, 1974; BARRETT, 1986), como por exemplo a pressuposição de que a forma como as relações sexuais são organizadas tem como justificativa uma atividade econômica ou ainda a pressuposição de uma divisão natural do trabalho fundamentada na reprodução biológica. Esses são alguns dos problemas que fornecem impulso para que feministas desenvolvam uma teoria sobre um sistema de dominação das mulheres.

Como tem sido discutido ao longo desta dissertação, as feministas radicais estavam buscando um caminho para compreender a opressão que as mulheres sofriam, sem ter que submeter suas análises a um quadro marxista clássico, mais especificamente, ao sistema capitalista. Segundo Delphy (1993), uma das consequências que isso gerava era a pressuposição de que a opressão das mulheres é derivada da luta de classes. É nesse sentido que a busca por independência ganhou força não apenas no terreno político, na forma de construção de movimentos sociais, mas também no plano teórico, o que é ilustrado através do conceito de “patriarcado”.

É possível identificar inúmeros sentidos atribuídos ao conceito. Christine Delphy (2009) identifica ao menos três: 1) “patriarcado” vem da combinação das palavras *pater* (pai) e *arkhe* (comando e origem). Portanto, patriarcado é a autoridade do pai. Como o pai é o primeiro e a origem em relação às gerações seguintes, a adição de *pater* com *arkhe* redobra a autoridade da origem; 2) o sentido histórico atribuído por Morgan e Bachofen: eles afirmam que existiam um direito materno que foi substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado por Bachofen de patriarcado; e 3) a invenção do sentido feminista atribui-se à

²⁷ Apesar disso, Christine Delphy, por exemplo, abre mão de identificar as origens da opressão feminina, o que a permite estabelecer uma homologia entre o capitalismo e o patriarcado em termos de dominação de um grupo sobre outro.

“Política Sexual” escrito por Kate Millett em 1971. Esse terceiro sentido está em continuidade com o segundo. Apesar disso, diferentemente dos autores socialistas, algumas feministas não acreditam na existência de um matriarcado²⁸, como é o caso de Monique Wittig (2019).

O conceito é importante entre diferentes vertentes feministas, mas é no feminismo radical que ele adquire centralidade. A razão disso se torna evidente quando consideramos a busca por uma análise autônoma que não posicionasse a opressão das mulheres enquanto efeito secundário de um problema maior. Nesse contexto, as questões que envolvem violência masculina e o controle e a apropriação da sexualidade, que serão discutidos de forma aprofundada no capítulo seguinte, ganham destaque quando se discute patriarcado. Há autoras como Finn Mackay (2015; 2021), Alisson Jaggar (1986) e Michèle Barrett (1986) que argumentam como o conceito ganha primazia analítica na teoria feminista radical. Reconhecendo esse mesmo aspecto, Walby (1990) aponta uma crítica que dialoga com o objetivo geral desta dissertação: segundo a autora, os principais problemas em relação a essa abordagem dizem respeito a uma tendência ao essencialismo, a uma implícita ou explícita redução biológica, ao falso universalismo que não leva em consideração a mudança histórica, e as diferenças de classe e raça entre as mulheres. Diante disso, meu objetivo neste capítulo é analisar como o conceito de “patriarcado” é compreendido em cada tradição da teoria feminista radical a fim de identificar em que medida é possível afirmar que ele abre margem para interpretações trans-exclusivas baseadas em uma feminilidade de bases biológicas.

4.1 Contextualizando o conceito de patriarcado na teoria feminista

“Sexo”, “papéis de sexo”, “gênero”, “relações sociais de sexo” e “opressão sexista” são alguns dos conceitos utilizados para se referir à opressão das mulheres pelos homens e a desigualdade que existe entre eles. Em algumas teorias feministas, a exemplo do feminismo materialista francês ou feminismo radical francês, o conceito de patriarcado é central na explicação da opressão de mulheres, ainda que possa sofrer algumas objeções²⁹. Além dessa

²⁸ Monique Wittig (2019), por exemplo, rejeita a ideia de matriarcado, porque não resolve o problema da divisão natural entre os sexos, isto é, uma divisão fundada na reprodução biológica. Ao mesmo tempo, a autora também critica o conceito porque, assim como patriarcado, ele também pressupõe a heterossexualidade. Além disso, como aponta Alison Jaggar (1986), o conhecimento sobre a origem da subordinação das mulheres tem relevância para a teoria política contemporânea apenas quando se leva em consideração de que modo a subordinação das mulheres ainda é mantida pelos mesmos fatores que a causaram.

²⁹ De modo geral, as críticas direcionadas ao conceito de patriarcado se concentram em dois aspectos que estão diretamente relacionados: a fixidez ao retratar a opressão sofrida por mulheres, o que acarreta um grau de a-historicidade, e o essencialismo biológico, que pode produzir diversas consequências, como exemplo, as mulheres podem ser concebidas como um grupo “natural” (cf. WALBY, 1990; ANTONY, 2017).

corrente, Thereza Walby (1990) identifica quatro diferentes vertentes feministas que também fazem uso do conceito, atribuem diferentes significados a ele e possuem divergências quanto aos efeitos estruturais produzidos. São elas: o feminismo marxista, o feminismo liberal, o feminismo radical e a teoria do sistema dual.

Tratando-se especialmente do feminismo radical, de modo geral, a autora afirma que ele se distingue por causa de sua análise da desigualdade de gênero³⁰: os homens constituem um grupo que domina as mulheres como um grupo e eles são os principais beneficiários dessa subordinação. É nesse contexto que o conceito de patriarcado é entendido como uma estrutura que organiza e autoriza esse poder que os homens exercem. Autoras como Christine Delphy (2009) reconhecem que, frequentemente, seu uso pode ser visto quase como um sinônimo do termo “dominação masculina” ou “opressão de mulheres”. Nesse sentido, compreender sua utilização demanda considerar que essas expressões fazem referência ao mesmo objeto de estudo que, na década de 1970, era conhecido por “subordinação feminina”, “condição feminina” ou ainda “sujeição das mulheres”, conforme destaca Delphy (2009).

Contextualizar esses usos é fundamental aqui porque eles dialogam com o momento político e acadêmico pelo qual passava o movimento feminista, o que permite compreender alguns dos problemas que surgem quando conceitos e ideias produzidas em um contexto específico são mobilizadas para interpretar problemas que não estiveram no seu horizonte em um momento inicial. Posto isso, a ênfase no poder exercido pelos homens pode ser compreendida, para além de outras coisas, como um esforço de fornecer autonomia à luta feminista, ao invés de subordiná-la à luta anticapitalista. Assim como afirma Delphy (2009): *“Patriarcado ou capitalismo, capitalismo e patriarcado: tais são os termos dos debates mais importantes entre os(as) partidários(as) de uma luta feminista autônoma e os(as) partidários(as) de uma luta feminista sujeita às organizações políticas anticapitalistas”* (p.176). O patriarcado é concebido por diversas feministas, guiadas por esse desejo de autonomia, como um sistema de dominação que não é derivado de outro sistema, como ocorre dentre algumas interpretações do feminismo marxista³¹: ele é independente do sistema capitalista e esse modo particular de teorização produz efeitos práticos na medida em que organiza o sentido que as lutas feministas devem ser direcionadas.

³⁰ Embora a autora utilize esse conceito ao fazer uma sistematização das características gerais do feminismo radical, “gênero” não é utilizado pelas feministas dessa vertente.

³¹ Este é o caso da teoria do sistema unitário (ARRUZZA, 2015).

É pertinente salientar que, assim como reconhece Cinzia Arruzza (2015), descrever o modo como mulheres são oprimidas e exploradas dentro do sistema capitalista parece uma tarefa relativamente fácil quando se leva em consideração algumas das transformações no mundo contemporâneo, como exemplo, o processo de feminização de algumas profissões. Apesar disso, a discussão teórica sobre a relação estrutural entre capitalismo e patriarcado é mais complexa porque ambos buscam identificar um princípio organizativo para a explicação das divisões e hierarquias sociais, seja através das relações de classe, seja através da subordinação das mulheres. A questão que emerge desse debate é de que modo essas relações de dominação e exploração se reforçam mutuamente e se é possível conceber a autonomia desses sistemas.

Nesse contexto, situa-se o conceito de “consustancialidade” construído por Danièle Kergoat, feminista materialista francesa que pressupõe a autonomia dos três sistemas - capitalista, patriarcal e racial -, que se interseccionam e possuem a mesma “substância”, isto é, exploração e dominação, ao mesmo tempo em que são distintos entre si (ARRUZZA, 2015). Essas especificidades são relevantes nesta dissertação porque a disputa em torno do conceito de patriarcado é intensa entre feministas radicais e feministas marxistas. As críticas feitas ao feminismo radical, e ao feminismo de segunda onda de modo mais amplo, apontam para a perda de classe social enquanto conceito fundamental para compreender a opressão das mulheres (FRASER, 2020; ROGERS, 2001) e, conseqüentemente, tornam-se ausentes as discussões sobre o capitalismo e em que medida esse sistema se relaciona com esse tipo de opressão. Em contrapartida, há inúmeras discussões tanto sobre a origem do patriarcado quanto sobre qual a sua configuração antes e após o capitalismo (cf. DELPHY, 2009). No entanto, não há uma articulação entre esses dois sistemas de modo que torne inteligível como a opressão das mulheres se estrutura dentro do um sistema capitalista.

Em um contexto de fragmentação da luta política, sendo o feminismo entendido como um movimento de mulheres, a entrada de novas identidades em determinadas lutas é vista com certa desconfiança. No caso do feminismo, a pressuposição de que este se configura como um movimento de mulheres não apenas rejeita outras identidades que buscam se engajar na luta, mas também assume que apenas mulheres podem se beneficiar dos seus ganhos políticos e, ocasionalmente, que outras identidades não trazem nada de particularmente importante para a luta das mulheres. Além disso, sendo entendido como “dominação das mulheres pelos homens”, o conceito de patriarcado aponta para o homem como agente causador da opressão. Diante disso, evidenciam-se dois aspectos: 1) o fato de

que a concepção de feminismo enquanto um movimento de mulheres contra o patriarcado não leva em consideração como outras identidades podem ser afetadas por esse sistema e como outros marcadores sociais também são fundamentais para compreender a experiência das mulheres; e 2) o fato de que assumir o homem como aquele responsável pela opressão pode causar em feministas uma desconfiança com aqueles que buscam engajar a luta feminista.

De qualquer forma, do mesmo modo que ocorre com outros aspectos teóricos, Walby (1990) reconhece que há diferenças relativas à forma como a supremacia masculina, ou dominação masculina, é concebida entre feministas radicais. Assim, é possível identificar mais um ponto de contato entre as feministas francesas e estadunidenses, isto é, a utilização do conceito de classes/castas para se referir aos homens e às mulheres enquanto grupos antagônicos, ainda que a classe assuma significados distintos em cada uma das correntes. Em outras palavras, as autoras feministas constroem diferentes interpretações acerca da opressão da mulher pelo homem através do conceito de classe/casta, que se torna central à ideia de apropriação da sexualidade, dos corpos e do trabalho das mulheres, sendo este último caso exclusivo da corrente francesa do feminismo radical. Posto isso, passo agora a diferenciar o conceito em cada uma das tradições do feminismo.

4.2 O patriarcado na teoria feminista radical francesa

O conceito de “relações sociais de sexo” lança luz para uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, sendo estes dois dispostos em grupos com interesses antagônicos. Para compreendê-lo, é necessário ressaltar sua relação com o conceito de “divisão sexual do trabalho”, que assume um significado não apenas descritivo, pois, de acordo com Kergoat (2009):

(...) a construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional entre homens e mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades (KERGOAT, 2009, p.72).

Por “divisão sexual do trabalho”, feministas materialistas francesas buscam elucidar um modo específico de organização do trabalho (KERGOAT, 2009). É a partir desse aspecto que autoras como Christine Delphy (2015) afirmam que homens e mulheres constituem diferentes “classes sexuais”. Neste sentido, não se trata de uma relação que possui causas

biológicas, pelo contrário, pois essa relação de poder ganha legitimidade através da “ideologia naturalista” que forja uma justificativa natural para a subordinação de mulheres. E é desse modo que sua responsabilidade com o trabalho doméstico é justificada: dada a “natureza feminina”, pressupõe-se que as mulheres possuem uma maior capacidade de realizar esse tipo de atividade em comparação com os homens. É pertinente ressaltar que é possível supor que o mesmo pode ser afirmado por autoras como Firestone, por exemplo. A diferença é que, ao dar primazia à reprodução biológica na divisão do trabalho, ela abre margem para uma interpretação essencializante que contradiz o próprio uso de um conceito como o de classe ou casta, que aponta para uma construção histórica e social. Neste sentido, o materialismo de Delphy nega que a subordinação das mulheres ocorra em termos de sua relação com a reprodução ou com seus corpos e que a ideia de trabalho reprodutivo pode ser reduzida a esses termos. Sua concepção de trabalho reprodutivo está, ao contrário, intimamente associada ao seu conceito de “modo de produção doméstico”.

O conceito de “modo de produção doméstico” apresenta de forma sistematizada de que modo as mulheres são oprimidas, na medida em que mostra um eixo de análise em torno do qual giram outras questões, isto é, o trabalho doméstico. Dar atenção a esse tipo de trabalho se tornou uma tarefa fundamental para a teoria feminista, sobretudo as de influência marxista, porque ele permite introduzir as mulheres no sistema de produção capitalista na medida em que o trabalho reprodutivo ressurgiu como um elemento fundamental para o funcionamento deste sistema (DELPHY, 1993; WALBY, 1990; FEDERICI, 2017; ARRUZZA, 2015). Isso porque o “trabalho invisível” - de cuidado e doméstico, por exemplo - não se constituiu enquanto foco de atenção em abordagens marxistas tradicionais. É desse modo que o trabalho reprodutivo de modo mais amplo é resgatado pela teoria feminista, neste caso, pela teoria feminista radical francesa. Tal resgate permite não apenas localizar as mulheres dentro do processo produtivo e entender sua subordinação econômica, mas também lança luz para a forma como “homens” e “mulheres” são noções formadas a partir da desigualdade material e divisão sexual do trabalho que caracterizam suas relações.

De todo modo, o conceito de “modo de produção doméstico” é organizado pelo sistema de dominação patriarcal, que é concebido de forma paralela ao sistema industrial³². Nesse sentido, há dois modos de produção paralelos: o capitalista e o doméstico. O foco no

³² Essa construção teórica que envolve a existência paralela de dois modos de produção distintos é alvo de críticas, pois argumenta-se que a teoria marxista permite apenas um modo de produção dentro de uma formação social específica (cf. BARRETT, 1986; WALBY, 1990). Além de conceber o modo de produção como algo diferente da teoria da história de Marx.

trabalho do doméstico, ou a teorização a partir do modo de produção doméstico, ganha sentido através do fato de que essas são as mulheres que majoritariamente realizam o trabalho reprodutivo, enquanto os homens realizam o trabalho produtivo. As mulheres são confinadas no espaço doméstico e, posteriormente, esse confinamento é justificado a partir de uma ideologia que as constrói enquanto seres que estão naturalmente aptos a realizar um conjunto de atividades específicas, nesse caso, o trabalho doméstico. De um modo semelhante à teoria marxista, percebe-se aqui a relação existente entre “infraestrutura” (o modo de produção doméstico) e “superestrutura” (a “ideologia naturalista”): a natureza dos sexos é tomada como justificativa para a organização do trabalho, embora ela mesma seja resultado de determinadas práticas sociais segundo as quais o trabalho das mulheres é explorado pelos homens.

É a partir da exploração do trabalho reprodutivo que os homens controlam as mulheres. Essa forma de conceber o patriarcado foi alvo de inúmeras críticas porque produz um conjunto de consequências que são difíceis de resolver tanto em nível teórico quanto prático. Por exemplo, Arruzza (2015) parte do conceito marxista de exploração para apontar alguns problemas nessa abordagem: considerando que a exploração consiste na apropriação de um excedente, para a autora não é lógico pressupor que os homens exploram o trabalho das mulheres porque não há excedente produzido. Na verdade, segundo Arruzza, o que ocorre é que o trabalho é distribuído de modo desigual. Além disso, se homens e mulheres constituem grupos com interesses antagônicos, de que forma é possível solucionar este problema?

Aqui ainda é possível trazer algumas das críticas feministas sofridas por Delphy que são destacadas por Walby (1990), dentre elas: o argumento de Michèle Barrett segundo o qual Delphy utiliza o conceito de modo de produção de forma equivocada, porque a teoria marxista pressupõe apenas um modo de produção dentro de uma formação social; Barrett também reconhece o fato de que há muitas diferenças entre as mulheres que as impedem de serem colocadas em uma única classe e de que nem todas as mulheres são trabalhadoras domésticas. É nesse sentido que podemos afirmar como as mulheres são diferencialmente afetadas pelo sistema patriarcal.

Entre as feministas radicais francesas da década de 1970, situa-se também Colette Guillaumin que, ainda que sua produção não seja um dos focos principais nesta pesquisa, merece destaque aqui em decorrência das suas reflexões acerca da apropriação feita pelos homens, que não diz respeito somente ao trabalho das mulheres. Na perspectiva de Guillaumin, a tese segundo a qual o trabalhador dispõe de sua força de trabalho para vender

não se aplicaria às mulheres porque sua própria força de trabalho é apropriada. A autora compreende o corpo como um reservatório de força de trabalho que, por sua vez, é apropriado de diferentes formas: a apropriação³³ do tempo; a apropriação dos produtos do corpo; a obrigação sexual; o encargo físico dos membros inválidos do grupo (GUILLAUMIN, 2014, p.34-35). O interessante aqui é que tais formas de apropriação se configuram como apropriação do trabalho da mulher, pois subtende-se que seu tempo é livre e ela está invariavelmente disponível para atender as demandas do homem.

No caso das feministas francesas, são as relações sociais de sexo que ganham legitimidade através da ideologia naturalista que, por sua vez, é sustentada através de uma estrutura patriarcal de dominação. Em outros termos, não se trata simplesmente de apontar práticas sexuadas, mas de identificar o modo como as construções sociais operam entre os homens e as mulheres e quais são suas consequências práticas.

4.3 O patriarcado na teoria feminista radical estadunidense

Ainda que existam debates sobre a primazia histórica do patriarcado em relação a outros sistemas de dominação, feministas radicais concordam que o patriarcado é primário em termos da constituição de diferentes problemas sociais, como o racismo, a guerra e a violência (JAGGAR, 1986). Isso é especialmente verdade no caso do feminismo radical estadunidense porque, embora algumas autoras se dediquem a alguns problemas relativos ao sistema capitalista e às limitações do feminismo liberal, que é acusado de reformista por não promover uma transformação radical do sistema, é a centralidade do conceito de dominação masculina e a consequente subordinação das mulheres que ganha destaque. Assim como o slogan do “o pessoal é político” busca ilustrar, existe na teoria feminista radical a pressuposição de que os homens dominam as mulheres em cada esfera da vida, porque todas as relações entre homens e mulheres são relações institucionalizadas de poder (JAGGAR, 1986). É nesse sentido que feministas radicais afirmam que a opressão é universal e a busca por semelhanças nas experiências de mulheres se torna um ponto de partida para a política feminista.

³³ A noção de apropriação, para além de outras coisas, destaca a importância que o marxismo possui para a teoria feminista, bem como destaca as disputas que existem entre feministas materialistas e feministas marxistas. O livro “O Calibã e a Bruxa” (2017) ilustra bem esse aspecto na medida em que Silvia Federici demonstra o modo como as mulheres passaram por um processo de perda de status social, econômico e político, o que envolve a apropriação do trabalho doméstico e da sua sexualidade. Isso porque existiam políticas que regulavam essas esferas, seja através do incentivo ao crescimento da natalidade, seja através da proibição do trabalho fora do lar.

Diante disso, a divisão entre homens e mulheres é considerada a divisão política mais fundamental na sociedade (BARRETT, 1986), ao invés da divisão sexual do trabalho. Shulamith Firestone e Kate Millett, as feministas radicais estadunidenses que compartilham desse mesmo ponto, fornecem não apenas independência da dominação masculina em relação ao sistema capitalista, mas também atribuem àquela a primazia analítica. O próprio contexto de surgimento do feminismo radical lança luz para as razões dessa forma de teorização quando consideramos que as feministas da época buscavam interpretações para sua opressão cujo eixo de explicação não fosse a exploração econômica³⁴ tal como é proposto pelo quadro teórico marxista. Desse modo, o que elas fazem é buscar uma origem da opressão das mulheres e as consequências que isso gera na organização da sociedade. De antemão, é interessante perceber que, ao contrário de Kate Millett, Firestone não utiliza com frequência o conceito de “patriarcado”. Apesar disso, há feministas radicais, como Catherine Mackinnon e Andrea Dworkin, por exemplo, que escreveram suas reflexões posteriormente e que se apropriam do conceito de patriarcado para indicar de modo mais amplo como é possível compreender a opressão que as mulheres sofrem. Ao contrário da teoria feminista radical francesa, as interpretações acerca do conceito são mais heterogêneas, no entanto, busco apresentar seus principais aspectos.

Como discutido, a teoria feminista radical traz para o centro do debate político questões que então eram percebidas como problemas individuais: o domínio do político é ampliado ao incluir temas que dizem respeito aos problemas relacionados à reprodução biológica, violência e dominação masculina. Desse modo, assume-se que o poder masculino não está apenas restrito à esfera pública, mas sua força também opera no privado, sobretudo através do controle do exercício da sexualidade e dos corpos - incidentemente, uma preocupação cujas origens são equivocadamente atribuídas a Foucault, e não às feministas da segunda onda. Dito isso, problemas relacionados a essa dimensão possuem destaque nesta discussão sobre o conceito de “patriarcado” em uma acepção feminista radical estadunidense, tendo em vista que eles constituem seu significado.

Em consonância com Christine Delphy (2009), Valerie Bryson (1992) também chama atenção para o lugar que o trabalho de Kate Millett, “Política Sexual” ([1971] 1974), ocupa

³⁴ Embora existam teorias feministas que partem do pressuposto de que as relações de classe na teoria marxista se reduzem a problemas de ordem econômica, existem outras que buscam destacar os efeitos da exploração econômica para além da classe. Como é o caso de Silvia Federici (2017), que aponta para o modo como a exclusão das mulheres do trabalho produtivo gera, por exemplo, um status social mais baixo em comparação com os homens.

não apenas entre as teóricas feministas radicais, mas também na própria teoria feminista de modo geral, em seu esforço de desenvolver um conceito feminista de “patriarcado”. Para Millett, o patriarcado é mantido através de um processo de socialização dentro da família que tem início na infância e é reforçado por meio da educação, cultura e literatura, sendo seus valores incorporados e sustentados por homens e mulheres (BRYSON, 1992). É levando tais aspectos em consideração que seu livro desenvolve uma análise da literatura, de teóricos revolucionários como Engels e de teorias psicanalíticas.

Assim como outras teóricas analisadas nesta dissertação, Kate Millett também foi influenciada por autores materialistas como Engels, o que se destaca sobretudo nas suas reflexões sobre a família monogâmica desenvolvida. Para ela, a maior contribuição que ele trouxe à teoria feminista diz respeito a sua análise do casamento e do regime patriarcal, pois foi capaz de demonstrar “(...) *que o patriarcado não era uma característica eterna [o que] constitui em si mesmo um ponto de partida radical*” (MILLET, 1974, s/p). No entanto, a teoria de Engels não está isenta de lacunas: Millett afirma que o autor não descreve o modo como o patriarcado se impôs, sendo essa a sua maior preocupação, o que explica a atenção voltada às diversas esferas - cultural, educacional, econômica e ideológica. A transição no regime de acumulação de riquezas não é suficiente para explicar o estabelecimento de um regime patriarcal porque, para Millett, essa mesma descrição já é constituída por valores patriarcais: “*Tentando definir as condições anteriores ao patriarcado, Engels raciocinava em função de noções inerentes ao próprio patriarcado. E como o domínio da sexualidade feminina foi sempre o reino das ideias falsas e da superstição, Engels ignorava a sua natureza.*” (MILLETT, 1974, s/p).

Mas esse não é o único problema. Diferentemente de Delphy, que descarta a questão das origens do patriarcado como sem importância, Millett expressa dúvidas quanto à possibilidade de localizar o momento correto em que o patriarcado foi estabelecido em decorrência da falta de comprovação científica e histórica, sobretudo quando a necessidade está em comprovar a emergência desse sistema de dominação a partir de novas formas de associação sexual. Contudo, Millett se propõe a buscar essas origens partindo das transformações localizadas em uma ordem econômica, ideológica, social e tecnológica. Então, influenciada por Engels, Millett (1974) investiga os momentos que antecederam o estabelecimento do patriarcado e aponta a descoberta da paternidade como o momento fundamental para o estabelecimento do patriarcado. A partir disso, a função da mulher na procriação foi diminuída e maior importância foi atribuída ao falo.

É interessante destacar a influência que John Stuart Mill e Harriet Taylor-Mill, representantes do liberalismo clássico, exercem no pensamento da autora. Em “A Sujeição das Mulheres” (MILL e TAYLOR-MILL, 2006), em uma tentativa de demonstrar o caráter socialmente construído da subordinação das mulheres, eles argumentam que esse problema não é fundado na natureza, mas tem como base a “lei do mais forte”, que, por sua vez, sustenta um conjunto de instituições. O problema reside no fato de que esse aspecto não aparece enquanto tal, mas é ofuscado por uma suposta universalidade da opressão que as mulheres sofrem. É desse modo que são adotados um conjunto de valores e práticas tidas como “naturais”. Sabendo disso, Millett (1971) aponta para o fato de que o regime patriarcal não é frequentemente associado à força, porque ele criou outros mecanismos para o controle e a dominação de mulheres que pode ser ilustrado através das instituições: por exemplo, mulheres adúlteras sofrem mais sanções do que os homens adúlteros.

A incorporação de valores patriarcais também aparece com frequência entre reflexões de outras teóricas feministas radicais “clássicas” e contemporâneas, tais como Shulamith Firestone, Andrea Dworkin e Sheila Jeffreys. Para essas autoras, um conjunto de práticas relativas ao “exercício da feminilidade”, como o uso de determinadas roupas ou maquiagem, por exemplo, pode ser considerado um sintoma do sistema patriarcal porque envolve valores que são tidos como degradantes às mulheres e que reforçam estereótipos sobre o que é “ser mulher”.

De modo geral, ainda que para Shulamith Firestone o patriarcado não seja um conceito central em seu trabalho, ela o utiliza de forma descritiva e de forma adjetiva - família nuclear patriarcal. É nesse sentido que a autora descreve como diferentes áreas da vida são permeadas de pressuposições sobre a natureza da mulher: elas são frequentemente associadas a seres frágeis, passivos e sentimentais, enquanto os homens são associados à força e racionalidade. Esses são alguns dos valores que sustentam a ideologia patriarcal e que afetam diretamente o modo como as mulheres enxergam a si mesmas. Desse modo, procurar alternativas a esse padrão era entendido como um dos caminhos a serem seguidos pela política feminista. Em outros termos, assumir um padrão diferente de comportamento daquele imposto pelo patriarcado é considerado uma forma de resistência (JAGGAR, 1986).

Como afirma Catherine MacKinnon (2016), a sexualidade para o feminismo é o que o trabalho é para o marxismo, assim como o proletariado sofre um processo de expropriação, as mulheres também são expropriadas da sua sexualidade. Dito isso, um segundo aspecto que é

ênfático pelo conceito de patriarcado é, como já mencionado, o controle dos corpos e da sexualidade da mulher pelos homens e, conseqüentemente, o controle da reprodução biológica. É possível encontrar diferentes explicações e justificativas para a conexão entre mãe e filhos, no entanto, de modo geral, busca-se legitimar essa relação a partir de argumentos sobre a “natureza” da mulher ou do “instinto feminino”.

É por causa de fenômenos como esse que o feminismo radical assume que o patriarcado forja uma imagem da realidade baseada em valores masculinos, pois há um contraste na forma que homens e mulheres são vistos. Nesse sentido, a “cultura masculina” imposta pelo patriarcado faz com que as mulheres adotem certos comportamentos baseados em um conjunto de estereótipos sobre o que significa ser mulher (JAGGAR, 1986).

Em suma, se por um lado o feminismo radical francês atribui ao conceito de “patriarcado”, que é estruturado pelo modo de produção doméstico, uma centralidade para a compreensão da opressão das mulheres e da formação de classes sexuais, é o conceito de “diferença sexual” que cumpre esse papel no feminismo radical de Firestone, abrindo a possibilidade da identificação de uma raiz de opressão que impossibilitaria qualquer chance de emancipação das mulheres na medida em que constrói uma noção de mulher fundada na natureza. Kate Millett (1971), por seu turno, o concebe como uma política sexual na qual a família adquire centralidade, pois ela é responsável por reproduzir o temperamento e os papéis sexuais que constroem a identidade sexual através do processo de socialização.

O conceito de patriarcado na teoria feminista radical francesa ganha primazia analítica e opera através da dominação de classe sexual cujos efeitos se revelam na forma de apropriação dos corpos, da sexualidade e do trabalho das mulheres. Embora não assuma o mesmo papel na teoria estadunidense, no caso de Millett, ele é importante para descrever as formas de subjugação às quais as mulheres estão submetidas. A diferença entre as duas tradições reside no fato de que, para as feministas francesas, a apropriação depende do modo de produção doméstico e das relações sociais de sexo, cujo eixo de análise é a divisão sexual do trabalho. Por outro lado, para as feministas estadunidenses, a dominação se dá a partir das construções culturais e ideológicas feitas em torno da diferença sexual e da reprodução biológica, havendo uma maior ênfase nessa dimensão em comparação com as francesas.

Além disso, levando em consideração as influências marxistas no pensamento das autoras dessas vertentes, pode-se afirmar que o materialismo das feministas radicais francesas está mais próximo dos diversos pressupostos do materialismo histórico, sobretudo se

considerarmos a centralidade da categoria trabalho (doméstico) no desenvolvimento da história humana. As autoras constroem um modelo teórico cujos problemas residem no não acesso às bases materiais - aquelas localizadas no domínio do trabalho produtivo - que possibilitaram a igualdade entre homens e mulheres. O efeito disso é a apropriação do trabalho, da sexualidade e dos corpos das mulheres. Aqui tomo como central o caráter anti-essencialista dessa teoria na medida em que a diferença sexual não é reafirmada, pelo contrário, busca-se demonstrar como ela está fundada em processos cujas raízes são materiais.

Assim como ocorre com as francesas, tanto Firestone quanto Millett, na medida em que reconhecem que os homens estão em posição de privilégio em comparação com as mulheres, sugerem uma possível “teoria da opressão”. Enquanto para Firestone essa teoria estaria concentrada na reprodução e na família biológica, é a família patriarcal que assume esse lugar para Millett. Nesse sentido, a reprodução, a família biológica e a família patriarcal são as responsáveis por reproduzir os valores que sustentam o patriarcado enquanto sistema de dominação. Do modo que ele é utilizado, sugere-se que ele é capaz apenas de reconhecer que a opressão das mulheres perpassa diferentes níveis da sociedade. Em outras palavras, “patriarcado” parece assumir um caráter mais descritivo do que explicativo, ao contrário do que ocorre entre feministas francesas.

Apesar das diferenças entre os significados produzidos por feministas radicais, seja assumindo um caráter descritivo ou não, ele aponta para como a “ideologia patriarcal” ou ainda a “ideologia naturalista” é responsável por produzir um conjunto de situações nas quais todas as mulheres estão sujeitas. O problema da violência masculina se localiza nesse contexto não apenas porque ele afeta todas as mulheres, mas também porque, assim como um conjunto de autoras apontam, tais como Catherine MacKinnon, Andrea Dworkin, Finn Mackay, Laura Roswerane, esse mecanismo se torna fundamental para a manutenção do próprio patriarcado, como veremos no capítulo seguinte.

5 VIOLÊNCIA MASCULINA: PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO

Nas seções anteriores, procurei demonstrar as diferenças entre os conceitos de patriarcado nas teorias feministas radicais francesa e estadunidense. De modo geral, pode-se afirmar que a principal diferença entre as duas reside no fato de que diferentes ontologias materialistas são enfatizadas. Isso fica especialmente claro na forma como ambas trabalham o conceito de “reprodução”, por exemplo. Enquanto as francesas utilizam o termo a fim de ampliar o significado do conceito de trabalho, as estadunidenses enfatizam a reprodução biológica como base da divisão sexual do trabalho. Obviamente que esta última posição implica algumas contradições internas à ontologia materialista do materialismo histórico - em particular, uma tendência ao reducionismo biológico e uma possível dialética da natureza. Como procurei demonstrar, essa tendência é contrabalanceada a partir da adoção de outras dimensões filosóficas do materialismo, como o materialismo prático e o materialismo epistemológico. Uma das consequências dessa diferença é que, além do peso que o conceito de patriarcado assume nas duas vertentes, seu próprio funcionamento é tido como diferente: por um lado, há a referência à divisão do trabalho que produz uma centralidade na discussão sobre o tipo de trabalho realizado por mulheres; por outro, a ênfase no corpo biológico faz com que feministas radicais estadunidenses se preocupem com os modos como o corpo é controlado para atender aos objetivos do sistema patriarcal. Nesse sentido, os problemas relacionados à opressão das mulheres, como a prostituição ou a pornografia, são abordados de formas diferentes por essas teorias.

Embora a discussão sobre esses temas seja mais forte entre as teóricas feministas estadunidenses, ela também está presente entre as francesas. É necessário destacar que essas duas questões se inserem em um debate mais amplo sobre violência e dominação masculina que, por sua vez, constitui-se como um dos desdobramentos do patriarcado. Dentre as inúmeras definições sobre o que é o feminismo radical, algumas, como aquelas desenvolvidas por Finn Mackay (2015; 2021), Alison Jaggar (1986) e Lauren Rosewarne (2020), chamam atenção para a centralidade que essas questões desfrutam nessa vertente teórica: *“O pilar da crença do feminismo radical era de que o patriarcado era mantido através da ameaça da violência sexual. Tal visão concebe o estupro não como um crime sexual, mas de poder”* (ROSEWARNE, 2020, p.57); *“Essa escola de feminismo define a violência masculina contra a mulher tanto causa como consequência da supremacia masculina e da inferioridade feminina; como um sintoma do patriarcado”* (MACKAY, 2015, p.12).

Além disso, é interessante levar em consideração como o próprio feminismo radical é definido entre as suas militantes: aqui é possível citar, novamente, o capítulo que Eloísa Samy escreve sobre o assunto, onde reitera que entre os objetivos principais do feminismo radical estão a luta anti-pornografia, a luta anti-prostituição e a abolição de gênero.

Nesse sentido, sabendo-se que essa vertente considera a violência masculina um dos principais desdobramentos do patriarcado, discuto neste capítulo como o feminismo radical compreende esse fenômeno de modo geral, e a pornografia e a prostituição em particular. É importante notar que muitas das posições trans-excludentes por parte do feminismo radical contemporâneo têm se servido da violência contra a mulher como justificativa para algumas exclusões - como é o caso da tentativa de barrar mulheres trans dos banheiros femininos ou do estabelecimento de banheiros "neutros".

De antemão, destaco aqui o fato de que as feministas radicais estadunidenses que se dedicaram ao tema da pornografia e prostituição desenvolveram suas reflexões durante a década de 1980, momento em que o feminismo radical já havia passado por algumas transformações, sendo uma delas a emergência da discussão “culturalista” em que predominava tanto uma política separatista baseada sobretudo na valorização de espaços exclusivos às mulheres (ECHOLS, 2019) quanto a valorização de características ditas “femininas”, como a capacidade de reprodução biológica, por exemplo. Aqui é possível citar Jaggar (1986), que discorre sobre quatro diferentes concepções sobre natureza humana no feminismo radical, destacando o que ela chama de “*a biologia da mulher como a solução*” (p.93). É nesse contexto que estão localizadas autoras como Mary Daly e Susan Griffin, que, numa tentativa de se opor à ideologia patriarcal, propõem a valorização de todo o conjunto de coisas que são desprezadas por essa mesma ideologia. Levando isso em consideração, tais feministas passam a valorizar o que é dito como “feminino”: a emoção, a sensibilidade, uma suposta conexão da mulher com a natureza ou ainda a capacidade de gerar uma nova vida.

De todo modo, o importante aqui é o fato de que a violência masculina é um dos problemas que definem os objetivos do feminismo radical (MACKAY, 2021; JAGGAR, 1986; BRYSON, 1992). Nesse sentido, discutirei autoras que trabalham esse tema com mais profundidade, atribuindo atenção especial à pornografia e à prostituição. Por isso, utilizo as reflexões desenvolvidas por Catherine MacKinnon (1989a; 1989b; 2016) e Andrea Dworkin (1981; 1993).

Embora esses temas - violência masculina de modo geral e pornografia e prostituição em particular - não tenham se constituído como cerne das questões pelas primeiras representantes do feminismo radical de segunda onda, o conceito de violência já estava presente nas reflexões de feministas radicais como Kate Millett, como se segue:

As sociedades patriarcais associam tipicamente os sentimentos de crueldade com a sexualidade, sendo esta última frequentemente identificada quer com o mal quer com o poder. É um facto evidente quer nos delírios de imaginação sexual assinalados pela psicanálise quer na pornografia. A regra correta associa o sadismo com o macho (o papel masculino) e a vítima da violência com a fêmea (ao papel feminino) (MILLETT, 1971, p. 193).

Aqui enfatizo sobretudo as reflexões de Kate Millett, em que é possível identificar o sentido que o conceito de “violência masculina” parece assumir nas feministas radicais posteriores. Conforme explicitamente colocado por ela, “*A força patriarcal conta também com uma forma de violência de carácter particularmente sexual, que se realiza completamente no acto da violação*” (MILLETT, 1971, p.193). A relação entre violência e sexo estabelecida nesta afirmação e no trecho citado anteriormente está em consonância com as reflexões desenvolvidas por Catherine MacKinnon e Andrea Dworkin, como veremos a seguir. Neste sentido, trago autoras de outra geração do feminismo radical, porque elas desenvolvem questões que já estavam presentes uma década antes, bem como porque tais questões constituem as definições contemporâneas do que é o feminismo radical (cf. MACKAY, 2015; 2021; ROSWERANE, 2020).

5.1 Violência masculina

O conceito de “violência masculina” busca identificar quem são aqueles que cometem agressões contra as mulheres (cf. MACKAY, 2015). Para feministas radicais, isso é necessário porque ajuda a localizar o problema, pois enfatiza quem cometeu a violência e, conseqüentemente, permite que sejam traçadas melhores estratégias para a superação dessa opressão. É importante mencionar que, nesse momento de produção teórica do feminismo radical, algumas delas já faziam uso do conceito de gênero, como MacKinnon e Dworkin (cf. JAGGAR, 1986; MACKINNON, 2016; 1989b). No entanto, as autoras o utilizam em um sentido particular: no caso de Dworkin, ao invés de defendê-lo enquanto categoria de análise, ela defende a sua abolição; já MacKinnon compreende o gênero como um princípio de hierarquização social, o que implica desigualdade.

Como afirma Finn Mackay (2015), “[o feminismo radical] *É a corrente do feminismo que mais contribuiu com a teoria feminista sobre violência contra mulher, suas causas e consequências e o que nós podemos fazer sobre isso*” (p.4). Tal afirmação ganha mais sentido quando consideramos que o domínio do político foi ampliado pelo feminismo radical, incluindo nele questões ligadas à sexualidade e ao controle dos corpos das mulheres. Isso fica evidente em “A Política Sexual” de Kate Millett (1974). A noção de política sexual desenvolvida pela autora aponta para sua influência em diferentes esferas da vida social - economia, educação e cultura, lançando luz para os modos como a sexualidade pode ser politicamente manipulada. No caso de Millett, a autora demonstra como a manipulação da sexualidade permite a manutenção do patriarcado. É neste mesmo sentido que a sexualidade assume um papel central nas reflexões de MacKinnon (2016), que chega a afirmar que “*A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado.*” (p.801). É por isso que a organização da reprodução biológica, por exemplo, torna-se um ponto importante para se pensar nas formas como se estrutura uma sociedade patriarcal. Como já sugeri anteriormente, a violência masculina é vista como causa e consequência da dominação masculina, como um sintoma do patriarcado (MACKAY, 2015). Assim, desafiar o patriarcado implica desafiar todas as formas de violência masculina contra as mulheres.

No caso de Catherine MacKinnon, feminista radical estadunidense, é importante destacar a sexualidade em sua teoria sobre a violência masculina porque tanto ela quanto a dominação masculina possuem um caráter sexual. Isso significa dizer que toda violência cometida contra a mulher perpassa essa dimensão: para a autora, os homens sexualizam a hierarquia que existem entre eles e as mulheres, e é na arena da sexualidade que o seu controle se manifesta. Levando em consideração o lugar que essa arena ocupa no feminismo radical e que este é um movimento construído a partir das experiências de opressão cometidas por homens, MacKinnon (1989) aponta para a necessidade de repensar a relação entre gênero e sexualidade: “*Violência é sexo quando é praticada como sexo. Se a violação dos menos poderosos é parte do que é sexy sobre o sexo, assim como é central no significado de masculinino e feminino, o lugar da sexualidade no gênero e o do gênero na sexualidade precisam ser vistos juntos*” (p.6). As violências denunciadas não apenas estão frequentemente associadas com o sexo, como também fornecem significado para o que é “feminino” e “masculino”. Esse é um aspecto importante no pensamento de MacKinnon, que será discutido mais à frente, porque possui desdobramentos no modo como determinados problemas, como a

prostituição, a pornografia e o estupro, por exemplo, são entendidos e como as estratégias para sua superação são pensadas.

Desse modo, percebe-se que a violência masculina é um dos problemas considerados pelo feminismo porque ele é tomado como uma das experiências que constituem o que é ser mulher. Nesse contexto, a autora não faz uma separação entre violência e sexualidade, porque o patriarcado é responsável por construir uma concepção de sexualidade em que a dominação é entendida como masculina e a submissão como feminina. É nesse sentido que o gênero é compreendido como uma hierarquia, porque, além da sexualidade ser essencial para sua constituição, o modo como ela é organizada é baseada na desigualdade e no poder de um grupo sobre outro (MACKINNON, 1989a; 1989b). A consequência disso é o fato de que as mulheres experienciam a sexualidade de formas violentas que as colocam em situação de opressão. Isso significa dizer que a sexualidade, para MacKinnon (1989b), é um elemento central na construção social do gênero.

Além disso, o argumento da autora coloca em evidência a categoria sexo: sabendo que as experiências de violência masculina estão relacionadas com o modo que o sexo é compreendido, essa categoria emerge como sendo fundamental para entender não apenas a sexualidade, mas também as diferenças entre homens e mulheres. Esse aspecto será destacado na seção mais à frente na discussão sobre pornografia e prostituição, que depende diretamente de um entendimento particular do que é o sexo. De todo modo, a violência masculina se traduz no controle dos corpos das mulheres, o que pode ocorrer de diversas formas: prostituição, estupro, pornografia, tráfico sexual e maternidade forçada são alguns dos exemplos.

Andrea Dworkin, feminista radical estadunidense, possui posicionamentos semelhantes aos desenvolvidos por MacKinnon, pois concebe a violência masculina como uma característica fundamental da supremacia masculina (1993). Para Dworkin, é também na arena da sexualidade em que os homens manifestam seu poder contra as mulheres, o que fica evidente sobretudo através da pornografia e da prostituição. O que se destaca nas reflexões da autora é o fato de que ela justifica o ato de violência contra as mulheres como motivado pelo ódio. Para melhor compreender a violência masculina de acordo com o que postula Dworkin, é interessante trazer brevemente os princípios do que ela chama de “ideologia da supremacia masculina” (DWORKIN, 1981), pois é através desse termo que é possível perceber a relação

que os homens mantêm com a violência, sendo ela um dos elementos que constituem a própria identidade masculina.

É na obra “*Pornography: Men Possessing Women*” que Dworkin (1989) apresenta os princípios da supremacia masculina: o primeiro princípio é de que os homens possuem um *self*, o que parece ocorrer por causa da sua própria natureza, ao contrário do que ocorre com as mulheres. Isso é sugerido quando a autora afirma que: “*a natureza do eu masculino é o que ele toma, de modo que, por definição, o eu absoluto se expressa no direito absoluto de tomar o que precisa para se sustentar.*” (DWORKIN, 1981, p.13). É na reafirmação de sua masculinidade que o homem expressa o seu poder. O segundo princípio aponta que os homens são fisicamente mais fortes que as mulheres e, por causa disso, possuem o poder de controlá-las. Isso porque, segundo a autora, os homens não apenas escolhem parceiras que são mais fracas, como também contribuem para que isso se acentue. Já o terceiro diz respeito ao fato de que os homens são biologicamente agressivos, o que se traduz em atos de terror e violência. O quarto indica que os homens possuem o poder de nomear, e tudo aquilo que existe fora do que foi nomeado é excluído, sendo essa uma das formas que os homens possuem de impor a sua força. O quinto princípio é o de que os machos possuem o direito de possuir as fêmeas, e tudo aquilo que ele faz para manter essa propriedade é considerado natural. Já o sexto princípio aponta que o dinheiro expressa masculinidade porque, nas mãos dos homens, ele representa não apenas poder econômico, mas também atribui qualidade às coisas, ao contrário do que ocorre com as mulheres. O sétimo e último princípio indica que o poder sexual é originado no pênis. É conveniente ressaltar que alguns desses princípios são reforçados através da própria lei, como é o caso do quinto princípio. Para a autora, ele pode ser ilustrado através do casamento, pois esta instituição concebe as mulheres enquanto propriedade do homem. Em suma, através dessa definição acerca da supremacia masculina, Andrea Dworkin (1981) sugere dois aspectos: 1) que o poder é algo exclusivamente masculino e que 2) a violência é um instrumento legítimo por meio do qual os homens conseguem manter seu controle sobre as mulheres. Aqui Dworkin também abre a possibilidade de uma forma de essencialismo biológico centrada, por exemplo, na presença do pênis - em contraposição, por exemplo, ao falo como uma estrutura simbólica.

Levando em consideração tais significados do conceito de violência masculina e seus efeitos práticos, podendo ser ilustrados através da pornografia e da prostituição, na seção seguinte irei me debruçar sobre esse tema.

5.2 “Sex Wars” e os embates em torno da pornografia e da prostituição

Antes de discutir por quais razões a pornografia e a prostituição se constituem enquanto problemas fundamentais à teoria feminista radical, é interessante destacar o contexto em que as teorias que versam sobre esse tema foram escritas, porque houve movimentações no campo do político em torno dessas questões que intensificaram as tensões entre diferentes grupos feministas.

Como tenho demonstrado ao longo da dissertação, o consenso não é algo facilmente alcançado entre as feministas, e esse fato não se restringe ao feminismo radical, mas se aplica ao feminismo como um todo. A sexualidade também é um objeto em disputa entre as diversas correntes do feminismo e, embora assuma centralidade teórica e política para o feminismo radical, isso não significa que as autoras estejam de acordo em todos os seus aspectos. Shulamith Firestone (1976), por exemplo, aponta para os fracassos de uma revolução sexual que apenas forjou um tipo de liberdade às mulheres sem que isso alterasse a raiz da opressão delas. Assim, ela aponta que determinadas transformações no comportamento sexual, como a possibilidade de as mulheres se relacionarem com mais de um homem, por exemplo, não alteraram em nada a opressão das mulheres. Além disso, a autora aponta ainda como a esfera do consumo contribuiu para forjar a ideia de que a emancipação feminista foi alcançada, pois o suposto aumento de liberdade não produziu transformações na estrutura patriarcal da sociedade. O efeito foi o oposto: a dominação masculina ganhou apenas mais um instrumento na medida em que os novos comportamentos e as novas formas de se relacionar reforçaram o poder que os homens têm sobre as mulheres.

Já Kate Millett (1974) reconhece que a revolução sexual não causou transformações estruturais na vida das mulheres no sentido de permitir o alcance de uma igualdade com os homens. Contudo, para a autora, as transformações no comportamento sexual, por exemplo, representam um primeiro passo para uma revolução mais efetiva. É nesse sentido que ela se diferencia de Firestone, pois, embora pontue que a revolução sexual tenha causado apenas um conjunto de modificações, como o fim da repressão sexual e o conseqüente aumento da liberdade das mulheres, a autora reconhece que elas foram importantes para organizar transformações futuras. É interessante ressaltar também que, para Millett, a revolução sexual não teria conseguido alcançar essas modificações sem conquistas anteriores do movimento feminista, como, por exemplo, o acesso ao ensino superior e a capacidade de organização

política que foi adquirida com outros movimentos sociais, à exemplo do movimento abolicionista.

Diferenças como as apontadas entre Firestone e Millet fornecem o tom para o modo como determinadas práticas são percebidas de maneiras quase que opostas entre diferentes grupos feministas, o que afeta diretamente a orientação das práticas políticas. Como afirma Gayle Rubin (2017), levando em consideração que a sexualidade é um meio de sustentar a opressão de mulheres, a sua relação com o feminismo é complexa. Autoras como Dworkin (1993; 1989) e MacKinnon (1989a; 1989b), por exemplo, consideram instituições como a prostituição e a pornografia como espaços nos quais as mulheres não podem ser livres e respeitadas: neles, não há como escapar da imposição dos valores que constituem a lógica da dominação masculina (DWORKIN, 1993; MACKINNON, 1989a). Mas esse não é necessariamente o caso para todas as autoras do próprio feminismo radical. A fim de entender essas diferentes posições acerca desses temas, é necessário compreender as chamadas “*Sex Wars*” ocorridas durante a década de 1980 e que envolveram a participação de diferentes agentes, incluindo feministas de diferentes orientações e agentes políticos do governo.

De modo geral, é possível entender as chamadas “*Sex Wars*” como um momento de disputas entre grupos feministas que possuíam posicionamentos diferentes diante de um conjunto de práticas sexuais como pornografia, prostituição e BDSM. Havia duas linhas de pensamento opostas entre si: uma enxergava essas práticas como manifestação da ideologia da dominação masculina que pressupõe um tipo específico de sexualidade. Isto é, aquela em que a mulher está em posição de submissão e o homem de dominação, sendo esse o critério de organização básica da relação entre homens e mulheres, porque a sexualidade é tomada como estruturante dessa relação, como fica evidente no pensamento de feministas como Catharine MacKinnon (1989a; 1989b; 2016) e Andrea Dworkin (1993; 1981). São essas duas autoras e teóricas feministas que estiveram no centro do debate sobre a anti-pornografia e anti-prostituição durante a década de 1980. Ambas argumentam que a sexualidade da mulher é construída via dominação masculina e, por isso, uma suposta liberdade sexual apenas contribui na manutenção do controle sobre os corpos das mulheres.

Por outro lado, há outro grupo que argumenta a favor da liberdade sexual: através das denúncias e críticas às restrições impostas por um determinado tipo de comportamento sexual, feministas defendiam a libertação sexual de todos, não apenas de homens e mulheres. Isso porque, para elas, não é apenas possível como também necessário pensar no exercício de uma

sexualidade que não siga a lógica daquela imposta pela dominação masculina. Uma das autoras feministas que se destaca por causa da aderência a essa corrente de pensamento é Gayle Rubin (2011; 2017). Ela chama atenção para o modo como os movimentos sociais contra pornografia, prostituição, aborto, obscenidade, não apenas foram capazes de moldar a forma que a sexualidade é experienciada, como também minaram a construção de um espaço voltado para pensar diferentes práticas sexuais e refletir sobre aquelas que são consideradas desviantes.

Um dos maiores problemas para os quais Rubin (2011; 2017) chama atenção são os efeitos das leis anti-pornografia e anti-prostituição, que afetaram diretamente os espaços de socialização LGBTs durante as décadas de 1970 e 1980, contribuindo com a perseguição a esses grupos na medida em que seus membros passaram a ser taxados como seres “promíscuos” ou “indecentes”. No entanto, destaca-se o fato de que essa perseguição não marca um fenômeno novo na história dos Estados Unidos: o pânico moral instalado no fim do século XX por causa de propagandas do governo contra a pedofilia e contra o tráfico de crianças, bem como o período de início da Guerra Fria, já mostravam esse aspecto. Esses foram momentos nos quais os principais alvos foram homossexuais por causa de um conjunto de pressuposições sobre as suas práticas sexuais (RUBIN, 2017). É nesse contexto em que as práticas sexuais não heterossexuais e que não estão voltadas para fins reprodutivos passam a ser criminalizadas. Aqui dou atenção especial à pornografia e à prostituição.

Um dos problemas que emergem nesse contexto é o fato de que não eram as feministas que possuíam domínio sobre os termos do debate anti-pornografia e anti-prostituição. Rubin (2011) reconhece esse aspecto e ressalta o modo como agentes de direita foram responsáveis pelos problemas em torno dessas práticas sexuais e que passaram a pautar a política feminista, sendo essa uma das dificuldades que feministas enfrentavam para discutir as políticas do sexo.

Localizo esse momento político aqui não apenas porque ele põe em relevo o conceito que vem sendo discutido ao longo desta dissertação - sexo -, mas também porque esse momento parece ser definidor do modo como o movimento feminista radical se caracteriza atualmente (JAGGAR, 1986; ROSWERANE, 2020; MACKAY, 2015; 2021). É dentro desse contexto que autoras como Catherine MacKinnon e Andrea Dworkin aparecem como pensadoras relevantes para o feminismo radical, pois suas reflexões sobre pornografia e prostituição contribuíram para a definição contemporânea dessa vertente. Tratando,

primeiramente, do tema da pornografia, de acordo com Dworkin e MacKinnon, respectivamente, ela “*significa a representação gráfica das mulheres como prostitutas vis.*” (DWORKIN, 1981, p.200), e:

A pornografia é um meio pelo qual a sexualidade é socialmente construída, um local de construção, um domínio de exercício. Ele constrói as mulheres como coisas para uso sexual e constrói seus consumidores para que as mulheres desejem desesperadamente posse, crueldade e desumanização (MACKINNON, 1989, p.327).

Percebe-se que o sentido atribuído pelas autoras é caracterizado por uma descrição da pornografia como algo inerentemente ruim, o que fica evidente quando consideramos que não há uma separação entre o que é sexo e o que é violência. Um dos efeitos que isso gera é que, como fica evidente ao longo dos seus argumentos, a pornografia se torna um sinônimo de violência. O principal tema que ela representa, bem como sustenta, é o poder masculino, e isso ocorre na medida em que há um reforço dos princípios da supremacia masculina anteriormente apontados: “*o poder do self, o poder físico sobre os outros, o poder de terror, o poder de nomear, o poder de possuir, o poder do dinheiro e o poder do sexo*” (DWORKIN, 1981, p.24).

Levando em consideração que MacKinnon (1989b) aponta uma relação particular entre sexualidade e gênero, porque a primeira é fundamental na construção do segundo e porque as mulheres experienciam a sexualidade de forma violenta, a pornografia coloca isso em evidência. No entanto, a autora vai mais além e afirma que ela também permite compreender como os homens veem o mundo de modo mais amplo. A pornografia:

Mostra como os homens veem o mundo, como ao vê-lo eles o acessam e o possuem, e mostra como isso é um ato de dominação sobre ela. Mostra o que os homens querem e dá a eles. Do testemunho da pornografia, o que os homens querem é: mulheres amarradas, mulheres espancadas, mulheres torturadas, mulheres humilhadas, mulheres degradadas e corrompidas, mulheres mortas (MACKINNON, 1989b, p.327).

O trecho demonstra como MacKinnon está em consonância com Andrea Dworkin na medida em que alguns dos princípios pontuados por Dworkin são destacados, por exemplo, o poder de possuir, o poder do *self* ou ainda o poder do terror. Diante disso, do ponto de vista do feminismo radical desenvolvido por ambas as autoras, a crítica a essa prática sexual tem como principal preocupação a violência contra mulher que nela está implicada (MACKINNON, 1989b). Tal violência pode ser expressa de múltiplas formas, sobretudo considerando que elas concebem que a desigualdade entre homens e mulheres na pornografia é sexualizada e que produz efeitos para além desse domínio. Isso significaria dizer que toda manifestação de

desigualdade entre homens e mulheres é vista por homens a partir de um viés sexual, na perspectiva de MacKinnon (1989b): “*o que é sexual na pornografia é o que é desigual na vida social*” (p.332). É nesse sentido que a pornografia reforça uma relação assimétrica de poder e naturaliza a violência contra a mulher, pois o modo como as mulheres são representadas e tratadas sugere ideias que são nocivas, por exemplo, o de que o uso da força no ato sexual é normal. De acordo com MacKinnon (1989), um dos efeitos da pornografia é forjar a ideia de que seria normal cometer agressões contra as mulheres.

O modo como a prostituição é compreendida pelas autoras segue a mesma lógica da pornografia, isto é, mulheres colocam seus corpos à disposição para o prazer masculino em troca de dinheiro. Da mesma forma que a pornografia é definida sem levar em consideração uma diferença entre sexo e violência, também o é a prostituição: “*a prostituição em si mesma é o abuso do corpo da mulher*” (DWORKIN, 1993, p.3). O que se destaca nas reflexões produzidas por Dworkin (1981) são suas analogias com o estupro: de acordo com a “ideologia da supremacia masculina”, a pornografia e a prostituição não são vistos como um abuso da fêmea, porque nessas as situações a mulher estaria cumprindo apenas uma função natural. É nesse sentido que as mulheres são vistas apenas enquanto objetos sexuais que atendem aos desejos dos homens, que possuem poder e força para satisfazê-los. Na perspectiva da autora, isso causa às mulheres uma experiência de desumanização na medida em que elas são destituídas de um *self* (DWORKIN, 1981): sua existência é voltada para atender os desejos de uma outra pessoa. Aqui é interessante destacar como esse tema estava presente na teoria de Firestone, ainda que de forma não desenvolvida. Concentrando-se nas dinâmicas da família nuclear patriarcal, a autora apresenta o tema da violência ao descrever como o poder do pai opera sobre as mulheres e as crianças: ele possui a capacidade de fazer com que os grupos oprimidos - mulheres e crianças - gostem da sua própria opressão e isso ocorre quando, por exemplo, em momentos de violência e de desentendimento, eles assumem uma posição passiva que agrada ao homem (FIRESTONE, 1976).

Tal problema é refletido na vida da prostituta de forma mais ampla, porque ela sofre com as inúmeras sanções sociais: seja através de assistência legal, seja através de assistência médica quando sofre alguma espécie de violência (DWORKIN, 1993). Em suma, tanto a pornografia quanto a prostituição:

(...) não são primordialmente abusos de força física, violência, autoridade ou economia. São abusos de sexo. Eles não precisam e não dependem, para sua coercitividade, de formas de imposição que não a sexual; aproxima-se mais

da verdade dizer que essas formas de imposição, ao menos nesse contexto, são elas próprias sexualizadas (MACKINNON, 2016, p.824).

Ao contrário de MacKinnon e Dworkin, Delphy (2002) aponta para uma outra dimensão da questão da prostituição: ela chama atenção para a vulnerabilidade que caracteriza a realidade das mulheres que estão nessa situação, uma vez que elas não podem usufruir de direitos trabalhistas assim como outros trabalhadores. Ao mesmo tempo, ela reconhece que esse trabalho se torna um espaço possível para aqueles que não conseguem emprego dentro de um mercado de trabalho “formal”, como é o caso de mulheres em situação de precariedade ou ainda o caso de transexuais que sofrem preconceito por causa de sua identidade de gênero. Por causa dessas questões, ela se posiciona a favor da regulamentação desse trabalho para que aqueles e aquelas que o tenham como fonte de renda possam ter o mínimo de segurança econômica e social.

O que se destaca aqui é o sexo enquanto categoria fundamental para compreender as violências cometidas contra as mulheres, porque os homens as praticam no terreno da sexualidade e as ameaças dirigidas às mulheres têm como alvo o sexo. É desse modo que se evidencia que o controle e a dominação das mulheres ocorre através dessa dimensão. Em partes, isso justifica as razões pelas quais MacKinnon e Dworkin escolhem o conceito de “violência masculina” ao invés de “violência de gênero” para se referir à violência cometida contra as mulheres.

Catherine MacKinnon (1989a) argumenta que, ao contrário do que permite o conceito de “gênero”, evidenciar que a violência cometida é masculina põe em relevo a importância da categoria “sexo” na análise da opressão das mulheres. Isso porque, em sua perspectiva, o feminismo é um movimento construído a partir dos relatos de mulheres sobre abusos físicos e sexuais que sofreram. É a partir desse panorama que é possível enquadrar a reivindicação³⁵ de feministas críticas de gênero que chamam atenção para a necessidade de destacar a violência cometida com base no sexo (*sex-based violence*³⁶). Segundo seus argumentos, evidenciar esse aspecto é importante porque a violência sofrida decorre do fato das mulheres possuírem um corpo de fêmea, sendo identificadas a partir do sexo feminino.

³⁵ Há publicações no blog “QG Feminista” que ilustram bem esse aspecto: argumenta-se não apenas pela necessidade de destacar o sexo biológico para caracterizar a violência cometida, como também são apontados perigos causados pelo uso do conceito de “gênero”. Nessa perspectiva, o conceito diminui a gravidade dos problemas que afetam a vida das mulheres. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/substituir-sexo-por-g%C3%AAnero-apagamento-de-mulheres-3886a92bdfb9>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

³⁶ Essa também é uma pauta defendida por feministas críticas de gênero de outros países. A “*LGB Alliance*”, por exemplo, tem como um dos objetivos defender o direito de lésbicas, gays e bissexuais com base no seu sexo biológico. Disponível em: <https://lgballiance.org.uk/about>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

Assim como MacKinnon, Mackay (2015) também afirma que a teoria feminista sobre violência masculina tomou como base as discussões dos “grupos de conscientização”. Através deles, ficou evidente não apenas como muitos dos problemas das mulheres estavam relacionados ao exercício da sexualidade, como também tornou claro que determinadas experiências são comuns às mulheres, não podendo ser entendidas de forma isolada. A autora destaca esse aspecto para enfatizar que as feministas radicais não entendiam a opressão das mulheres a partir de uma perspectiva essencialista. É comum àqueles que adotam essa perspectiva teórica serem acusados de justificar a violência cometida por homens através de argumentos biologizantes, apontando o homem como um ser agressivo por causa da sua natureza biológica. A existência dos grupos de conscientização colocam em xeque essa pressuposição na medida em que indicam que o padrão da violência masculina é uma forma de controle social (MACKAY, 2015; MACKINNON, 1988; 2016).

Por outro lado, é necessário reconhecer como o feminismo radical abriu margem para desdobramentos de determinadas abordagens teóricas, como aquelas desenvolvidas por Susan Griffin e Mary Daly (ECHOLS, 2019; JAGGAR, 1986), que possuem interpretações essencialistas sobre o que é ser mulher, o que pode ser ilustrado através da reivindicação de uma “natureza feminina”. Mackay (2015) apresenta as características produtivas do feminismo radical, que demonstram uma não naturalização da opressão, no entanto, por outro lado, é inegável o fato de que houve abordagens teóricas concentradas em um “culto à feminilidade”, sobretudo após a primeira metade da década de 1970, como demonstrou Alice Echols (2019). Este aspecto foi destacado no capítulo anterior quando me referi à tentativa de construção de uma “cultura feminina” por parte do “feminismo cultural” em que concepções menosprezadas pelo sistema patriarcal pudessem ganhar centralidade na orientação de uma política feminista. Esses detalhes são relevantes aqui porque, ao mesmo tempo que a teoria feminista radical não pode ser caracterizada como “essencialista” de forma geral, também não é possível afirmar que teóricas de determinadas fases do feminismo radical não desenvolveram interpretações com essa tendência, assim como é o caso de Mary Daly e Susan Griffin.

Levando em consideração a utilização dessa teoria feminista pra justificar argumentos transfóbicos, bem como a formação de um “feminismo crítico” de gênero, que possui certa suspeita com conceitos como “gênero” e “identidade de gênero”, é necessário destacar os limites do conceito de gênero e a importância do conceito de sexo considerados por esta tradição. Em primeiro lugar, o uso do conceito para lidar com temas como a violência

obscurece quem é o sujeito que comete a violência (Mackay (2015). Segundo, como afirma MacKinnon (2016), o conceito de “gênero” deve ser entendido em termos de uma hierarquia, porque quando ele é mobilizado para compreender a diferença se torna instrumento de objetivos ideológicos que neutralizam o poder dos homens sobre as mulheres. Tal detalhe é importante aqui porque essa compreensão do conceito de “gênero” descrita por MacKinnon orienta muitas das reivindicações de feministas críticas de gênero que são contrárias às noções de “identidade de gênero”, “violência de gênero” e “transição de gênero”. Compreendido enquanto uma hierarquia, não é possível pressupor uma revolução feminista que objetive igualdade de gênero. Isso porque a sua própria existência implica uma desigualdade entre homens e mulheres.

É necessário trazer para essa discussão a distinção entre sexo e gênero por parte dessas autoras, especialmente as feitas por Dworkin e MacKinnon. No caso da primeira, é interessante notar como seus posicionamentos se aproximam daqueles apontados por feministas radicais francesas, como Delphy (1993) e Wittig (2002), que compreendem as categorias “homens” e “mulheres” como construções culturais. Dworkin (1981) também afirma que tais categorias ganham legitimidade através da cultura que encerra quais são os papéis que cada um deve assumir. É com isso em mente que Dworkin postula a busca por uma outra ontologia, uma que descarte “a ficção de que há dois sexos polares e distintos” (DWORKIN, 1974, p.175). Esse posicionamento a faz se aproximar também de Shulamith Firestone (1976), que vislumbra uma revolução feminista que permita a emergência de uma sociedade andrógina em decorrência do fim das significações em torno da diferença sexual. De todo modo, ao invés de defender o fim da opressão de gênero, Dworkin defende a abolição do próprio gênero no sentido de que acredita no fim da hierarquia a qual ele se refere.

Já MacKinnon (2015) aponta para o fato de que o movimento de mulheres tornou óbvio o fato de que “ser mulher” é uma construção social, isto é, ela reconhece que a pressuposição de que essa experiência é um fato embasado na natureza é uma ilusão. Nesse sentido, para responder o que do sexo é socialmente construído, a autora se apoia em Kate Millet, afirmando que é a sexualidade. Tais posicionamentos, tanto o de Dworkin como o de MacKinnon, abrem margem para pensar a identidade de pessoas trans, uma vez que ambas rejeitam uma explicação biológica da construção das identidades.

Em suma, a violência masculina na teoria feminista radical é um dos pilares de sustentação da “supremacia masculina” ou do “patriarcado”, porque através desse mecanismo

os homens conseguem manter as mulheres sobre seu domínio. A atenção voltada à prostituição e à pornografia neste capítulo me pareceu necessária para esclarecer como esses dois problemas se tornaram um dos pilares de definição do feminismo radical (MACKAY, 2015; 2021; ROSWERANE, 2021), ainda que as obras das autoras trabalhadas sejam posteriores ao período de formação do feminismo radical .

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação surgiu a partir de um problema contemporâneo que diz respeito à exclusão de mulheres trans não apenas do movimento feminista, mas também de espaços destinados às mulheres, à exemplo dos banheiros femininos. Isso tem sido feito com base na deslegitimação da “identidade de gênero”, o que tem tomado grandes proporções, chegando a afetar a estabilidade de seus direitos - situa-se aqui a *LGB Alliance* que tem reivindicado o estabelecimento de direitos com base no sexo e proposto alterações na *Gender Recognition Act*. Como apontado na introdução, esse fenômeno se aproxima do discurso anti-gênero da extrema direita, sendo possível citar aqui, como exemplo, o caso³⁷ de uma moradora da cidade de Bauru (SP) que gravou um vídeo criticando os banheiros multigêneros da MC Donald's. No vídeo, que viralizou, a mulher acusa a unidade do *fast food* de “comunista” por ter feito isso com os banheiros do estabelecimento. Por ter ganhado destaque, o caso chamou a atenção de dois vereadores, Serginho Brum e Eduardo Borgo, que já haviam se manifestado contra a existência dos banheiros multigêneros no estabelecimento. Como resultado, os vereadores se dizem empenhados em desenvolver e aprovar um Projeto de Lei para proibir tais banheiros em locais públicos.

Acontecimentos como esse, que põe sob suspeita o conceito de “gênero”, no entanto, não são exclusivos de políticos de direita. A jornalista Patrícia Lélis³⁸, que se declara feminista radical, também já compartilhou seus posicionamentos sobre “sexo” e “gênero” e afirmou que é problemático substituir o segundo pelo primeiro porque isso abre margem para alguns problemas no enfrentamento da opressão feminina. Segundo Lélis, a opressão e a violência que as mulheres sofrem não decorre “*de como nos apresentamos ao mundo, ou da identidade que consideramos ter (...) É pelo simples fato de sermos do sexo feminino. Basta a identificação de um corpo de fêmea para que nos tornemos (...) alvo de diversas violências (...)*”.

Questões como essas, colocadas num nível empírico e político, fizeram com que a teoria feminista radical tenha se tornado meu objeto de investigação. O que me pareceu

³⁷ ASSIS, Desirée. Banheiro “multigênero” de *fast food* no interior de SP repercute na web. *GI*, Bauru e Marília. 12/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/11/12/criticas-de-vereadores-a-banheiro-multigenero-de-fast-food-repercutem-em-rede-social-vai-que-vira-moda.ghtml>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

³⁸ CARVALHO, Ketryn. Após filmar Moro, Patrícia Lélis polemiza com trans ao dizer que é problemático substituir sexo por gênero. Observatório G. 08/07/2021. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/apos-filmar-moro-patricia-lelis-polemiza-com-trans-ao-dizer-que-e-problematico-substituir-sexo-por-genero>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

especialmente interessante foi o fato de que, ainda que partindo de pressupostos radicalmente diferentes, não deixa de ser surpreendente que um grupo cada vez mais expressivo de mulheres que se identificam como “feministas radicais” se alinhem a demandas políticas de grupos radicais de direita. Em lugar da dimensão política, por exemplo, são as funções reprodutivas, a realidade biológica e a socialização feminina os principais elementos ressaltados por feministas trans-excludentes para descrever o que é ser mulher e para discriminar e excluir mulheres trans. A reafirmação de que essas mulheres “são homens” aparece, então, como uma forma de violência fundamentada em critérios biologizantes profundamente estranhos à maioria dos posicionamentos materialistas da teoria feminista radical. Assim, numa ironia perversa, juntamente com os movimentos políticos da nova direita mundial, tais pessoas colocam em evidência o “sexo” enquanto categoria para compreender a experiência da feminilidade, bem como as situações de opressão que isso implica.

Esse é um dos motivos pelos quais no primeiro capítulo desta dissertação busquei investigar quais são os pressupostos que fundamentam o conceito de “sexo” em teorias feministas radicais, dando especial atenção a Shulamith Firestone e a Christine Delphy. Pude perceber que, ainda que “sexo” possa remeter à realidade biológica, ele também pode adquirir um sentido social na medida em que se refere à desigualdade social existente entre homens e mulheres. Este é o caso de Firestone: embora possa parecer ambígua e contraditória em suas análises em decorrência da ênfase que atribui às funções reprodutivas como causa da opressão e à dialética da natureza que desenvolve de modo a ultrapassar aquilo que percebe como o economicismo de Engels, ela realiza um esforço de desnaturalizar a opressão das mulheres, seja por meio de seus pressupostos epistemológicos, seja por meio das práticas sociais. Seu projeto de revolução feminista, orientado para uma transformação das próprias condições biológicas, sugere que o sexo, no seu sentido biológico, não é um elemento definidor do que é ser mulher, tendo em vista que ele mesmo pode ser transformado, alterando os significados culturais que ele gera. Obviamente que isso pressupõe uma adequação entre o sexo biológico e os seus significados culturais, o que é especialmente problemático, mas permanece o fato de que sua perspectiva reitera o caráter socialmente construído do que hoje concebemos como desigualdades de gênero.

Por outro lado, Delphy se distancia de Firestone na medida em que sua teoria está mais próxima ao materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels, o que fica evidente quando se leva em consideração a preocupação que a autora possui com o “trabalho” - a

categoria central da teoria marxista e que diz respeito a uma ontologia do ser social. No entanto, não é qualquer trabalho que a autora investiga, é o trabalho doméstico aquele que se torna o eixo de suas análises. Isso ocorre porque é esse trabalho que é realizado majoritariamente por mulheres e porque ele indica como “mulheres” e “homens” são categorias socialmente construídas. Em outras palavras, ao demonstrar que o trabalho doméstico não é realizado por mulheres em decorrência de causas biológicas e naturais, ela reconhece que é a desigualdade material que afeta esse grupo como a responsável por fazer emergir noções essencialistas do que essas categorias significam.

A partir disso, é possível falar em “relações sociais de sexo” ou ainda “classe sexual”. Apesar das diferenças que marcam esses conceitos, ambos são mobilizados para indicar como as mulheres, enquanto grupo socialmente construído, estão sujeitas a um conjunto de dinâmicas: seja o próprio trabalho doméstico, seja o trabalho de cuidado que envolve tomar conta de crianças e idosos. Como ressaltado, no caso das materialistas francesas, o que permite essa construção social é a desigualdade material que afeta as mulheres, enquanto no caso do feminismo radical de Firestone são as significações culturais construídas a partir da diferença sexual.

Tais conclusões vão de encontro com a utilização do conceito de “classe” por parte de feministas trans-excludentes³⁹, o qual é mobilizado para deslegitimar as experiências de mulheres trans. Esse problema pode ser ilustrado no artigo “*An Alleged Case of Propaganda: a reply to McKinnon*”, escrito por Sophie Allen et al. (2018). Nele, as autoras argumentam que as pessoas trans não são oprimidas, pois as limitações que enfrentam não decorrem de um sistema que é voltado para explorar seu trabalho enquanto *classe*: “*as limitações que elas enfrentam não surgem de um sistema feito para extrair recursos do trabalho enquanto classe (na verdade, o mesmo é verdade para as pessoas homossexuais)*” (p.13). O problema desse argumento reside no fato de que as autoras se apropriam de um significado muito particular do conceito de “classe” que não permite compreender a opressão a que a população trans está submetida. Mesmo que não seja possível compreender esse grupo enquanto uma classe, no

³⁹ Em “*Gender Hurts*” (2012), Sheila Jeffreys discorre sobre o conceito de classe e casta formulado por Kate Millet. A autora afirma que, enquanto o primeiro é útil para ilustrar a experiência política dentro da esquerda, servindo como instrumento de base para ação política, o segundo é mais útil para analisar o “transgenderismo” porque considera o status de casta subordinada o qual as mulheres estão submetidas. Percebe-se, então, que o que diferencia casta e classe é a impossibilidade de mobilidade social na casta. O status é fixo e herdado. Dito isso, pelo fato de mulheres trans não participarem da casta de mulheres, tendo em vista que não são designadas enquanto tal no seu nascimento, Jeffreys (2012) rejeita o fato de que elas também são mulheres.

sentido mobilizado pelas autoras, há outras formas de explicar quais dinâmicas de opressão afetam esse grupo social (cf. NOYÉ, 2019a; 2019b).

Apesar disso, do mesmo modo que feministas radicais francesas ampliaram o conceito marxista de trabalho, dando conta da sua incapacidade de apreender os problemas relativos à realidade das mulheres, sobretudo aqueles que envolvem o trabalho doméstico, é possível ampliar⁴⁰ também a teoria feminista radical para dar conta de outras realidades, nesse caso, o de pessoas trans. As autoras feministas críticas de gênero rejeitam o fato de que há dinâmicas de opressão específicas às pessoas trans porque o quadro conceitual específico que elas buscam trabalhar não é capaz de dar conta desse problema, o que não significa que ele não existe na realidade empírica. Além disso, é igualmente possível supor que mulheres trans também são afetadas pelo patriarcado: Angela Martinez Dy (2020), por exemplo, aponta que a tentativa de transformar normas misóginas ilustra um ponto de contato entre a “teoria trans⁴¹” e a teoria feminista. Nesse sentido, uma concepção de patriarcado capaz de levar em consideração como diferentes sujeitos são afetados pela misoginia, por exemplo, pode ser útil para o desenvolvimento de uma teoria em que mulheres cis e trans possam ser contempladas.

No que diz respeito ao conceito de “patriarcado”, pode-se afirmar de modo geral que ele busca indicar o caráter sistemático da opressão das mulheres. Isto é, seu uso mostra não apenas uma autonomia em relação a outros sistemas de dominação, como o sistema capitalista, mas também aponta para o fato de que todas as mulheres estão sujeitas à opressão. Para Firestone e Kate Millet, ele assume um caráter descritivo, no entanto, isso não anula o fato de que ele é capaz de pôr em evidência os diferentes mecanismos utilizados pelos homens para a manutenção do seu poder sobre as mulheres. Isso ocorre sobretudo através da família patriarcal, no caso de Millet, e da família e reprodução biológica, no caso de Firestone. Já para as feministas radicais francesas, por causa do foco no trabalho doméstico, o conceito de “patriarcado” em sua teoria identifica como esse mesmo trabalho é apropriado por homens, produzindo uma situação de vulnerabilidade econômica e social uma vez que ele nem é pago, nem reconhecido como tal - fenômeno que é sustentado e justificado pelo o que as autoras chamam de “ideologia naturalista”.

⁴⁰ Sophie Noyé é uma socióloga francesa que desenvolveu trabalhos que versam sobre a possibilidade de união teórica entre o feminismo materialista e o feminismo *queer*. A autora aponta um conjunto de características que possuem em comum e toma isso como ponto de partida para a construção de uma teoria feminista *queer* e materialista que seja capaz de levar em consideração a experiência de mulheres trans. Nesse contexto, a autora considera como identidades *queer* vêm se mobilizando não apenas em prol de direitos formais, mas também para alcançar uma justiça econômica. Desse modo, o ativismo *queer* não é visto apenas como uma luta identitária, mas também material (NOYÉ, 2019a; 2019b).

⁴¹ Termo utilizado pela autora.

Como visto, um dos principais desdobramentos do patriarcado é ilustrado por meio da violência masculina: de acordo com teóricas do feminismo radical, em especial Catherine MacKinnon (1989a; 1989b; 2016) e Andrea Dworkin (1989; 1993), responsáveis por aprofundar questões já levantadas por autoras como Firestone, esse fenômeno se torna um dos meios utilizados pelos homens para permitir a continuação do seu controle sobre as mulheres. Como busquei evidenciar ao longo da dissertação, o tema da sexualidade é central à teoria feminista radical e as implicações que ela envolve são trazidas tanto para a reflexão teórica quanto para o debate político. Essas autoras afirmam que a arena da sexualidade é por excelência aquela que os homens exercem seu controle sobre as mulheres. Por causa disso, práticas sexuais como pornografia e prostituição são tomadas como problemáticas, porque a posição que as mulheres ocupam acabam por reforçar desigualdades que estão para além desse domínio. De todo modo, o que se destaca é o sexo enquanto eixo de opressão, pois a violência cometida contra a mulher, de acordo com as perspectivas de Dworkin e MacKinnon, tem como objetivo o controle sexual.

Em suma, tomando como base as abordagens materialistas da opressão, que adquirem diferentes sentidos nas teorias francesas e estadunidenses, esta dissertação buscou analisar os seguintes conceitos: o sexo, a classe sexual e o patriarcado, sendo a violência masculina um dos seus desdobramentos. Como dito, essa escolha se deu por causa de minhas observações do discurso anti-gênero característico de feministas radicais trans-excludentes. Isso me chamou atenção porque ele une direita e esquerda em torno de um mesmo projeto político: em ambos os lados é possível identificar justificativas para posicionamentos políticos transfóbicos e trans-excludentes que sugerem que as mulheres trans são homens. No entanto, na contramão desses argumentos, foi possível perceber que não há nada de essencialmente transfóbico na teoria feminista radical. O que quer que possa ser interpretado como essencialismo biológico no feminismo radical resulta mais de uma contradição interna da teoria, como no caso de Firestone, do que propriamente de uma posição que confere à feminilidade uma base biológica. Por outro lado, é possível afirmar que as questões que essa teoria buscava responder não dão conta da realidade de pessoas trans, o que não significa que ela é transfóbica ou que não pode ser ampliada para abranger essa mesma realidade.

O problema de pesquisa que orientou esta dissertação exigiu um olhar atento para a relação entre teoria e prática, sendo essa uma das formas que a teoria marxista exerceu influência no feminismo radical. Acredito que seja pertinente pôr em relevo essa relação porque o fato de essa teoria ser acusada de transfobia atualmente lança luz para um conjunto

de questões: o contexto sócio-histórico de produção científica, a justificação de ações políticas com base em uma produção científica e a relação entre ciência e práticas políticas são algumas delas. De modo geral, observando as tensões e disputas no campo político, pude perceber que os posicionamentos políticos de feministas radicais trans-excludentes nem sempre estão embasados na teoria feminista radical, como é o caso de Germaine Greer⁴². A mesma coisa ocorre em um caminho oposto: embora essa vertente teórica possa ser utilizada politicamente para objetivos trans-excludentes, em decorrência de determinadas interpretações produzidas por agentes localizados no campo dos movimentos sociais, isso não significa que ela é constituída por essa característica. Em suma, o que esta pesquisa buscou evidenciar é que 1) a teoria feminista radical não é, por definição, transfóbica e que 2) uma abordagem materialista da opressão feminina não necessariamente tende para uma interpretação essencialista e biologizante, tendo em vista que o “materialismo” pode assumir diferentes significados, a maioria deles oposto às diversas formas de reducionismo que dão sustentação aos diferentes tipos de essencialismo.

⁴² Greer afirma que mulheres trans não são mulheres, no entanto, ela não recorre a sua teoria para reafirmar esse posicionamento. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=7B8Q6D4a6TM>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, 2018.

_____. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. 1º ed. São Paulo: Alameda, 2014.

ALLEN, Sophie R. *et al.* On an Alleged Case of Propaganda: Reply to McKinnon. 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, n. 01, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. Nas veredas do feminismo materialista. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul**. SOS-Corpo, Recife, 2018.

BARRETT, Michele. **Women's oppression today: The Marxist/feminist encounter**. London: Verso Trade, 5º ed, 1986.

BHASKAR, Roy. Materialismo. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1988.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores. **Gênero, neoconservadorismos e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ºed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Routledge: New York and London, 2004.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13ºed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 33, p. 424-443, 2020.

CONNELL, Raewyn. The Concept of Role and What to Do With It. **The Australian and New Zealand Journal of Sociology** 15, no. 3, 7-17, 1979.

_____. **Gênero: uma perspectiva global** / Raewyn Connell, Rebecca Pearse; tradução e revisão técnica Marília Moschkovich. São Paulo: n.Versos, 2015.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2015, n.17, pp.99-119.

_____. Rethinking sex and gender. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1993. p. 1-9.

_____. Patriarcado. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. Violence économique et violence masculine. **Nouvelles questions féministes**, v. 21, n. 2, p. 4-7, 2002.

DWORKIN, Andrea. Prostitution and male supremacy. **Mich. J. Gender & L.**, v. 1, p. 1, 1993.

_____. **Woman hating**. New York: Dutton, 1974.

_____. **Men possessing women**. New York: Perigee, 1981.

DY, Angela Martinez. Gender theory non-conforming: Critical realist feminism, trans politics, and affordance theory. In: **Critical Realism, Feminism, and Gender: A Reader**. Routledge, 2020. p. 114-136.

ECHOLS, Alice. **Daring to be bad: Radical Feminism in America 1967-1975. Thirtieth Anniversary Edition**. University of Minnesota Press, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 3ªed, 2012.

ERIKAINEN, Sonja; PIERCE, Ruth; VINCENT, Ben. TERF WARS: An introduction. **The Sociological Review**, v. 68, n. 4, p.677-698, 2020.

FALQUET, Jules; OCHY, Curiel. Introdução. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; FERREIRA, Verônica (orgs.). **O patriarcado desvendado. Teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo. Um estudo da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

FISKEN, Tim. Technology, Nature, and Liberation: Shulamith Firestone's Dialectical Theory of Agency. In: **Further Adventures of the Dialectic of Sex: Critical Essays on Shulamith Firestone**. Palgrave Macmillan, New York, 2010, 197-214.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Boitempo Editorial, 2020.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. Talcott Parsons: uma herança controvertida. Papéis de sexo, família e modernidade ocidental. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (orgs.): **O Gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução Lineimar Pereira Martins. - 1ª.ed. São Paulo: Editora Unesp. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HAMLIN, Cynthia Lins. Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 71-81, 2008.

_____. GENDER IDEOLOGY: AN ANALYSIS OF ITS DISPUTED MEANINGS. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, p. 1001-1022, 2021.

_____. Corpos-Texto: A Colonização do Sexo pelo Gênero na obra de Judith Butler. In: **Corpos em concerto: diferenças, desigualdades e desconformidades. Cuerpos en concierto: diferencias, desigualdades y desconformidades**. Jonatas Ferreira e Adrián Scribano (orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 319-332, 2011.

HELLING, Rita. Is sex the main contradiction in society?—A criticism of Shulamith Firestone. **Politics**, v. 8, n. 2, p. 338-343, 1973.

HINES, Sally. The feminist frontier: on trans and feminism. **Journal of Gender Studies**, p. 1-13, 2017.

_____. Sex wars and (trans) gender panics: Identity and body politics in contemporary UK feminism. **The Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 699-717, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOWIE, Gillian. Sexing the State of Nature: Firestone's Materialist Manifesto. In: **Further Adventures of the Dialectic of Sex: Critical Essays on Shulamith Firestone**. Palgrave Macmillan, New York, 2010. p. 215-234.

HULL, Carrie. **Ontology of sex**. Routledge, 2006.

ILLOUZ, Eva. **The End of Love: A Sociology of Negative Relations**. Oxford University Press, 2019.

JACKSON, Stevi. **Christine Delphy**. London: Sage Publication, 1996.

JAGGAR, Alison M. **Feminist politics and human nature**. Rowman & Littlefield, 1983.

JEFFREYS, Sheila. **Gender hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism**. Routledge, 2012.

KERGOAT, Danièle. 2009 Divisão do trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state**. Harvard University Press, 1989a.

MACKINNON, Catherine A. Sexuality, pornography, and method:" Pleasure under Patriarchy. **Ethics**, v. 99, n. 2, p. 314-346, 1989b.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MCKINNON, Rachel. The epistemology of propaganda. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 96, n. 2, 2018.

MILL, John Stuart; TAYLOR-MILL, Harriet. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, v.7, n.1, 2006.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

_____. A Política Sexual. In: LAMAS, MARIA; SOLANAS, Valerie; FRIEDAN, Betty. **Mulheres contra homens**. Editora Dom Quixote, 1971.

NOYÉ, Sophie. Por um feminismo materialista e *queer*. **Revista Crítica Marxista**, Crítica Marxista, n.48, p.147-163, 2019a.

_____. Materialist and queer feminism in France: Politics of Counter-Hegemony. **Revista de historiografia** 31, pp. 163-177, 2019b.

RHODES, Jacqueline. **Radical feminism, writing, and critical agency: From manifesto to modem**. SUNY Press, 2012.

ROGERS, Mary F. Contemporary feminist theory. In: RITZER, George; SMART, Barry. **Handbook of social theory**, p. 285-296, 2001.

ROSEWARNE, Lauren. Radical and Cultural Feminisms. **Companion to Feminist Studies**, p. 53-71, 2020.

SANDFORD, Stella. The Dialectic of Dialectic of Sex. In: **Further Adventures of the Dialectic of Sex: Critical Essays on Shulamith Firestone**. Palgrave Macmillan, New York, 2010, p.235-254.

STACEY, Judith; THORNE, Barrie. The missing feminist revolution in sociology. **Social problems**, v. 32, n. 4, p. 301-316, 1985.

SYDIE, Rosalind A. **Natural women, cultured men: a feminist perspective on sociological theory**. Vancouver: UBC Press, 1994;

THOMPSON, Denise. **Radical feminism today**. Sage, 2001.

TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

VANDENBERGHE, Frédéric. **What's critical about critical realism?: essays in reconstructive social theory**. Routledge, 2013.

ZANGHELLINI, Aleardo. Philosophical problems with the gender-critical feminist argument against trans inclusion. **Sage open**, v. 10, n. 2, 2020.

WINTER, Bronwyn. Feminism, Radical. In: **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies** (eds. A. Wong, M. Wickramasinghe, r. hoogland and N.A. Naples), 2016.

WILLIAMS, Cristian. The ontological woman: A history of deauthentication, dehumanization, and violence. **The Sociological Review**, v. 68, n. 4, p.718-734, 2020.

WOLFF, Kristina. Cultural feminism. **The Blackwell encyclopedia of sociology**, 2007.